



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**Os Partidos Conservadores no Brasil:** Um olhar comparativo sobre os programas e manifestos.

**MARCIO PEREIRA DA SILVA**

Serópedica

**2021**



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Os Partidos Conservadores no Brasil: Um olhar comparativo sobre os programas e manifestos**

MARCIO PEREIRA DA SILVA

*Sob orientação do Professor*

**Professor Dr.º Nelson Rojas de Carvalho**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciência Política.

Serópedica

**2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Marcio Pereira da, 1986-  
Os Partidos Conservadores no Brasil: Um olhar comparativo sobre os programas e manifestos / Marcio Pereira da Silva. - Rio de Janeiro, 2021.  
202 f.  
Orientador: Nelson Rojas de Carvalho.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.  
1. Partidos Conservadores do Brasil. 2. Conservadorismo. 3. Programas e Manifestos. 4. Mudanças e Continuidades. 5. Evolução histórica. I. Carvalho, Nelson Rojas de, 1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Marcio Pereira da Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/10/2021

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Nelson Rojas de Carvalho. Doutor (Dr.) PPGCS-UFRRJ (orientador)Vladimir

Lombardo Jorge. Doutor ( Dr.) PPGCS-UFRRJ (Banca)

Paulo D'Avila Filho. Doutor (Dr.). ICS-UERJ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO SISTEMA  
INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

---

Emitido em 20/10/2021

**TERMO Nº 1120/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

***(Assinado digitalmente em 20/10/2021 16:43 )***

NELSON ROJAS DE CARVALHO

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)*

*Matrícula: 1534588*

***(Assinado digitalmente em 20/10/2021 17:26 )***

VLADIMYR LOMBARDO JORGE

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.83)*

*Matrícula: 1808143*

**(Assinado digitalmente em 26/10/2021 09:47 )**

PAULO MESQUITA D AVILA FILHO

ASSINANTE EXTERNOCPF: 439.528.010-20

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1120**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **20/10/2021** e o código de verificação: **d933149dbb**

**Aos meus pais, Jose Marques da Silva e Gildete Pereira da Silva, e em memória as milhares de vidas perdidas pela Covid-19.**

## **Agradecimentos**

Primeiramente tenho o dever de agradecer a Deus por tudo que este tem feito na minha vida e da minha mãe, pois sem sua proteção, não estaria aqui escrevendo este pequeno trabalho de dissertação. Ao longo deste trabalho aconteceram tantas coisas, que não conseguirei transcrever resumidamente neste pequeno trecho dos agradecimentos. Deus cuidou de mim durante todo o processo de escrita desta pesquisa, que foram envolvidas por milhares de histórias que se entrelaçaram com esta dissertação, como por exemplo: dentro de um contexto de pandemia da Covid-19 e fora outros fatos de caráter epopeico. Enfim, resumidamente, as minhas palavras para com Deus é eterna gratidão.

Em segundo, quero agradecer à minha guerreira mãe, que sempre esteve comigo em todos os momentos da minha vida. Tanto na alegria como nas tristezas. Ela sempre me apoiou e motivou em tudo. Mãe! Tenho uma eterna gratidão para contigo. Quero também saudar meu pai, que não encontrasse mais neste plano. Mas com toda a certeza está lendo meus pensamentos ao escrever estes agradecimentos. Pai! Muito obrigado por tudo. Eu sempre te amarei, seja onde você estiver. Não posso esquecer também minha irmã, Andreia Pereira da Silva e minha tia, Hozana Pereira, que me motivaram muito com palavras e até em alguns momentos na graduação me ajudaram financeiramente.

Claro meus sinceros agradecimentos também para o verdadeiro lorde e orientador Nelson Rojas. Uma pessoa muito inteligente, prestativa e sensitiva. Sempre tive a intuição de perceber diversas vezes minhas desmotivações durante a elaboração desta pesquisa. Ele sempre me motivou muito com palavras, como por exemplo: “O importante é sempre manter-se em movimento.”. Professor Nelson Rojas, muito obrigado pela condução deste trabalho e pelas palavras de motivações.

Quero agradecer também a minha colega, amiga e “outra eu”, a pequena Beatrice Riva. A troca de documentos e livros acabou unindo duas pessoas completamente parecidas mentalmente, porém divididas pelo imenso Oceano Atlântico. Como pode duas pessoas mentalmente iguais entre 7 bilhões de pessoas no mundo.

Meus sinceros agradecimentos para Ricardo Luiz Mendes Ribeiro, orientando do Professor doutor André Singer. Não cheguei a conhecê-lo, porém foi de uma super

gentileza, pois em meio a uma pandemia enviou-me um livro pelos correios. Você contribuiu muito para construção deste trabalho, muito obrigado.

Agradeço também, aos integrantes do LEPPEM, especialmente ao Renan, Daniel e Samuel. Estes colegas acadêmicos foram bastante atenciosos e gentis para comigo. O grupo LEPPEM contribuiu para o início da elaboração desta pesquisa.

Também não posso esquecer aos professores doutores, Vladimyr Lombardo e Paulo D'Avila, por comporem a banca desta dissertação no meio de uma pandemia.

Por fim, tenho o dever de não esquecer onde tudo começou. Este trabalho iniciou-se com a correção ortográfica do projeto de dissertação pela professora de Língua Portuguesa, Karen Lemos, e pela gentileza de um amigo e colega de trabalho, Afonso Jose Kroff. Afonso, muito obrigado por ter deixado fazer a inscrição do processo seletivo no seu computador e scaneado todos os documentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **Resumo**

O seguinte trabalho tem como objetivo principal analisar as agendas políticas dos partidos conservadores brasileiros ao longo de cinco décadas, por meio dos programas e manifestos de quatro partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas (DEM) e Partido Social Liberal (PSL). Ao analisar seus programas e manifestos, tentaremos verificar se ocorreram rupturas e continuidades nas agendas políticas ao longo do tempo. Para isto, utilizaremos a análise interpretativa dos conteúdos e a comparativa, por meio de revisões bibliográficas de fontes primárias e secundárias. Por meio da reconstrução histórica dos quatro partidos analisados e dos seus programas e manifestos, verificamos que suas agendas políticas passaram por diversas rupturas, e que, além disso, também apresentaram continuidades ao longo do processo histórico. Estes achados são fundamentais para a Ciência Política, pois contribui para a reconstrução histórica e analítica sobre os partidos conservadores brasileiros. Deste que, a maioria das pesquisas brasileiras tem como foco principal a análise dos partidos esquerda. Além disso, também quebra com o paradigma de que partidos conservadores não elaboram propostas sociais. No mercado eleitoral, tanto os partidos conservadores como os partidos de esquerdas defendem propostas sociais para atender os interesses dos eleitores brasileiros.

### **Palavras-chave:**

partidos conservadores; programas; rupturas; continuidades; conservadorismo

## **ABSTRACT**

The following work has as its main objective to analyze the dimension of conservatism in Brazil over five decades, through the programs and manifestos of four Brazilian conservative parties: União Democrática Nacional (UDN), Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas (DEM) and Partido Social Liberal (PSL). By analyzing your programs and manifestos, we'll try to see if there have been breaks and continuities in their political agendas over time. For this, we'll use the interpretative analysis of the content and the comparative, through bibliographic reviews of primary and secondary sources. Through of historical reconstruction of the four analyzed parties and their programs and manifestos, we'll verify that theirs political agendas have gone through several ruptures, and that, besides, they also presented continuities over time. These findings are fundamental for Political Science, as it contributes to the historical and analytical reconstruction of Brazilian conservative parties. Since, most Brazilian research has as its main focus the analysis of left-wing parties. Moreover, it also breaks the paradigm that conservative parties do not elaborate social proposals. In the electoral market, both conservative parties how the left-wing parties defend social proposals to meet the interests of Brazilian voters.

### **Keyword:**

Conservative parties; programs; ruptures; continuities; conservatism

## Sumário

<b>Introdução</b>	15
<b>Capítulo 1: A História das múltiplas facetas da UDN e os programas</b>	17
1.1. A História das múltiplas facetas da UDN	17
1.1.1 Antecedentes	18
1.1.2. Surgimento da UDN	19
1.1.3. Composição	22
1.1.4. Campanha de Eduardo Gomes	24
1.1.5. Oposição Branda: Governo Dutra	25
1.1.6. Governo de Vargas: Golpismo e o Anti-getulismo	29
1.1.7. A UDN no poder: Café Filho	33
1.1.8. Oposição Democrática: Governo de Juscelino Kubitschek	35
1.1.9. A Frustração Udenistas: Governo de Jânio Quadros	39
1.1.10. Governo João Goulart	41
1.1.11. A Ilusão do poder (1964-1965)	45
1.2 . Apontamentos dos programas	47
<b>Capítulo 2: PFL/DEM (1985-2018): Das liberdades ao ultraconservadorismo</b>	57
2.1. História do PFL/DEM	58
2.1.1. Antecedentes	58

2.1.2. Surgimento	62
2.1.3. Cisão do PDS e Fundação: Governo Sarney	73
2.1.4. Ascensão no incipiente presidencialismo de coalizão e o reagrupamento: Governo Fernando Collor de Melo	81
2.1.5. A Transição: Itamar Franco	85
2.1.6. O presidencialismo de coalizão e o partido de base governista: Governo Fernando Henrique Cardoso	90
2.1.7. A oposição, a decadência e o surgimento do DEM: Governo Luis Inácio Lula da Silva	98
2.1.8. Dilma Rousseff: O decréscimo eleitoral	107
2.1.9. O DEM no governo Temer: Os processos de reformas neoliberais	112
2.2 Apontamentos dos programas e manifestos	117
<b>Capítulo 3: PSL: As pautas neoliberais e a vice-liderança no Congresso Nacional em 2018.</b>	<b>136</b>
3.1. Surgimento do PSL	136
3.2. A trajetória histórica do PSL	141
3.3. A geografia do voto do PSL: Eleições de 2018 e 2020	166
3.4. Apontamentos dos programas e manifestos	178
<b>Capítulo 4: Rupturas e Continuidades do Conservadorismo Brasileiro</b>	<b>190</b>
4.1. Democracia nos programas e manifestos dos partidos conservadores	190
4.2. Economia nos programas e manifestos dos partidos conservadores	191
4.3. Política agrária nos programas e manifestos dos partidos conservadores	193
4.4. Relações exteriores nos programas e manifestos dos partidos conservadores	194

4.5. A intervenção do Estado nos programas e manifestos dos partidos conservadores	194
4.6. Políticas de bem-estar e social nos programas dos partidos conservadores	195
4.7. Segurança nacional e pública nos programas e manifestos dos partidos conservadores	196
4.8. Ecologia e ideologia nos programas e manifestos dos partidos conservadores	197
<b>Considerações finais</b>	198
<b>Bibliografia</b>	200

## Introdução

A presente dissertação tem como principal foco analisar se ocorreram rupturas e continuidades nas agendas políticas dos principais partidos conservadores brasileiros ao longo do tempo, através da análise dos programas e manifestos de quatro partidos conservadores brasileiros: UDN, PFL, DEM e PSL. Para isto, partiremos do pressuposto de que as agendas políticas destes partidos sofreram diversas mudanças durante o período de 1945 a 2020. Nosso foco se limitará apenas aos partidos conservadores do período democrático, desconsiderando assim a ARENA. Seleccionamos estes quatro partidos conservadores por estes terem obtido representação expressiva no Congresso Nacional Brasileiro no período entre 1945 a 2020.

Vale destacar também de que escolhemos a UDN e o PFL/DEM por estes partidos serem considerados como os principais partidos conservadores brasileiros pela ciência política brasileira. É o que deixa claro Power, Mainwaring e Meneguelo no livro “Partidos Conservadores Brasileiros”, em referência ao PFL: “Durante todo o período entre 1985 a 1999, o PFL tem sido o maior partido conservador no Congresso, o PDS/PPR/PPB, o segundo, e um conjunto de partidos conservadores menores tem se proliferado desde maio de 1985” (POWER, pág.31,2000). Partimos do pressuposto de que o DEM é uma mudança de sigla do PFL, porém com uma nova roupagem.

Para analisar estas mudanças nas agendas políticas dos quatro partidos conservadores brasileiros, dividiremos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordaremos a história da UDN ao longo dos seus vinte anos de atuação, com o objetivo de inserir a UDN dentro do contexto histórico em que o partido surgiu e se desenvolveu. No segundo momento do primeiro capítulo, centraremos na análise dos programas de 1945 e 1957 da UDN para verificarmos se ocorreram e em que direções ocorreram as mudanças e continuidades no comportamento conservador da UDN.

No segundo capítulo iremos descrever a história de fundação do PFL que surgiu como uma Frente liberal contra os rearranjos do jogo político da Ditadura Militar, e iremos até o período de 2018. Aqui consideramos que o DEM é mudança de sigla do antigo PFL, porém com novas posturas políticas. Na segunda parte deste capítulo, analisaremos os documentos de 1985, o programa de governo do PFL 1994-

1998 e os posicionamentos do DEM de 2020, com o objetivo de verificar as descontinuidades e as continuidades das suas agendas políticas.

No terceiro capítulo, remontaremos a história do PSL, que nasceu a partir de um descompasso entre o senador Romeu Tuma com as lideranças do Partido Liberal (PL). No segundo momento deste capítulo, analisaremos os documentos de 1995 e os posicionamentos de 2021 do PSL. Por fim, no último capítulo faremos uma análise comparativa dos quatro partidos para verificarmos as continuidades e descontinuidades das suas agendas políticas ao longo do tempo.

## Capítulo 1: História das múltiplas facetas da UDN e os seus programas

O presente capítulo tem como objetivo analisar as possíveis rupturas e continuidades das agendas políticas na UDN, através dos principais tópicos contidos nos programas de 1945 e 1957 daquele que pode ser identificado como principal partido conservador brasileiro do período 1945-1964. O recorte temporal seguido remonta a um momento de fundamental relevância da história política brasileira, que é o processo de reabertura democrática, logo após o Estado Novo. Os tópicos analisados nos dois programas serão: democracia, economia, relações exteriores, segurança nacional, política agrária, política social, bem-estar e intervenção estatal.

Tentando compreender estas rupturas e continuidades, faremos a divisão desse capítulo em duas partes. No primeiro subcapítulo reconstruiremos a história dos 20 anos de existência da UDN. Ao longo desses anos, o partido assumiu múltiplas facetas dependendo do contexto histórico do período. No início de sua existência, tinha como principal bandeira as ações democráticas, lutando por liberdades que foram retiradas durante o Estado Novo. Em momento subsequente, transformou-se em um partido de cunho golpista que apoiava a Ditadura Militar. Durante a sua existência a UDN adotou diversos tipos de ações nos governos de 1945 a 1965.

No segundo subcapítulo analisaremos os tópicos contidos nos programas de 1945 e 1957 da UDN, com o objetivo de constatar possíveis modificações e continuidades nos tópicos referidos acima e no próprio sentido do conservadorismo seguido por esse partido, no período de 1945 a 1964.

### 1.1 . História da UDN (1945-1964)

Esse primeiro subcapítulo dividido em 11 seções tem como principal objetivo reconstruir a história do comportamento político da UDN ao longo de 20 anos. Essas seções demonstraram o posicionamento político da UDN em cada governo do período de 1945 a 1964, sabendo-se de que as principais ações políticas da UDN foram desenvolvidas no Congresso Nacional por meio dos seus parlamentares.

### 1.1.1 Antecedentes

No final do governo de Getúlio Vargas ocorre um crescimento da oposição em relação às políticas autoritárias desenvolvidas pelo Estado Novo. Nesse momento a despeito da fragilidade e escassa organização da sociedade civil no Brasil, alguns grupos conseguiram mobilizar uma forte oposição ao governo varguista. Entre esses grupos encontramos: os liberais mineiros, que são autores do Manifesto dos Mineiros<sup>1</sup>, grupos de esquerda, elitistas conservadores e os militares.

Além disso, a partir de 1943 o governo estado-novista também perdeu grande parte da sua base de sustentação política. Pressionado pela oposição e sem sua base política, Vargas tenta minimizar esses fatores negativos decretando a lei complementar nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Essa lei sancionava as normas que regulariam as eleições para presidente, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal que seriam realizadas em 2 de dezembro de 1945. Diante desse clima, Vargas também sanciona o decreto-lei 7474 de 18 de abril de 1945, que anistiava todos os presos políticos do Estado Novo.

Diante essa tensão política e da criação da lei complementar nº9 por Getúlio Vargas surge a necessidade da criação dos partidos políticos. Nesse momento serão criados: O Partido Social Democrático (PSD), cujos membros estavam associados à máquina pública do Estado Novo, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB), que reunia membros dos sindicatos de Vargas, e, finalmente, a União Democrática Nacional (UDN), cujos quadros eram egressos da oposição.

Mesmo com sua base política fragilizada, os varguistas tentarão articular a participação de Vargas nas eleições presidenciais de 1945. Em meados de 1945 serão organizadas várias carretas e comícios pelo Brasil em pró-candidatura a Getúlio Vargas, em movimento que ficou conhecido como Quererismo. Porém essa grande mobilização pró-Getúlio não teve o êxito esperado.

---

<sup>1</sup> Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Entre seus 92 signatários incluíam-se Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga.

O ponto culminante da crise política do Estado Novo foi o decreto-lei nº8063 de 10 de outubro de 1945, que antecipou as eleições estaduais para 2 de dezembro de 1945. A oposição temeu que esse decreto fosse uma tentativa de Vargas para manter-se no poder, pois permitia a interferência no processo eleitoral por meio dos interventores. Esse decreto será o ponto final para que a oposição se mobilize em caráter conspiratório para derrubar Getúlio Vargas do poder.

Diante das tentativas de permanência do governo Vargas, a oposição sob a liderança do ministro de Guerra Góis Monteiro e o general Cordeiro Farias articulam um plano para a renúncia do presidente Getúlio Vargas, com o apoio dos generais dos quartéis. Em 29 de outubro de 1945, as três armas - Exército, Marinha e Aeronáutica - impõem a renúncia de Vargas e o fim do Estado Novo.

#### 1.1.2. Surgimento

A União Democrática Nacional surgiu oficialmente em 7 de abril de 1945. O partido nasce das forças oposicionistas ao governo de Getúlio Vargas, no crepúsculo do Estado Novo. Esses grupos oposicionistas eram formados por diversos setores da sociedade brasileira, que tinham como objetivos a reconquista da democracia e dos diversos princípios de liberdade. O partido se formou em torno da candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>2</sup> à presidência, prevista pela Lei Constitucional nº9 de 28 de fevereiro de 1945.

Os líderes fundadores da UDN escolheram a data de 7 de abril como marco da sua fundação, pois era uma data que tinha imenso valor simbólico para o liberalismo brasileiro. Nesse mesmo dia e mês ocorreu a abdicação de D. Pedro I em 1831. Na concepção desses liberais a abdicação era resultado da ação de congêneres liberais do império.

---

<sup>2</sup> Eduardo Gomes foi um dos combatentes e sobrevivente da Revolta do Forte de Copacabana de 1922 contra o governo de Epitácio Pessoa. Participou também da Revolta tenentista de 1924 em São Paulo e da Coluna Prestes, porém foi preso antes de se encontrar com Luis Carlos Prestes no Sul do Brasil. Na Segunda Guerra Mundial ficou responsável pela chefia da defesa área do Atlântico Sul.

Para formalizar a criação da UDN, ocorreu uma reunião no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1945, que tinha como objetivo tratar da organização formal da UDN e regulamentar a Convenção que lançaria oficialmente a candidatura do major-Brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República.

“Era de intensa vibração o ambiente do Auditório da ABI no momento em que se iniciaram ontem os trabalhos da Convenção, reunida para o lançamento oficial, pelas correntes verdadeiramente democráticas do país, da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência constitucional. A Imprensa desde logo despertada, era a de que voltávamos àqueles grandes dias do entusiasmo cívico com os quais a ditadura nos havia feito perder o contacto. Estivemos como nos tempos em que a vida parlamentar animava a alma de nossa gente levando-a às mais vibrantes expansões.”(Correio da Manhã, 8 de abril de 1945)

Essa reunião teve a participação de um grupo bastante heterogêneo, porém tinha como ponto comum a luta contra a ditadura varguista. Os principais pontos tratados na reunião foram: liberdade de imprensa e de associação, anistia, ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal. Nessa reunião um dos discursos que mais se destacaram foi o de João Mangabeira<sup>3</sup>, mesmo em se tratando de um quadro de origem de esquerda dentro da UDN.

“O presidente Pedro Aleixo<sup>4</sup> dá a palavra ao sr. João Mangabeira, cujo discurso manteve o recinto em constante

---

<sup>3</sup> João Mangabeira foi um destacado político brasileiro, tendo ocupado os cargos de Ministro da Justiça, Ministro de Minas e Energia, Deputado Federal e Deputado Estadual. No final do Estado Novo integrou-se na esquerda democrática (ED), e em 1947 tornou-se o único deputado eleito pela ED, que mais tarde transformou-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Pertenceu a linha mais esquerdista da UDN por algum tempo.

<sup>4</sup> Pedro Aleixo (Mariana, 1 de agosto de 1901 — Belo Horizonte, 3 de março de 1975) foi um advogado, jornalista, professor e político brasileiro, tendo sido o 16.º vice-presidente do Brasil entre 1967 e 1969, impedido de tomar posse da presidência da República pela junta governativa provisória. Foi

vibração. (...) O sr. João Mangabeira adverte que a desordem só pôde favorecer á ditadura. "Sou homem de esquerda — declara — mas não falo, neste momento, em nome de nenhum dos grupos em que se acha dividida a esquerda no Brasil. Posso assegurar, entretanto, que não há um só homem de esquerda que procure fomentar a desordem. O que a esquerda deseja é ordem para sustentar e defender o seu programa, dentro da lei. E é dentro da ordem e da lei que a União Democrática Nacional há de levar às urnas e â vitória o nome impoluto do brigadeiro Eduardo Gomes, bandeira da aspiração da liberdade, símbolo da democracia no Brasil". O sr.. João Mangabeira lê, então, a moção que redigiu, que exprime o pensamento dos dirigentes da União Democrática Nacional e foi aprovada sob uma grande salva de palmas." (Correio da manhã; 8 de abril de 1945, pág. 32)

Nessa noite foi aprovada a Comissão de Estudos que ficaria responsável pela elaboração dos estatutos e o programa da UDN. Os membros responsáveis por essa função foram: Raul Fernandes<sup>5</sup>, Prado Kelly<sup>6</sup> e Waldemar Ferreira<sup>7</sup>. Esses fizeram parte das questões jurídicas do partido por muito tempo. O programa e os estatutos acabaram sendo elaborado na Convenção de 17/08/1945.

---

também deputado estadual, deputado federal e ministro da Educação no governo do presidente Castelo Branco. Pertenceu a linha liberal da UDN.

<sup>5</sup> Raul Fernandes (Valença, 24 de outubro de 1877 — Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1968) foi um advogado, político e diplomata brasileiro. Também foi um dos fundadores da UDN.

<sup>6</sup> José Eduardo do Prado Kelly (Niterói, 10 de setembro de 1904 — Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1986) foi um advogado, jurista, poeta, jornalista e magistrado brasileiro. Foi deputado federal, ministro da Justiça, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Também foi um dos fundadores da UDN

<sup>7</sup> Waldemar Martins Ferreira (Bragança Paulista, 2 de dezembro de 1885 — São Paulo, 10 de agosto de 1964) foi um advogado, professor e político brasileiro. Foi Secretário de Justiça e Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo na administração de Pedro de Toledo. Foi um dos fundadores da UDN e presidente até 1948 da seção paulista do partido.

A formação ideológica e as profissões dos membros que participaram da assinatura da ata de fundação da UDN foram bastante heterogêneas. Entre os que assinaram a ata tinham: Astrogildo Pereira, um dos fundadores do partido comunista, Virgílio Mello Franco<sup>8</sup>, de ideais liberais, e João Mangabeira, esquerdista de militância. No quesito profissão tinha “26 advogados, 9 professores, 9 médicos, 9 jornalistas, 5 industriais, 3 fazendeiros, 3 engenheiros, 2 militares, 2 escritores, 1 funcionário e ... 1 lavrador” ( Benevides, 1980, págs. 12 e 13).

Oficialmente a União Democrática Nacional foi criada nessa reunião, mas esse partido já vinha sendo pensado em 1943 por dois políticos exilados brasileiros. Armando Salles de Oliveira<sup>9</sup>, exilados em Buenos Aires, e Octávio Mangabeira<sup>10</sup>, em Nova York. Esses dois conspiravam juntamente com os membros do Manifesto dos Mineiros contra Vargas.

### 1.1.3. Composição

No início da fundação a UDN apresentava uma composição ideológica bastante diversa, porém unidas pela luta comum contra a ditadura varguista como já mencionado. De acordo com a autora Maria Victoria Benevides a UDN era composta por 5 categorias:

---

<sup>8</sup> Virgílio Alvim de Melo Franco (Ouro Preto, 12 de julho de 1897 — Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1948) foi um político, jornalista brasileiro e um dos elaboradores do Manifesto dos Mineiros. Teve participação política na época do início do Governo Vargas, sendo inicialmente apoiador do presidente e depois trabalhando como oposição. Pertenceu a ala liberal da UDN

<sup>9</sup> Armando de Salles Oliveira (São Paulo, 24 de dezembro de 1887 — São Paulo, 17 de maio de 1945) foi um engenheiro e político brasileiro, graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, interventor federal em São Paulo entre 21 de agosto de 1933 a 11 de abril de 1935 e governador (eleito pela Assembleia Constituinte) de 11 de abril de 1935 a 29 de dezembro de 1936. Apenas participou do Diretório de fundação da UDN

<sup>10</sup> Otávio Mangabeira, nascido (Salvador, 27 de agosto de 1886 — Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1960) foi um engenheiro, professor e político brasileiro. Foi governador da Bahia e membro da Academia Brasileira de Letras. Fundador e primeiro presidente da UDN

- 1) A oligarquia destronada da Revolução de 1930: os antigos membros do Partido Republicano Mineiro (PRM), que tinha a liderança de Arthur Bernardes; membros do Partido Republicano Paulista (PRP), liderados por Júlio Prestes; autonomistas baianos, comandados por Octávio Mangabeira; e clãs políticos-familiares.
- 2) Antigos aliados de Vargas: alguns tenentes que se sentiram traídos por Getúlio como o próprio Eduardo Gomes; membros da Aliança Liberal (AL), aqui tinham os gaúchos como Borges de Medeiros integrantes do Partido Republicano Riograndense (PRR); os mineiros como Virgílio de Mello Franco e Antonio Carlos que acabaram perdendo cargos no governo varguista; e governadores dissidentes ou retirados do poder em 1937.
- 3) Antigos funcionários que participaram do governo estadonovista antes 1945: Oswaldo de Aranha, Ministro do Exterior até 1944; Adhemar de Barros, interventor do estado de São Paulo até 1942.
- 4) Os liberais: Os libertadores gaúchos, chefiados por Raul Pilla; os inspiradores do Manifesto dos Mineiros, Milton Campos<sup>11</sup>, Os Mello de Franco entre outros; os egressos do Partido Constitucionalista de 1932; professores da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; jornalistas ligados ao jornal O Estado de São Paulo; membros da aristocracia rural; bacharéis como Raul Fernandes e Prado Kelly; intelectuais e jornalistas conservadores ligados à Associação Brasileira de Escritores (ABDE); a União dos Trabalhadores Intelectuais de linha mais liberal e esquerdista como Graciliano Ramos entre outros;
- 5) As esquerdas: políticos e intelectuais socialistas, que formariam a Esquerda Democrática (ED), essa fundada publicamente dois meses depois da criação da

---

<sup>11</sup> Milton Soares Campos (Ponte Nova, 16 de agosto de 1900 — Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1972) foi um político, professor, jornalista, advogado brasileiro e elaborador do Manifesto dos Mineiros. Foi governador de Minas Gerais, deputado federal, senador e ministro da Justiça. Além de ser um fundadores da UDN. Pertenceu a ala liberal do partido.

UDN, com Hermes Lima<sup>12</sup> e João Mangabeira já citado na reunião de 7 de abril de 1945; comunistas dissidentes como Silo Meirelles, Astrogildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o professor marxista anti stalinista Leônidas Rezende; e estudantes do movimento estudantil.

Para ressaltarmos algumas informações descritas acima: à Esquerda Democrática (ED) não foi um grupo dissidente da UDN. Esse formou uma aliança partidária com a UDN para poderem lutar contra a ditadura estado-novista, e apoiar a eleição do brigadeiro Eduardo Gomes. A ED concordava em dois pontos com o programa da UDN de 1945, são eles; o direito de greve e a autonomia sindical. Porém, discordava da política econômica proposta pela UDN, isso levou o distanciamento da ED com o passar do tempo da UDN.

#### 1.1.4. Campanha de Eduardo Gomes

Formado o Partido e articulado as devidas alianças, a campanha em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes se inicia - ficou conhecida como campanha do lenço branco e teve como principais articuladores Virgílio de Mello Franco e Juraci Magalhães<sup>13</sup>. Para os organizadores da campanha, o brigadeiro era o candidato ideal, pois reunia diversas qualidades e tinha um alto posto militar. Além disso, contava com a simpatia das classes médias pelos seus ideais moralizantes, porém não tinha apoio das classes populares. A política trabalhista e corporativista de Getúlio atraía mais esse setor da sociedade.

A candidatura de Eduardo Gomes foi acertada em fins de 1944 e apresentada a imprensa em fevereiro de 1945, dois meses antes da fundação simbólica da UDN.

---

<sup>12</sup> Hermes Lima (Livramento do Brumado, 22 de dezembro de 1902 — Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1978) foi um político, jurista, jornalista, professor, ensaísta brasileiro e um dos fundadores dos partidos UDN e PSB. Pertenceu a ala esquerdista da UDN até 1947.

<sup>13</sup> Juracy Montenegro Magalhães (Fortaleza, 4 de agosto de 1905 – Salvador, 15 de maio de 2001) foi um militar e político brasileiro. Eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional - UDN, 1959-1963, renunciou em 13/11/1962. Eleito e diplomado deputado estadual pela UDN, 1963-1967, faleceu em 04/04/1963, sem ser empossado. Pertenceu a linha conspiratória da UDN.

Assim, iniciou-se a corrida eleitoral para a presidência da República. A eleição de 1945 foi disputada entre os candidatos Eduardo Gomes (UDN), Eurico Gaspar Dutra (PSD-PTB) e Yedo Fiuza (PCB). Eduardo Gomes apresentou como propostas: a defesa do Estado de Direito, a livre empresa, o capital estrangeiro etc. Contava com o apoio da classe média moralizante, dos intelectuais liberais, de segmentos das esquerdas e das Forças Armadas, porém não tinha o apoio do capital financiador paulista que estava direcionado para o general Dutra.

A campanha do lenço branco do brigadeiro se estendeu de abril a outubro de 1945 percorrendo diversas cidades brasileiras, através de carretas e comícios. Porém, não teve a adesão da camada popular, apesar de Eduardo Gomes defender na sua campanha o direito de greve e a liberdade sindical. A sua plataforma de campanha agregava os interesses das forças de esquerda, pois era favorável a associação sindical e ao direito de greve. Também agregava as forças conservadoras, pois no plano econômico sua proposta conciliava a livre empresa, o papel do Estado e o capital estrangeiro.

A campanha do lenço branco de Eduardo Gomes demonstrou também o papel dos militares no processo de redemocratização e os valores morais conservadores. Esses dois pontos também irão percorrer ao longo de toda história desse partido.

Mesmo com o apoio de diversos setores da sociedade, o major-Brigadeiro Eduardo Gomes perde a eleição para o candidato da coalização partidária (PTB/PSD) Eurico Gaspar Dutra, esse contava com o poder da máquina pública. O resultado da eleição presidencial de 1945 foi: Dutra com 55% (3.252.507) dos votos, seguido por Eduardo Gomes com 34% (2.039.341) dos votos e por Yedo Fiuza com 9% (569.818).

#### 1.1.5. Oposição branda: No Governo Dutra

Nessa seção descrevemos o comportamento político da UDN no governo Dutra. Nesse primeiro momento, o partido irá assumir uma oposição branda dentro dos princípios democráticos. Sua atuação será principalmente dentro do âmbito parlamentar.

Em 30 de janeiro de 1946 tem início o governo de Dutra. Esse governo teve marcas como: o grande acordo inter-partidário (PSD-UDN-PR), a intensa perseguição

aos comunistas e a repressão violenta ao movimento dos trabalhadores. Existia um mito de que o governo Dutra respeitava os princípios constitucionais, mas tratava-se na verdade de um legalismo autoritário, com forte característica repressiva.

Mesmo saindo derrotada na eleição presidencial, a UDN fez a segunda maior bancada na eleição para o Congresso Nacional. Foram eleitos 77 deputados e 10 senadores da UDN, o que correspondia a 27% das vagas do parlamento; perdeu apenas para o PSD que elegeu 151 deputados e 26 senadores, correspondendo a 53,7% das cadeiras ocupadas.

Composto o Congresso Nacional, houve a necessidade da criação da Assembleia Constituinte para a elaboração da nova Constituição. Participaram da Comissão para elaboração da Constituição: 19 pessedistas, 10 udenistas, 2 petebistas e 5 congressistas de pequenos partidos. Nessa Constituinte, os udenistas trouxeram a proposta de liberdade de voto, ou seja, a votação para o material constitucional seria aberto. A nova Constituição de 1946 não apresentou nenhum conjunto de direitos novos; em grandes linhas, tratava-se de uma compilação das prerrogativas da Carta de 1934.

Cabe ressaltar, no entanto, que dois pontos foram bastante debatidos pelos parlamentares udenistas na Constituinte de 1946. Esses pontos se referiam às pautas sobre o direito de greve e a autonomia das organizações partidárias e sindical. Essas duas temáticas acabaram dividindo a UDN em dois grupos: os que defendiam o direito de greve e livre organização sindical sem qualquer tipo de supressão dos direitos, como exposto no programa da UDN de 1945; e o grupo mais conservador da UDN que defendia o direito de greve e a organização sindical, porém com a intervenção institucional do Estado através do Ministério do Trabalho e do Tribunal de justiça. A ala conservadora saiu vitoriosa e o decreto-lei 9070 de 15 de março de 1945<sup>14</sup> foi aprovado.

Porém, a grande polêmica que envolveu o parlamento brasileiro no governo Dutra foi à cassação do registro do Partido Comunista. Essa proposta de cassação

---

<sup>14</sup> Decreto-lei 9070/46: O direito de greve só seria permitido se todos os recursos jurídicos fossem esgotados. Assim, o Ministério do Trabalho e a Justiça do trabalho tinha pleno controle das greves e do movimento dos trabalhadores.

representava um aspecto contraditório no programa de 1945 da UDN, que era favorável a livre organização partidária. Esse processo de cassação demonstrou a característica conservadora do partido dentro Congresso Nacional.

O projeto de cassação foi discutido e votado por 30 parlamentares, dos quais a metade era formada por udenistas. Todos foram favoráveis pela cassação, pois alegavam que o programa partidário do PCB contrariava os princípios democráticos. O único deputado favorável a livre organização partidária foi Hermes Lima.

A constitucionalidade do projeto foi discutida no Supremo Tribunal Eleitoral. Participaram da sessão sobre o pedido de cassação do registro 5 ministros: O ministro F. Sá Filho que ““ denegou-o, alegando que “não houve acusação formalmente articulada”, advertindo que “o desaparecimento do Partido Comunista dos quadros legais coincide com o eclipse da Democracia”” (Chacon, 1981, pág.145). Outro que delegou foi A.M. Ribeiro da Costa “Na realidade, que fez, até aqui, o Partido com essa significação? Comícios, greves, propaganda partidária intensa, espetacular, profusa, assustadora, incômodo e suspeita?”(Chacon, 1981, pág. 146). Os três ministros J. A. Nogueira, Rocha Lagoa e Cândido Lobo votaram a favor da cassação do registro do Partido Comunista em 7 de maio de 1947.

No final de 1947 também foi discutido a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Diante desse clima polêmico foi aprovado por 179 contra 74 o projeto do senador Ivo de Aquino (PSD-SC), que cassava os mandatos dos deputados e senadores do partido comunista.

A discussão envolvendo a cassação dos mandatos dividiu os congressistas udenistas. Na votação na Câmara do projeto de Ivo de Aquino, seis deputados udenistas foram favoráveis à cassação, entre eles: Juraci Magalhães, coronel do exército, que tinha apoio dos generais Canrobert Pereira da Costa e Góis Monteiro, Ministro de Guerra. Por outro lado, seis deputados udenistas foram contra a cassação, entre eles Afonso Arinos<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Afonso Arinos de Melo Franco (Belo Horizonte, 27 de novembro de 1905 — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1990) foi um jurista, político, historiador, professor, ensaísta, crítico brasileiro e um dos elaboradores do Manifesto dos Mineiros. Destaca-se pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951. Ocupou a Cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito

Nas reuniões do Diretório Nacional da UDN, Juraci Magalhães e os que eram favoráveis ao projeto de Ivo Aquino defenderam o combate ideológico e a repressão do governo Dutra aos comunistas. Juraci Magalhães pronunciava que se a cassação dos mandatos não fosse resolvida por meios legais, o governo iria se voltar para as Forças Armadas. Esse posicionamento da linha mais conservadora da UDN demonstra o alinhamento de alguns congressistas udenistas com os militares conservadores.

O episódio da votação no parlamento pela cassação dos mandatos foi muito conturbado. Como a autora Maria Victoria Benevides relata por meio de uma entrevista que Juraci Magalhães concedeu à autora em 22/07/1976:

“Confesso que admiti que morreria muita gente naquele dia e então fui armado para o plenário, como armados estávamos todos nós, os líderes mais atuantes da luta contra os comunistas. Os comunistas estavam ostensivamente armados: alguns com dois revólveres, e o debate foi se acalorando e em determinado momento eu dei gritos de: Fora os lacaios de Stalin!”  
(Benevides, 1980,pág.43)

Do outro lado estava Afonso Arinos e seus apoiadores, entre eles Soares Filho<sup>16</sup>, líder do partido na Câmara. Esses defendiam a inconstitucionalidade do projeto de Ivo de Aquino. A aprovação da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas significaria a destruição dos princípios democráticos. Esse posicionamento, vale salientar, estava mais alinhado com a linha liberal clássica da UDN. Mas, nesse episódio o STE julgou o projeto de Ivo Aquino inconstitucional.

Outro capítulo importante da UDN no governo Dutra foi o acordo interpartidário (PSD-UDN-PR). O acordo possibilitou a legitimidade da investidura do

---

em 23 de janeiro de 1958. Pertenceu a ala liberal no início da fundação do partido e no Governo Vargas atuou na Banda da Música ou conspiratória da UDN.

<sup>16</sup> José Monteiro Soares Filho (Vassouras, 21 de agosto de 1894 — Vassouras, 24 de maio de 1952) foi advogado, jornalista e político brasileiro. Foi político eminente durante a Era Vargas. Como deputado federal pelo Rio de Janeiro, quando faleceu, era o líder da União Democrática Nacional na Câmara dos Deputados. Pertenceu a ala liberal da UDN.

presidente, a nova ordem constitucional, a consolidação da democracia e a pacificação nacional. O acordo também tinha como objetivo: conter o avanço do getulismo nas próximas eleições presidenciais e sustentar o governo de Dutra.

A participação da UDN no poder executivo foi bastante discreta, com apenas dois ministros: Raul Fernandes, chanceler, Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde. A UDN manteve uma oposição pacífica no governo Dutra. Além disso, outra marca da UDN nesse período foi à divisão política dos udenistas nas principais votações dentro do Congresso. Esse racha dos membros da UDN demonstra a característica heterogênea do partido.

O posicionamento pacífico com relação ao governo Dutra, a indefinição política dos membros da UDN e a fixação do acordo inter-partidário distanciou o partido dos seus princípios fundadores e do seu próprio programa de 1945, que tinham com bandeiras: o direito de greve, a estatização do petróleo, a livre organização partidária e sindical entre outros.

Aproximando-se às eleições presidenciais de 1950 começaram as discussões sobre o candidato da coalização PSD-UDN-PR. Esse momento transformou-se em um verdadeiro impasse, pois ambos os partidos e membros partidários queriam lançar candidaturas próprias. O acordo inter-partidário PSD-UDN-PR propunha que os pessedistas indicariam os candidatos ao governo federal e os udenistas ficariam responsáveis pelos governos estaduais. Esse pacto partidário assinado pelos partidos tinha como principais objetivos sustentar a política de Dutra no Congresso e deter o avanço getulista pelo PTB, porém chegada às eleições cada partido resolveu lançar candidaturas próprias. Demonstrando assim, a fragilidade que sempre foi o acordo inter-partidário.

#### 1.1.6. Governo Vargas: Golpismo e o Anti-getulismo

Às eleições presidenciais de 1950 trouxeram de volta Getúlio Vargas ao poder. Getúlio, candidato do PTB com apoio de alguns membros do PSD, obteve 48,7% da votação, contra 29,7% do Brigadeiro, novamente o candidato da UDN e que não detinha o apoio da massa popular, 21,5% para Cristiano Machado, candidato do PSD que não detinha apoio de pessedistas em muitos estados e 0,1% para João Mangabeira,

candidato do Partido Social Brasileiro (PSB), originário da antiga Esquerda Democrática que em 1947 se desvinculou da UDN.

A nova derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes demonstrou a falta de coesão interna e a ambiguidade de mobilização da UDN. Perseu Abramo, integrante da UDN relata que um dos motivos da derrota do Brigadeiro nas eleições presidenciais foi a precariedade do seu programa: "Se a culpa cabe a alguém pela volta do ditador, cabe principalmente à União Democrática Nacional, ao combater a ditadura e seu candidato sem apresentar ao povo, em troca, nenhum programa, no sentido ideológico e doutrinário do termo". (*Folha Socialista*, 14/10/1950). A eficiência da campanha de Vargas estava em conseguir atrair os eleitores proletários com suas propostas de políticas industrializantes e pontos cruciais das questões sociais. Além disso, as coligações firmadas de Vargas com os rebeldes do PSD e os adesistas da UDN nos estados foram fundamentais para sua vitória.

No Congresso Nacional a UDN conquistou  $\frac{1}{4}$  das cadeiras: 81 deputados (num total de 304) e 15 senadores. Na tabela 1 abaixo que demonstra o percentual de ocupação de cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições 1945 e 1950. Além disso, a tabela também demonstra a diferença percentual das duas eleições que chamamos de variação. Nessa tabela podemos observar que a UDN não apresentou grandes variações na ocupação das cadeiras. A variação ficou em -1,7%, representando uma ligeira queda se compararmos as duas eleições. As grandes variações ocorreram com o PTB e o PSD, o primeiro teve um crescimento de 9,1% comparando as duas eleições e o segundo uma elevada queda de 16%. Um dos motivos para essa elevada variação entre PSD e o PTB no percentual de ocupação de cadeiras na Câmara dos Deputados foram: o resultado de uma onda populista que varreu as eleições de 1950 e a coligação firmada entre PSD-PTB. O PSD se aproximou do PTB, pois percebeu a força do movimento getulista junto às setores populares da sociedade.

Tabela 1: Resultados eleitorais dos principais partidos nas eleições de 1945 e 1950, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1945	1950	Variação
PSD	52,8	36,8	-16

UDN	28,3	26,6	-1,7
PTB	7,7	16,8	9,1

Fonte: Nicolau, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados \*

Antes mesmo da posse de Getúlio começou uma mobilização pela contestação dos resultados eleitorais, por parte da linha mais radical da UDN. Um dos líderes desse grupo foi Aliomar Baleeiro<sup>17</sup>, que defendeu a tese da maioria absoluta do total de votos. Por esse sistema, que foi bastante discutido no Congresso entre outubro de 1950 até 18 de janeiro de 1951, os dois candidatos mais votados deveriam disputar novas eleições ou serem escolhidos pelo Congresso Nacional. Porém, o STF diplomou Getúlio Vargas, presidente da República e Café Filho, vice-presidente.

Durante todo o governo de Vargas, a UDN assumirá de forma radical o papel de partido de oposição, com fortes características golpistas e conspiratórias. Essa nova abordagem da UDN será completamente diferente do governo anterior, em que fazia apenas uma oposição pacífica. No período Varguista, os discursos da UDN, tanto no Congresso como nas reuniões do Diretório Nacional do partido, centravam-se em três temas principais: as péssimas lembranças do Estado Novo, as denúncias de corrupção administrativa e a necessidade intervenção militar contra a desordem social criada pelo governo Varguista.

Dentro do parlamento, a UDN estava dividida em duas correntes: a “Banda da Música”<sup>18</sup>, que atacava o governo por meio de denúncias de corrupção nos órgãos públicos. Seus ataques voltavam-se principalmente contra a política econômica, social e

---

<sup>17</sup> Aliomar de Andrade Baleeiro (Salvador, 5 de maio de 1905 – Rio de Janeiro, 3 de março de 1978) foi um jornalista, advogado, professor, jurista, político brasileiro e um dos fundadores da UDN. Foi deputado federal pela Bahia e pela Guanabara e ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo presidido a corte de 1971 a 1973. Pertenceu a ala da Banda da Música ou ala conspiratória da UDN.

<sup>18</sup> O grupo de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) que mais se destacou na oposição constante e implacável aos governos Vargas (1951-1954), Kubitschek (1956-1961) e Goulart (1961-1964) tornou-se conhecido como a “Banda de Música” porque seus integrantes sentavam-se sempre na primeira fila do plenário e frequentavam quotidianamente a tribuna com uma oratória inflamada e agressiva.

salarial do governo. Os udenistas da Banda da Música não eram favoráveis ao reajuste do salário mínimo, à intervenção estatal e ao controle do capital estrangeiro. Essa corrente tinha forte alinhamento com o pensamento liberal e podemos afirmar também que era a linha mais extremista da UDN, pois conspiravam contra o governo eleito democraticamente. Do outro lado estavam os “chapas-brancas”, grupos de parlamentares que apoiavam o governo Vargas, formados principalmente por deputados do Nordeste.

No governo Vargas, a UDN terá também com bandeira e norte de ação o anticomunismo. Os udenistas irão defender o Acordo Militar EUA-Brasil em 1952, no contexto de Guerra Fria. Esse posicionamento acontecerá por fortes pressões da ala militar da UDN. O combate ao comunismo em 1953 pela UDN não se dava por motivações ideológicas, mas, sobretudo por pressões dos militares. Os militares brasileiros nas décadas de 1940 e 1950 estavam alinhados as políticas estadunidenses de combate ao comunismo. Entretanto, nesse período a maior preocupação dos udenistas não era o comunismo e sim o combate aos princípios ideológicos do getulismo que se espalhava pelo Brasil.

Em 1953 o País atravessou um contexto de crise econômica, social e política. Os motivos para a crise foram: as altas taxas inflacionárias e a queda na produção industrial. Além disso, diversos movimentos reivindicatórios ocorreram no país entre eles; a greve dos cem mil. Esses fatores e a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho criou uma enorme insatisfação nos diversos setores da sociedade. Entre esses setores estavam os militares que iriam se aproximar fortemente dos udenistas para pressionar o governo.

No ano seguinte, a crise no governo de Vargas foi intensificada. Nesse momento, a ala da Banda da Música da UDN atuará de forma conspiratória e golpista no parlamento, liderada por Afonso Arinos e Carlos Lacerda<sup>19</sup>. Afonso Arinos, líder da

---

<sup>19</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda (Vassouras, 30 de abril de 1914 – Rio de Janeiro, 21 de maio de 1977) foi um jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1947), deputado federal (1955–60) e governador do estado da Guanabara (1960–65). Foi fundador (em 1949) e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, assim como criador (em 1965) da editora Nova Fronteira. Pertenceu a ala da Banda da Música ou conspiratória.

UDN no Congresso Nacional, encaminhou um pedido de renúncia do presidente ao parlamento, pois responsabilizava Getúlio Vargas pela crise econômica, social e política que atravessava o país. Arinos era favorável ao golpe militar, com a tutela do Brigadeiro Eduardo Gomes. O processo de *impeachment* de autoria de Afonso Arinos foi encaminhando pela UDN na Câmara, porém foi derrotado por grande margem de votos.

O resultado final desse episódio de múltiplas mobilizações sociais, de fortes pressões oposicionistas e de crise econômica foi o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954. Levando assim, Café Filho à presidência da República com apoio dos militares e da UDN.

A mobilização conspiratória e golpista anterior ao suicídio de Getúlio Vargas, comandado por setores civis e militares ficou conhecido como golpe branco. Conforme assinala a autora Maria Victoria Benevides, o golpe branco de 24 de agosto foi um ensaio para o golpe de 1964, e a demonstração da aproximação dos udenistas com os militares.

#### 1.1.7. A UDN no poder: Governo Café Filho

Chegando ao controle do poder executivo do governo por meio de Café Filho, a UDN e seus simpatizantes assumiram onze posições ministeriais: Eduardo Gomes, na Aeronáutica, Amorim do Vale, na Marinha, Canrobert Pereira da Costa na chefia do EMFA, Juarez Távora na Casa Militar, Raul Fernandes nas Relações Exteriores, José Monteiro na Casa Civil, Prado Kelly na Justiça, General Lott no Ministério da Guerra, Eugênio Gudin na Fazenda, Gouvea de Bulhões na SUMOC, e Clemente Mariani no Banco do Brasil.

O Governo Café Filho ficará marcado pela intensa mobilização para às eleições presidenciais e do Congresso em 1955, e a nova derrota da UDN mesmo estando no poder. De dezembro de 1954 até outubro de 1955, parte da UDN e Carlos Lacerda lutaram no Congresso para tentar adiar as eleições e vetar as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Porém, essas tentativas foram frustradas pelo poder judiciário.

A linha mais radical da UDN no Congresso defendeu a reforma eleitoral e o sistema parlamentarista. Mas, a ideia do parlamentarismo liderado por Afonso Arinos não passou na Câmara.

Próximo à eleição presidencial de 1955, surgiram alguns nomes para concorrer ao cargo da presidência da República pela UDN, entre eles: Eduardo Gomes, que foi rejeitado rapidamente e o General Juarez Távora<sup>20</sup> que foi uma proposta de Eduardo Gomes para Afonso Arinos. Conforme a proposta desses, o candidato deveria ser um militar, mas essa decisão não tinha o apoio de todo o partido. Outro candidato também cogitado foi Etelvino Lins, que era membro da ala dissidente do PSD. Porém, a candidatura de Etelvino Lins não teve o resultado esperado de uma união nacional entre PSD e UDN.

Na Convenção Nacional Extraordinária de 31/7/1955, a UDN lançou como candidatos pelo partido Juarez Távora, para presidência e Milton Campos para vice. A campanha de Juarez teve como principais temas: as ações de combate à corrupção e à política trabalhista de Vargas, porém assim como na campanha do lenço branco de Eduardo Gomes não teve o êxito esperado. A campanha udenista não conseguiu atrair os eleitores populares.

O resultado da eleição de 1955 tornou Juscelino Kubitschek (PSD) o novo presidente da República, com 3.077.411 votos, contra 2.610.462 do candidato da UDN Juarez Távora e 2.222.725 do candidato do PSP Adhemar de Barros. Milton Campos (UDN) também perde para João Goulart (PTB) a vice-presidência, pois ainda em 1955 o eleitor brasileiro tinha o direito de dois votos para a escolha dos candidatos ao poder executivo federal, um voto para a presidência e o outro para a vice-presidência.

Antes da posse de Juscelino Kubitschek, a UDN posicionou-se de forma conspiratória no Congresso Nacional e nas próprias reuniões do Diretório Nacional do partido com o objetivo de impedir a posse dos candidatos eleitos. Essas tentativas

---

<sup>20</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora (Jaguaribemirim, 14 de janeiro de 1898 — Rio de Janeiro, 18 de julho de 1975) foi um militar e político brasileiro. Defendeu a ideia da exploração das reservas petrolíferas brasileira por capital estrangeiro.

golpistas da UDN tiveram o apoio da ala mais radical das Forças Armadas, assim como havia acontecido antes da posse de Getúlio Vargas.

No parlamento formaram-se duas linhas udenistas que contestavam a posse de Kubitschek com diferentes argumentos e intensidades. A ala legalista formada pela Banda da Música e liderada por Aliomar Baleeiro defendia o princípio da maioria absoluta do total de votos e a revisão do pleito por fraudes eleitorais. A outra ala, de orientação claramente golpista, foi comandada por Carlos Lacerda, que defendia a anulação das eleições presidenciais. O posicionamento radical de Carlos Lacerda pode ser observado nesse discurso: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse” (Benevides, 1980, pág. 96).

Além disso, nos bastidores ocorreram planos golpistas para a permanência de Café Filho na presidência, liderada pela UDN e setores militares comandados por Carlos Lacerda. Do lado oposto dessas intenções golpistas estava o ministro de Guerra, o general Lott, que era favorável à posse dos eleitos. Defendendo assim a legalidade democrática do pleito realizado em 1955 e a posse dos eleitos, Lott defendia a ideia do golpe preventivo para conter o golpe que estava sendo orquestrado pela UDN e por alguns setores das Forças Armadas.

As forças preventivas e pró-legalidade em 11 de novembro de 1955 impedem as intenções continuístas da UDN e da linha mais radical dos militares. Na Câmara o projeto que impedia a permanência de Café Filho na presidência foi aprovado com maioria de votos. Porém, apenas dois deputados udenistas dos 70 foram favoráveis ao impedimento. As forças legalistas lideradas pelo general Lott permitiram a posse dos eleitos.

#### 1.1.8. Oposição Democrática: No Governo de Juscelino Kubitschek

No governo de Kubitschek, o país experimentou um grau de estabilidade democrática, com o direito de greve, a liberdade de imprensa, de reunião, de associação, anistia aos rebeldes militares etc. Entretanto, na esfera econômica e financeira houve maiores agitações, principalmente com relação ao Plano de Metas. Na primeira fase do governo de Kubitschek, entre 1956 até meados de 1958, observamos que esse teve como principais características: a manutenção da ordem, com o apoio do

dispositivo militar, a conciliação partidária no Congresso e o diálogo na formulação da política econômica.

Na segunda fase do seu governo, entre 1959 a 1960, Kubitschek passa por diversas dificuldades nas áreas econômica e social. No plano econômico, o governo estava sendo pressionado pelo FMI e internamente por forças oposicionistas para poder controlar os altos índices inflacionários. No campo social começaram a surgir diversas mobilizações populares pelo país, como as atividades das Ligas Camponesas e os movimentos grevistas.

No parlamento, a UDN exerceu a função de oposição ao governo de Juscelino Kubitschek. Mas diferentemente do que ocorreu no governo de Vargas, a UDN fez uma oposição mais contida e dentro dos princípios democráticos, como Milton Campos relata na IX Convenção Nacional da UDN de 1957 “fazer oposição tenaz ao governo instalado em cima de dois golpes, o 11 e o 21 de novembro” (Benevides, 1980, pág. 72). Nesse trecho, Milton Campos afirma o compromisso da UDN de assumir o papel de oposição no governo Kubitschek, pois esse era o único caminho desde que suas tentativas golpistas e legalistas foram frustradas.

As eleições de 1954 para a Câmara dos deputados mantiveram a UDN como sendo a segunda maior bancada na Câmara. Porém foi o partido que teve a maior perda com relação aos partidos PTB e o PSD. Na tabela 2 abaixo que analisa o percentual de cadeiras ocupadas pelos partidos PTB, PSD e UDN na Câmara dos Deputados nas eleições de 1950 e 1954, podemos verificar que a queda da UDN foi de -3,9% com relação às duas eleições. O PSD manteve estável e o PTB teve um pequeno crescimento de 1,9%.

Tabela 2: Resultados eleitorais dos principais partidos nas eleições de 1950 e 1954, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1950	1954	Varição
PSD	36,8	36,5	-0,3
PTB	16,8	18,7	1,9
UDN	26,6	22,7	-3,9

Fonte: Nicolau, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados\*

O poder executivo não teve muita dificuldade para aprovar seus projetos na Câmara, pois detinha a maioria das cadeiras na Câmara devido a política de aliança entre PTB-PSD. A bancada oposicionista sob a liderança da UDN não representava nem 1/3 das cadeiras. Nesse governo a UDN também não ocupou nenhuma pasta ministerial.

No governo de Kubitschek, as ações da UDN foram mais realistas, pragmáticas, e sensíveis às necessidades de barganha e de compromissos interpartidários. A ala da Banda da Música da UDN operou dentro dos valores democráticos, ao invés de ações golpistas e conspiratórias. Nesse período a Banda da Música terá mais êxito dentro do parlamento, fazendo com que Carlos Lacerda assumisse a liderança do partido na Câmara.

Os meios de atuações dos udenistas contra o governo serão por meio de acusações e tentativas de obstruções, tendo como principal objetivo atrapalhar o andamento dos trabalhos nas duas Casas do Congresso Nacional. Seus ataques eram direcionados, principalmente, ao Mistério da Fazenda, aos gastos na construção de Brasília e no Plano de Metas. Os principais exemplos de obstrução udenistas foram: o episódio do projeto de lei de transferência de capital enviado à Câmara, os projetos de aumento salarial para o funcionalismo e a reformulação do Código Eleitoral.

Com relação às táticas de campanha eleitoral, a UDN passou a usar técnicas populistas para atrair os setores populares, através das caravanas da Liberdade. Essa nova diretriz de ação era liderada por Juraci Magalhães, que tinha como objetivo torna a UDN mais próxima do povo, apensar não ser um partido populista. Como descrito num slogan de Juraci Magalhães: “A UDN não é populista, mas faz questão de ser popular” (Benevides, 1980, pág. 74)

Com esse novo pensamento e com a política de acordos partidários para alcançar o poder, a UDN conseguiu eleger 6 governadores e 70 deputados federais na eleição de 1958 para deputados, senadores e governadores. Porém, apresentou uma pequena perda na ocupação das cadeiras na Câmara dos Deputados. Na tabela 3 abaixo que demonstra o percentual de cadeiras conquistadas pelos três partidos na Câmara dos Deputados nas eleições de 1954 e 1958, a maior variação encontrada com relação às

duas eleições foi da UDN que teve uma queda de -1,2%, enquanto o PTB e PSD praticamente se mantiveram estáveis.

Tabela 3: Resultados eleitorais dos principais partidos nas eleições de 1954 e 1958, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1954	1958	Varição
PSD	36,5	36,5	-
UDN	22,7	21,5	- 1,2
PTB	18,7	19,3	0,6

Fonte: Nicolau, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados \*

As características populistas da UDN podem ser visualizadas no seu programa de 1957, como abordado por Otávio Dulci no trecho abaixo:

"novo programa incorporava diversos itens do ideário populista (...) mantinha, é certo, a visão liberal e privatista que era inerente ao partido, mas mesclava de posições nacionalistas. Propunha a adoção de uma escala móvel de salários, o aperfeiçoamento da Petrobrás, a participação dos trabalhadores nos lucros, a introdução do Parlamentarismo, reiterava a ideia da autonomia sindical e sustentava, com desejável, a desproletarização, dentro de um contexto de democratização da propriedade" (DULCI, 1977, p. 152)

Nos programas e nas próprias Convenções do partido, os udenistas defenderam também os valores classistas e os princípios conservadores, como o privilégio das classes médias, o fortalecimento dos grupos intermediários entre Estado e indivíduo, a família e a Igreja. Além de defenderem posições nacionalistas com ideais liberais, como descreve Benevides no trecho a seguir:

“o Diretório Nacional aprova a criação de "centros nacionalistas", sendo constituída uma Comissão de Estudos (Afonso Arinos, Herbert Levy, Gabriel Passos, Milton Campos, Bilac Pinto e Odilon Braga) para fixar a linha nacionalista do

partido, em torno dos seguintes pontos: defesa da Petrobrás, porém com fiscalização de empresa privada; defesa do capital estrangeiro para o desenvolvimento, em pé de igualdade com o capital nacional; defesa dos minerais atômicos, propriedade do Estado, porém com auxílio da empresa privada; levantamento de capitais para obras públicas e empresas de serviços públicos" (Benevides, 1980, pág. 76)

Na corrida eleitoral de 1960, a UDN fez uma campanha centrada nos ideais populistas e moralistas. Com essa nova proposta partidária, a UDN com o apoio dos lacedistas, dos integrantes da Banda da Música e dos udenistas liberais clássicos decidiu apoiar o candidato Jânio Quadros. Entretanto, outros udenistas apoiaram o nome de Juraci Magalhães para concorrer à eleição presidencial pela UDN. Na Convenção Nacional de 1959, os udenistas votaram a favor de Jânio com 205 votos contra 85 de Juraci. Para concorrer à vice-presidência, os udenistas escolheram novamente Milton Campos.

A campanha de Jânio Quadros focou no combate à corrupção do governo de Kubitschek, no controle inflacionário, no alto do custo de vida e no desperdício público com as obras de Brasília. O resultado final da eleição presidencial de 1960 foi Jânio Quadros (PTN-UDN) com 5.636.623 votos, o General Lott (PSD-PTB) com 3.846.825 votos e Adhemar de Barros com 2.195.709 votos. Com 48% dos votos Jânio Quadros vence a eleição para presidente e João Goulart com 36% vence para vice.

#### 1.1.9. A Frustração Udenista: Governo Jânio Quadros

O curto governo de Jânio, que durou apenas sete meses, causou problemas para todos os setores sociais, tanto para classe alta como para classe popular. Até seus apoiadores conservadores e partidários foram prejudicados por suas políticas confusas e ambíguas. Seu breve governo trouxe sérios problemas para o sistema democrático, pois radicalizou os movimentos de esquerda e de extrema-direita anticomunista e foi a antessala do golpe militar de 1964.

Apesar de sua única vitória nas urnas para o cargo de presidente da República, a UDN não ocupou o poder realmente. Nessa fase a UDN não participou do poder

executivo efetivamente, pois não participou das principais decisões políticas tomadas por Jânio. Além disso, não podia assumir a função de oposição, já que apoiou a candidatura de Jânio Quadros nas eleições e também não podia renegar sua sedução pelo populismo conquistado na campanha de Quadros. Já no Ministério ocupou quatro pastas: a pasta da Fazenda, com Clemente Mariani; Relações Exteriores, com Afonso Arinos; Minas e Energia, com João Agripino e Agricultura com Cabral da Costa, nome apartidário indicado pelo governador udenista Cid Sampaio.

Na Convenção Nacional do partido em 1961, os udenistas defenderam a educação política do povo e a bandeira do anticomunismo. Nessa reunião, no entanto, surgiu a Bossa Nova, uma nova linha de pensamento dentro da UDN.

A ala da Bossa Nova defendeu os programas de reformas de base do governo e os valores nacionalistas. Seus principais criadores foram: José Aparecido, José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória. Esse grupo exerceu forte oposição ao grupo da Banda da Música dentro da UDN.

A pesquisadora Isabel Picaluga, conforme descrito no trabalho de Benevides, demonstra de forma clara a divisão dos udenistas no governo de Jânio Quadros.

“duas pautas de comportamento, de um lado encontravam-se os liberais que tendiam a acompanhar as medidas políticas e econômicas do presidente Quadros e de outro o governador Lacerda e seus simpatizantes que tenderão cada vez mais para uma posição à direita dos demais partidos conservadores, Essa guinada para a direita, associada com atitudes personalistas de *Carlos Lacerda*. iniciou um processo de desajustamento no interior do partido que culminou em 65 com o total afastamento das duas correntes de opinião" (1980, p. 67).

O governo de Quadros conseguiu agradar as duas alas da UDN, em determinados momentos. Com as propostas de política externa direcionada aos países socialistas, liberdade sindical e anulação do imposto sindical, Jânio agradava mais a linha mais à esquerda da UDN, ou seja, a Bossa Nova. Porém, do outro lado, Jânio também atendia aos interesses da Banda da Música (linha mais direitista da UDN) com

algumas atitudes como: adotar políticas deflacionárias com elevação das tarifas de serviços públicos, congelamento dos salários e aproximação com o FMI.

Próximo dos sete meses de mandato, Jânio Quadros começou a adotar atitudes mais polêmicas como: política externa mais direcionada aos interesses dos países socialistas e a reforma Constitucional que garantisse a ampliação do poder executivo. Essa reforma na Constituição desagradou o ministro da Justiça Pedrosa Horta e os setores mais conservadores da sociedade e da própria UDN. Porém em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renúncia à presidência da República. Existem várias explicações sobre os motivos da renúncia. Mas não abordaremos esse ponto, pois nosso objetivo nesse subcapítulo é reconstruir a História da UDN.

#### 1.1.10. A Conspiração Udenista: Governo de João Goulart

Logo após a renúncia de Jânio, Ranieri Mazilli presidente da Câmara dos Deputados assumiu a presidência da República. No curto governo de Mazilli ocorreram diversas mobilizações conspiratórias e golpistas, lideradas pelos militares, com o objetivo de impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Para os setores conservadores da sociedade civil e militar, Jango representava uma ameaça de aproximação do governo brasileiro com os comunistas e o retorno dos princípios sindicalistas e populares varguistas.

Porém, os legalistas comandados pelo governador Leonel Brizola e o III Comando do Exército, com apoio de diversos setores da sociedade conseguiram imobilizar as ações golpistas dos conservadores civis e militares. Devido ao apoio dado pelos legalistas, João Goulart assume a presidência da República com o compromisso de adesão ao sistema parlamentarista.

Com a posse de Jango, a UDN adotou novamente práticas conspiratórias, golpistas, e, além disso, aproximou-se dos militares conservadores como aconteceu no segundo governo de Vargas. As principais bandeiras udenistas nesse governo serão: a luta contra os princípios getulistas e comunistas, a defesa da propriedade e os valores cristãos e ocidentais.

O governo de João Goulart sofreu forte oposição de diversos setores da sociedade, tanto da esquerda como da direita. Pela esquerda, a ala mais radical do PTB não era favorável às políticas de controles das organizações sindicais pelo Estado; a Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, que exerceu forte pressão para a aprovação das reformas de base; e as camadas populares, contrárias às políticas econômicas de compressão salarial. Pelo lado da direita, havia atritos com o governo em relação ao crescimento da participação política da camada popular, à política externa independente de Jango e a falta de manutenção da ordem pelo governo. Goulart também sofreu oposição dos militares, que não concordavam com a falta de controle do governo com relação às mobilizações populares que cresciam cada vez mais. Os militares consideravam essa omissão como ato de subversão.

No poder executivo, os udenistas ocuparam dois cargos no Ministério: a pasta de Minas e Energia, com Gabriel Passos e a de Viação e Obras Públicas com Virgílio Távora. No parlamento a UDN aproximou-se mais do PSD, já que a aliança PTB-PSD tinha sido desfeita.

Chegadas às eleições de 1962 para os cargos de governador, senador e deputado, a UDN aderiu às práticas de coalizões partidárias, com o PSD e o PTB, para tentar vencer essas eleições. Isso possibilitou a vitória da UDN em 6 estados dos 11 disputados para o cargo de governador. No Congresso a UDN elegeu 11 senadores e 91 deputados, porém como podemos observar na tabela 4, a variação que compara percentualmente a ocupação das cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados nas eleições de 1958 e 1962 foi de um crescimento de 2% da UDN. Ao longo de 20 anos, a UDN não apresentou grandes variações na ocupação das cadeiras na Câmara dos Deputados sempre na margem do ¼ das cadeiras ocupadas no parlamento brasileiro.

Tabela 4: Resultados eleitorais dos principais partidos nas eleições de 1958 e 1962, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1958	1962	Variação
PSD	36,5	30,6	- 5,9
PTB	19,3	25,7	6,4

UDN	21,5	23,5	2
-----	------	------	---

Fonte: Nicolau, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados \*

Entretanto, analisando as tabelas 1, 2, 3 e 4 acima. Podemos observar que PTB apresentou a maior variação na ocupação das cadeiras na Câmara dos Deputados ao longo das cinco eleições de 1945 a 1962. Nesse período, O PTB teve um crescimento exponencial, saindo de 7,7%, nas eleições de 1945 para 25,7% nas eleições de 1962. Esses valores encontram-se nas tabelas 1 e 4. Esse crescimento exponencial do PTB ao longo dos anos proporcionou-o a tornar se a segunda maior bancada no Congresso nas eleições parlamentares de 1962, destronando assim a UDN que ocupava essa posição desde 1945.

Nas eleições gerais de 1962, O IBAD<sup>21</sup>(Instituto Brasileiro de Ação Democrática) financiou as campanhas de parlamentares que tinham como propostas valores antijanquistas e anticomunistas. Vários congressistas da UDN e o próprio embaixador estadunidense Lincon Gordon confirmaram os fatos de financiamento estadunidense nas campanhas eleitorais de alguns parlamentares brasileiros. Essa afirmação encontra-se na tese “A UDN e o Udenismo” da autora Maria Victória Benevides. Nesse momento, os Estados Unidos tinham objetivos claros de difundir seus ideais para conter o avanço comunista na América Latina, pois o mundo vivenciava o contexto da Guerra Fria.

---

<sup>21</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização (*think tank*) anticomunista fundada em maio de 1959, por Ivan Hasslocher. Ao lado dele, vários empresários – tais como Gilbert Huber Jr., Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho – fariam parte dessa organização e da sua entidade-irmã, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída dois anos e meio depois. Em entrevista concedida em 1998 à *Folha de S.Paulo*, o general reformado Hélio Ibiapina revelou que o IBAD possuía ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense e que ele foi encarregado, pelo então Presidente da República, general Castelo Branco, de confirmar a veracidade dessa informação.<sup>[1]</sup> O Instituto acabou sendo extinto em dezembro de 1963, por ordem judicial, sendo integrado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil. O financiamento para a criação do IBAD se deu a partir de contribuições de empresários brasileiros e estadunidenses. A finalidade inicial era combater o estilo populista de Juscelino Kubitschek (JK) e os possíveis vestígios da influência do comunismo no Brasil.

Depois das eleições, o Congresso debateu três temas emblemáticos do governo Jango: o aumento salarial, a aprovação das reformas de base e a volta do presidencialismo. As reformas de base acabaram sendo aprovadas, pois o governo tinha a maioria das cadeiras na Câmara, principalmente, com o apoio do PTB que teve imenso êxito nas eleições de 1962. Outro tema polêmico foi o plebiscito pela volta do presidencialismo, essa agenda dividiu a UDN. Alguns udenistas continuaram fiéis ao parlamentarismo como: Pedro Aleixo, Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso<sup>22</sup>; e outros foram favoráveis ao presidencialismo como: Afonso Arinos, e os governadores Juraci Magalhães, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. A volta pelo presidencialismo saiu-se vitoriosa com ampla votação.

O retorno do presidencialismo e a aprovação das reformas de base no Congresso fortaleceu o governo de Jango. Fazendo com que os movimentos sociais se aproximassem de seu governo. Essa aproximação era temida pelas forças militares, que começaram a se mobilizar para tentar derrubar seu governo. Nesse momento, a UDN dividiu-se em progressistas (Bossa Nova), mais próximos de Goulart e que apoiavam as políticas governistas como as reformas de base, o presidencialismo, a reforma agrária o controle estatal do petróleo e a política externa independente; e os ortodoxos (Banda da Música e lacerdistas) que detinham o apoio das forças militares conservadoras. Esse grupo defendia o combate aos comunistas, a não alteração da Constituição e a proibição do voto dos analfabetos.

Na Convenção Nacional de Curitiba de 28 de abril de 1963 o presidente da UDN, Bilac Pinto<sup>23</sup> declarou a necessidade de "interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade" (Benevides, 1980, pág. 97). Nesse pequeno trecho proferido por Pinto, fica exposta a ideia da teoria

---

<sup>22</sup> Adauto Lúcio Cardoso (Curvelo, 24 de dezembro de 1904 — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1974) foi um jurista brasileiro. Foi presidente da Câmara dos Deputados, ministro do Supremo Tribunal Federal e um dos elaboradores do Manifesto dos Mineiros.

<sup>23</sup> Olavo Bilac Pereira Pinto (Santa Rita do Sapucaí, 8 de fevereiro de 1908 — Brasília, 18 de abril de 1985) foi um advogado, professor, diplomata, magistrado, político brasileiro e um dos elaboradores do Manifesto dos Mineiros. Entre outros cargos, foi presidente da Câmara dos Deputados, embaixador do Brasil e ministro do Supremo Tribunal Federal. Pertenceu a ala liberal da UDN.

da guerra revolucionária. Essa teoria dizia que estava em curso no Brasil, um golpe comunista com o consentimento de João Goulart. Para conter esse avanço era necessário um contragolpe com o apoio militar para restabelecer os valores morais conservadores.

A tese de guerra revolucionária, os avanços das políticas de reformas de base, falta de disciplina e ordem nas Forças Armadas com a complacência do governo e a intensa mobilização social favorável ao governo. Essas medidas do governo Jango foram motivos para que as forças conservadoras militares e civis unissem para depor João Goulart do poder em 2 de abril de 1964.

#### 1.1.11. A Ilusão do poder (1964-1965)

Logo após o golpe civil-militar de 1964, a UDN considerou que a deposição de Jango representava uma contrarrevolução democrática, que tinha como objetivo reprimir uma revolução ditatorial comunista que estaria em curso no país. Os udenistas acreditaram que iriam assumir o poder por meio da restauração das instituições democráticas dentro do novo regime.

Em 11 de abril de 1964, o general Castello Branco assumiu a presidência da República eleito pelo Congresso. A partir daí e com o apoio dos udenistas começava a efetivação de medidas mais duras contra as instituições democráticas, como: a intervenção nos sindicatos, dissolução de organizações populares como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as Ligas Camponesas; cassações e suspensões de direitos políticos; prisões e instalação de inúmeros IPMs e a alteração da lei de remessas de lucro. Essa última medida era uma reivindicação muito antiga da ala conservadora da UDN, pois eram favoráveis ao capital estrangeiro.

Os udenistas irão ocupar vários cargos no governo de Castello Branco. Milton Campos no Ministério da Justiça até 1965, Raimundo de Brito, no Ministério da Saúde e Sandra Cavalcanti na presidência do Banco Nacional de Habitação. No Congresso

Daniel Krieger<sup>24</sup> ocupou a presidência do Senado e Bilac Pinto na presidência da Câmara dos Deputados.

Na Convenção Nacional de novembro de 1964, a UDN reiterou seu papel de protagonistas na revolução de 31 de março, juntamente com os militares. Nessa Convenção ocorreu também a votação para saber quem iria concorrer à eleição presidencial de 1965 pela UDN. À eleição foi disputada entre Carlos Lacerda, que fazia uma forte oposição ao governo de Castello Branco, e Magalhães Pinto. Carlos Lacerda saiu vitorioso com 309 votos.

Carlos Lacerda era da linha dura anti-Castello da UDN e contra a prorrogação do mandato de Castello Branco. Nesse momento dentro da UDN, Lacerda sofrera oposição dos udenistas liberais Afonso Arinos, João Agripino<sup>25</sup>, Milton Campos e Daniel Krieger; e dos udenistas da Bossa Nova Juraci e Magalhães Pinto.

Porém, todas as pretensões de Carlos Lacerda e de outros políticos para concorrer à eleição presidencial de 1965 foram desfeitas com o decreto do Ato Institucional nº2 de 27 de Outubro de 1965. O AI-2 extinguiu todos os partidos políticos, cassou os mandatos dos parlamentares e os direitos políticos. Além disso, estabeleceu eleição indireta para a presidência da República. Alguns udenistas como Juraci Magalhães e Magalhães Pinto defenderam o AI-2, alegando que a extinção dos partidos fazia parte do processo revolucionário.

Logo após, o AI-2 observou-se um gradual distanciamento de alguns udenistas do governo de Castello Branco. Pois, esses sentiram-se traídos pelo novo regime que tinham apoiado em 31 de março. Entre os que se distanciaram do governo estavam os liberais clássicos, como: Milton Campos e Afonso Arinos, e os radicais lacerdistas.

---

<sup>24</sup> Daniel Krieger (São Luiz Gonzaga, 10 de abril de 1909 — Porto Alegre, 28 de julho de 1990) foi um político brasileiro e primeiro presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Pertenceu a ala liberal da UDN.

<sup>25</sup> João Agripino de Vasconcelos Maia Filho (Brejo do Cruz, 1 de março de 1914 — João Pessoa, 6 de fevereiro de 1988) foi um político brasileiro. Foi deputado federal, senador e governador do estado da Paraíba.

Porém, outros membros da UDN continuaram ocupando cargos no governo e até ocuparam os cargos de governadores eleitos indiretamente pelo novo sistema.

## 1.2. Apontamentos dos programas

Percorrida a trajetória da UDN, de sua fundação até sua extinção, procuraremos neste subcapítulo analisar os principais pontos defendidos pela UDN nos seus programas de 1945 e 1957, com a finalidade de constatar possíveis mudanças e continuidades nos significados de alguns tópicos como: democracia, economia, política agrária, relações exteriores, intervenção do Estado, bem-estar, política social e segurança nacional. Analisando esses tópicos também iremos acompanhar o comportamento político da UDN entre 1945 a 1964. Numa palavra, por meio da análise do conteúdo programático dos manifestos e programas da UDN, verificamos em que medida a posição conservadora da UDN se altera e, caso positivo, em que direção.

- Democracia

	Programa de 1945	Programa de 1957
Democracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende amplas liberdades de expressão: manifestação, reunião, religiosa, associação e organização partidária e sindical.</li> <li>➤ Regime representativo: voto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende o regime representativo pautado no combate do comunismo e o reacionarismo.</li> <li>➤ Combater os extremismos de esquerda e de</li> </ul>

universal, direto e secreta, se for o caso pela força para manter as instituições.

- Defender as instituições democráticas.
- Livre associação sindical.

Analisando os programas da UDN, constatamos significativas modificações no significado de democracia. No programa de 1945 os valores democráticos defendidos pelo partido conservador estão relacionados com os princípios de liberdade. Certamente, nesse momento era relevante a ênfase na defesa das diversas formas de liberdades como a liberdade de expressão e de organização sindical. Restaurar esses valores era necessário em 1945, pois o país ainda se encontrava sob a tutela de um regime fechado e autoritário, em que se reprimia qualquer tipo de liberdade. Nesse momento a mobilização social e partidária visava principalmente à luta pelo processo de reabertura política.

Já, no programa de 1957, o significado de democracia guarda forte relação com o combate ao comunismo. No trecho sobre democracia observamos que defender as instituições e os valores democráticos significa combater o avanço do comunismo no país. Ou seja, o comunismo era o inimigo que deveria ser evitado de qualquer maneira para que se preservasse a democracia.

O posicionamento da UDN em 1957 certamente está em sintonia com momento que o país atravessava, ou seja, o contexto internacional da Guerra Fria. Certamente, essa centralidade do anticomunismo não se referia aos assuntos internos, já que, conforme assinalamos no subcapítulo anterior, o governo de Juscelino se desenrolou num contexto de estabilidade política e de respeito pelos princípios de liberdade. Não

havia, portanto, a necessidade de retornar a luta pelo ideário liberal-democrático. Juscelino conseguiu dialogar com os diversos setores da sociedade na primeira fase do governo. Os udenistas, vale salientar, apenas fizeram uma oposição branda dentro dos princípios democráticos.

- Economia

	Programa de 1945	Programa de 1957
Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capital estrangeiro.</li> <li>➤ Equilíbrio orçamentário.</li> <li>➤ Controle inflacionário</li> <li>➤ Redução e controle de despesas.</li> <li>➤ Capital nacional para explorar nossas riquezas.</li> <li>➤ Estimular a industrialização.</li> <li>➤ Controle das indústrias estratégicas pelo Estado ou empresas organizadas.</li> <li>➤ Incentivos a indústrias leves.</li> <li>➤ Tarifa de proteção às</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Combater a inflação para diminuir o custo de vida.</li> <li>➤ Criação do Banco Central.</li> <li>➤ Barateamento do crédito.</li> <li>➤ Defesa do monopólio estatal do petróleo.</li> <li>➤ Criar esforços para auto-suficiência do petróleo.</li> <li>➤ Consolidação da Petrobras.</li> <li>➤ Exploração das</li> </ul>

- |   |   |
|---|---|
| <p>indústrias, redução da taxa alfandegária, crédito industrial,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Exportação somente do excedente de recursos minerais e matérias primas.</li> <li>➤ Estimulação do comércio interno com exoneração de exigências fiscais.</li> <li>➤ Cooperação com o comércio externo.</li> </ul> | <p>riquezas minerais pela União.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Combater o estágio de subdesenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do país.</li> </ul> |
|---|---|

Na seção sobre a economia, ambos os programas fazem referência ao controle inflacionário como sendo a principal agenda da política econômica do partido conservador. O controle inflacionário era uma imposição do FMI e de forças conservadoras internas na década de 1950. Além disso, o programa de 1945 demonstra que a utilização de capitais estrangeiros e a cooperação com o comércio externo são fundamentais para estimular a economia na perspectiva conservadora. Outros pontos importantes nesse programa são controle e redução das despesas públicas e o equilíbrio orçamentário.

Entretanto, o programa de 1957 fará o caminho diverso, defendendo questões como: o monopólio do petróleo e avançando assim em propostas nacionalistas no plano econômico. Vale lembrar que nesse momento as propostas nacionalistas tinham bastante aceitação popular, e conforme assinalado por Benevides a partir de 1957 a UDN adotou práticas populistas para conquistar o eleitorado brasileiro, pois as teses liberais tinham perdido espaços.

- Política agrária

	Programa de 1945	Programa de 1957
Política Agrária	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Mecanizar a lavoura.</li> <li>➤ Conceder crédito agrícola.</li> <li>➤ Reduzir os encargos fiscais.</li> <li>➤ Colonizar as áreas devolutas.</li> <li>➤ Promover o parcelamento progressivo da terra.</li> <li>➤ Reservar um pedaço de terra das grandes propriedades para plantação de subsistência dos trabalhadores.</li> <li>➤ Criar cooperativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Distribuição de terras da União e dos Estados somente pelo poder público.</li> <li>➤ Oferecer assistência técnica e econômica aos trabalhadores rurais por meio dos órgãos públicos.</li> <li>➤ Criação do Banco Rural.</li> <li>➤ Combater os abusos dos intermediários na venda de produtos agrícolas.</li> <li>➤ Eletrificação rural.</li> <li>➤ Extensão da previdência social ao trabalhador do</li> </ul>

campo.

Na seção sobre política agrária, verificamos que os dois programas defendem políticas agrárias que tem como objetivo atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. Vale ressaltar que a população rural compunha a maior parte do eleitorado brasileiro em 1945 e 1957, e que em 1957 existia no país uma intensa mobilização das Ligas Camponesas.

A diferença que observamos nesses dois programas sobre políticas agrárias foi a maior participação do Estado no gerenciamento da distribuição de terras no programa de 1957, notadamente em terras que pertencessem a União e aos Estados. Já no programa de 1945 a questão da distribuição de terras e o papel do Estado na condução das políticas distributivas não aparecem de forma clara.

- Relações exteriores

	Programa de 1945		Programa de 1957
Relações Exteriores	➤ Cooperação e integração com a comunidade das Nações Americanas.		➤ Defesa da independência e soberania nacional  ➤ Cooperação com países democráticos.  ➤ Integração democrática dos países subdesenvolvidos

para combater o comunismo.

- Defende a ideia do anticolonialismo como forma de luta anticomunista.

A proposta política da UDN no programa de 1957 sobre relações exteriores será o combate extensivo ao comunismo, em sintonia com o conteúdo da seção sobre a democracia. Nesse programa o significado de colonialismo está estreitamente relacionado ao avanço do comunismo. Ou seja, descolonizar aqui significaria combater os valores comunistas para poder manter seguras as instituições democráticas. No programa de 1945 ressalta-se apenas a cooperação com as Nações Americanas.

- Intervenção do Estado

	Programa de 1945	Programa de 1957
Intervenção do Estado	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Elaboração de planos que favoreçam os diversos setores da economia.</li><li>➤ Suprir as deficiências das organizações econômicas.</li></ul>	

Com relação à intervenção do Estado observamos que os programas não apresentam propostas sobre a interferência do Estado na vida privada. Esse dado demonstra a imagem de um partido liberal, que teve a participação de políticos liberais clássicos desde o início da sua fundação. Pode afirmar que a UDN manteve sua marca liberal, mesmo que em determinados momentos mude suas características dependendo do contexto histórico. Constatamos isso também no tópico sobre economia.

- Bem-estar e Política Social

	Programa de 1945	Programa de 1957
Política de Bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Assistir o indivíduo com direitos (casa, alimentação, vestuário, assistência médica e educação voltada para o ensino técnico) para torna-lo mais produtivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolver a economia para gerar o bem-estar.</li> </ul>
Política Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O trabalho como gerador de riqueza.</li> <li>➤ Criar legislações para proteger o trabalho.</li> <li>➤ Aplicar o seguro doença aos assegurados e calcular os valores dos auxílios</li> </ul>	

nas pensões e aposentadorias.

- Autonomia sindical e direito de greve.
- Estudar uma fórmula para participação do lucro que excedam as remunerações fixadas pelo capital.

A política de bem-estar e a política social na plataforma política da UDN encontrar-se fortemente relacionada à dimensão do trabalho. Em ambos os programas, os indivíduos só alcançaram o bem-estar e as políticas sociais se estiverem inserido no mundo do trabalho. Nesse contexto o bem-estar só será contemplado com o desenvolvimento econômico, demonstrado que a pauta da economia está acima dos valores sociais.

- Segurança Nacional

	Programa de 1945	Programa de 1957
Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ As Forças Armadas são destinadas a defesa da Nação e pela manutenção das leis.</li><li>➤ As Forças Armadas</li></ul>	

tem obrigação de  
sustentar as  
instituições  
constitucionais.

- Organizar a indústria militar.

No programa de 1945, constatamos a importância das Forças Armadas para a UDN na manutenção da ordem e na preservação das instituições democráticas. No subcapítulo anterior observamos que udenistas radicais sempre estiveram próximos dos militares conservadores, e sempre que perdiam as eleições tentavam por meios conspiratórios e golpistas derrubar os candidatos eleitos com o auxílio da ala conservadora militar. Isso aconteceu nos governos de Getúlio Vargas e João Goulart.

É importante notar que em 1957 não houve nenhuma menção ao papel das forças militares como garantidoras da institucionalidade democrática. Talvez isso se explique pela estabilidade política que caracterizou o período. Vale ainda lembrar que o governo de Kubitschek dialogou com todos os setores da sociedade nesse momento e que contou também com o apoio da classe militar na primeira fase do seu mandato.

## Capítulo 2: PFL/DEM (1985-2018): Das amplas liberdades ao ultraconservadorismo e seus programas

Esse capítulo tem por objetivo analisar as possíveis rupturas e continuidades das agendas políticas do PFL/DEM, por meio dos seus programas e manifestos. Escolhemos o PFL para verificar as possíveis mudanças e continuidades na agenda política desse partido, por esse ser considerado o maior partido conservador brasileiro presente no Congresso entre 1985 a 1999, como descrito por Power: “Durante todo o período entre 1985 a 1999, o PFL tem sido o maior partido conservador no Congresso, o PDS/ PPR/PPB, o segundo, e um conjunto de partidos conservadores menores tem se proliferado desde maio de 1985” (POWER, pág.31,2000). Já o DEM é por nós analisado por se tratar de uma agremiação conservadora que nasce, em 2007, como clara continuidade do PFL, propondo é claro novos conteúdos programáticos e ajustando o sentido do conservadorismo.

Para analisar ambos os partidos, dividiremos esse capítulo em duas partes. No primeiro subcapítulo, analisaremos a história do PFL/DEM, para situá-los dentro do contexto histórico. Aqui descobriremos que o PFL foi criado com o principal objetivo de disputar o competitivo mercado eleitoral que se abre no período pós-ditadura e, de forma circunstancial, para ter papel de proeminência na disputa da presidência da República no colégio eleitoral. Vale lembrar que o PFL teve a participação direta na eleição que envolveu a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral de 1985, à presidência da República. Momento esse de suma relevância para o processo de redemocratização no país. Esse fato e o surgimento do PFL estão diretamente interligados. Outro ponto importante na história do partido foi o apoio às reformas liberalizantes e pró-mercado, realizadas pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Como iremos observar ao longo do capítulo, o PFL assumiu lugar de destaque no sistema partidário brasileiro entre 1985 a 2002, juntamente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Logo após 2002, o PFL entrou em profunda decadência. Conforme postula a tese de Ricardo Luiz Mendes Ribeiro, a decadência foi motivada pela saída do partido da base governista.

“A hipótese com a qual trabalharei aqui é a de que o sucesso e, posteriormente, a decadência do partido decorreram da relação do PFL com governo federal. Enquanto o partido conseguiu participar das coalizões governistas foi bem sucedido, quando perdeu a conexão com o poder federal passou a definhar” (RIBEIRO, 2016, págs. 1-2).

Ao longo da fundação e da refundação do PFL, esse sempre tentará fugir do estigma de partido conservador para ser readequar ao sistema democrático, e da necessidade de buscar eleitores disponíveis à agenda de centro-direita. Apesar dessa tentativa, o partido conforme afirma Ribeiro “nunca conseguiu se conectar de maneira estável e coerente, do ponto de vista ideológico e programático, com parcela expressiva do eleitorado brasileiro. Em pesquisas de preferência partidária, nunca conseguiu ultrapassar a barreira dos 7% no território nacional.”( RIBEIRO, 2016, págs. 28-29). Para pefelistas a falta de base eleitoral seria um dos motivos para a refundação e troca de legenda do PFL para o DEM. Na opinião de Ribeiro, contudo, o problema não estaria na falta de base, porém na perda de representatividade que os partidos políticos contemporâneos sofreram ao longo do processo de redemocratização o que teria sido a principal razão para sua refundação. No segundo subcapítulo, analisaremos os programas de 1985, o programa de Governo de 1994-1998 e os posicionamentos de 2020 para constatar possíveis mudanças e continuidades nas suas agendas políticas e no próprio significado do conservadorismo ao longo de 1985 a 2020.

## 2.1. A história PFL/DEM

Esta parte concentra-se apenas na formulação da história do PFL/DEM desde a sua fundação em 1985 como uma ampla Frente Liberal contra os arranjos eleitorais da Ditadura Militar até o governo neoliberal de Temer em 2018. Neste governo o DEM irá defender as pautas neoliberais como a Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária.

### 2.1.1. Antecedentes

No final da ditadura militar verificamos surgir diversos movimentos em defesa do processo de abertura democrática no país. Entre esses: o movimento suprapartidário em prol do reestabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, conhecido como Diretas Já. Nos primeiros meses de 1984, carretas, comícios e a rua pressionavam por um presidente eleito pelo voto direto para a sucessão do presidente João Figueiredo, último presidente militar indicado.

A última eleição direta no país ocorrerá em 1960 com a eleição de Jânio Quadros. O artigo 9 do Ato Institucional nº2 de 1965 havia estabelecido que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria de forma indireta, com a chancela da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

A Constituição de 1967 no seu artigo 74 determinou que a escolha para presidente da República se daria através do voto do Colégio Eleitoral, composto por membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas assembleias legislativas estaduais, com o número determinado pela proporcionalidade de eleitores inscritos em cada estado. Posteriormente, o governo de Figueiredo uniformizou o número de delegados indicados pelas Assembleias Estaduais para seis membros por unidade da federação.

Ainda no governo Geisel começa um processo de reabertura lenta e controlada. Mesmo adotando medidas duras como o fechamento do Congresso Nacional em 1977, Geisel deu início ao processo de liberalização do regime militar com a revogação do Ato Institucional nº 5 no final do seu mandato. Geisel agiu na contramão dos antecessores e em congruência com a ala moderada das Forças Armadas. Vale lembrar que para a ala liberal a ingerência ativa dos militares na política seria temporária, só para evitar a desordem.

Esse processo de reabertura lenta e gradual no governo de Geisel tem início a partir da sua posse, com a nomeação do Ministro da Casa Civil Golbery do Couto e Silva. Golbery foi considerado o principal estrategista da transição compactada no Brasil. Golbery tinha por objetivo criar um novo sistema partidário capaz de abrigar um partido de centro não relacionado com a Ditadura Militar, partido que seria formado por políticos provenientes da Arena e por setores moderados do MDB, capazes de desvincular o novo partido dos governos militares. Com esse objetivo, Golbery realizou uma reunião com Ulysses Guimarães, líder do partido MDB, na tentativa de engaja-lo

nesse projeto. Nessa reunião Golbery apresenta a Ulysses, a possibilidade de transição de poder dos militares para os civis e a criação desse novo partido de centro. Essa manobra política tinha o objetivo de deslocar Ulysses dos emedebistas autênticos para os moderados. Porém esse projeto não aconteceu.

O partido de centro idealizado por Golbery não se concretizou. Porém, anos depois a transição do presidente João Figueiredo para o primeiro presidente civil pós-ditadura envolveu a criação da aliança entre ex-emedebistas e ex-arenistas, sob a liderança de Tancredo Neves e apoiado por Ulysses Guimarães, ou seja, uma saída pelo centro como já tinha previsto Golbery. Cabe aqui destacar outro personagem importante no processo de abertura no governo Geisel: Petrônio Portela. Portela tinha ampla penetração na sociedade civil, nos partidos políticos, nas organizações não governamentais, e reputação entre brasilianistas, jornalistas e outros segmentos. Nas palavras de Marco Maciel: “(...) se Petrônio Portela não tivesse falecido (1980). Ao meu ver, Petrônio teria dado sequência ao processo de abertura iniciado pelo presidente Geisel.”(Côrrea, 2006, pág.45). Uma das principais ações de Petrônio na condução do processo de abertura foi a emenda 1/79, que já visava eleições diretas e mudanças constitucionais.

O processo de abertura política gradual continuou no governo Figueiredo. Em 1980, o presidente Figueiredo promoveu reforma partidária que pôs fim ao sistema bipartidário. A partir daí, criou-se o PDS, com políticos ligados a antiga Arena. Outros partidos foram surgindo também entre eles; ressurgiu o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, e o Partido Popular (PP), formado por políticos moderados do MDB e sob a liderança de Tancredo Neves. Com a edição da cláusula do voto vinculado, em 1982, os líderes do PP resolveram incorporá-lo ao PMDB, que voltou a abrigar figuras moderadas da oposição como Tancredo, Thales Ramalho e Chagas Freitas.

Ainda no governo Geisel, surgiram nomes de alguns políticos que começaram a se destacar no cenário político com o apoio de Geisel, entre eles:

Aureliano Chaves<sup>26</sup>, Marco Maciel<sup>27</sup>, Jorge Bornhausen<sup>28</sup> e Guilherme Palmeira<sup>29</sup>. Todos esses foram eleitos governadores pela ARENA de forma indireta pelas assembleias estaduais dos seus respectivos estados, após a indicação do presidente Geisel.

Aureliano Chaves foi adiante indicado por Geisel para assumir a vice-presidência no governo de João Figueiredo. Além disso, era o preferido de Geisel para

---

<sup>26</sup> Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (Três Pontas, 13 de janeiro de 1929 — Belo Horizonte, 30 de abril de 2003) foi um político brasileiro, 29.º Governador de Minas Gerais entre 1975 e 1978 e o 19.º Vice-presidente do Brasil entre 1979 e 1985 pelo PDS. Foi deputado estadual pela UDN (1958-1966) e deputado federal pela Arena (1966-1974).

<sup>27</sup> Marco Antônio de Oliveira Maciel (Recife, 21 de julho de 1940) é um advogado, professor e político brasileiro. Foi deputado, governador de Pernambuco, senador e serviu como o 22.º vice-presidente da República de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de senador de 2003 até 2011. Professor de Direito Internacional Público da Universidade Católica de Pernambuco (licenciado). Presidente da Câmara dos Deputados (1977–1979). Ministro de Estado da Educação e Cultura (1985–1986). Ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1986/1987), quando assume o mandato de senador. Eleito Presidente do PFL, em 1987. Reeleito senador em 1990, em 1994 foi eleito vice-presidente da República Federativa do Brasil. Retornou ao senado, eleito em 2002. Assumiu, em 2007, a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nas eleições de 2010 não conseguiu se eleger para um novo mandato no Senado, após 44 anos na política, ficando em terceiro lugar na votação.

<sup>28</sup> Jorge Konder Bornhausen (Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1937) é um advogado, empresário e político brasileiro. Filho de Irineu Bornhausen e Maria Konder Bornhausen. Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1960<sup>[2]</sup> com especializações pela Universidade de Paris e pela Fundação Getúlio Vargas,<sup>[3]</sup> estabeleceu-se como advogado em Blumenau e logo ingressou na UDN a exemplo de outros membros da família que, apeada do poder após a Revolução de 1930, fez oposição a Getúlio Vargas.

<sup>29</sup> Guilherme Gracindo Soares Palmeira (Maceió, 25 de dezembro de 1938 — 4 de maio de 2020) foi um advogado e político brasileiro. Foi governador de Alagoas entre 1979 e 1982. No seu governo, nomeou Fernando Collor como prefeito de Maceió. Deputado federal pelo Arena (1967-1979), senador eleito pelo PDS (1983-1988)

assumir a presidência após Figueiredo. Já Marco Maciel ocupou a presidência da Câmara dos Deputados entre 1977 a 1979 e o governo de Pernambuco com o apoio do presidente Geisel. Enquanto isso, Jorge Bornhausen era indicado governador de Santa Catarina em 1978, pelo chefe da Casa Civil Golbery Couto e Silva, como descrito nesse trecho: ““ Jorge Bornhausen, por sua vez, atribui a Golbery a responsabilidade por sua indicação ao governo de Santa Catarina em 1978. “Devo creditar muito minha escolha à imagem e referências que desfrutava junto ao General Golbery”” (RIBEIRO, 2016, pág.46).

Os futuros protagonistas da Frente Liberal sempre foram, portanto, muito próximos à dupla Geisel-Golbery. Mais tarde, no final do governo de Figueiredo, coube a esses civis (ex-pessedistas, ex-udenistas e futuros pefelistas) apoiados pelos militares moderados assegurar a transição democrática do país de forma conservadora e moderada.

### 2.1.2. Surgimento

Nesta seção tentaremos reconstruir a história do surgimento do PFL. Esse evento está atrelado ao processo de redemocratização e ao choque de interesses entre as elites políticas. No processo de reorganização política pós-ditadura militar, havia a necessidade por parte de grupos políticos conservadores de tentarem desvincular-se do antigo regime, pois manter-se apoiando a ditadura militar implicaria perdas no plano eleitoral.

Além disso, houve a cisão dentro do Partido Democrático Social (PDS)<sup>30</sup> entre malufistas, de um lado, e os jovens políticos contrários à manutenção dos velhos

---

<sup>30</sup> Partido Democrático Social (PDS) foi um partido político brasileiro de direita, fundado em 31 de janeiro de 1980. O partido surgiu após o fim do sistema bipartidário que havia sido implantado pelo Regime Militar de 1964 e que foi objeto de uma reforma ocorrida no governo João Figueiredo. Sucessor da ARENA, foi extinto em 1993 após seus integrantes aprovarem sua fusão com o Partido Democrata Cristão (PDC) para criar o Partido Progressista Reformador (PPR). De uma dissensão nos seus quadros surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), em 1985.

costumes políticos da Ditadura Militar, entre eles, Roberto Magalhães<sup>31</sup>, Agripino Maia<sup>32</sup>, Luiz Gonzaga Mota<sup>33</sup>, Hugo Napoleão<sup>34</sup>, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira. Dentro desse contexto nasce um partido conservador, no sentido de defender e manter a ordem capitalista, porém liberal no sentido defender as amplas liberdades contra o antigo regime autoritário.

O surgimento do PFL, com afirmamos, tem em sua origem num grupo dissidentes do partido PDS. A cisão e disputas dentro do PDS começaram já na segunda Convenção Nacional de 10 de julho de 1983. Na pauta da reunião estava a eleição de 119 membros para compor o diretório nacional do partido. Existiam duas chapas concorrendo: a chapa dos situacionistas, que apoiava o governo Figueiredo, e a chapa dissidente denominada de Participação. A primeira era composta pelos principais políticos do PDS, entre eles, Paulo Maluf<sup>35</sup>, Marco Maciel e Roberto Campos<sup>36</sup>. Já

---

<sup>31</sup> Filiado ao DEM, Roberto Magalhães obteve quatro mandatos de deputado federal (1991/1995, 1995/1997, 2003/2007 e 2007/2011). Ele também foi governador do estado de Pernambuco de 1983/1986 e prefeito da cidade do Recife de 1997/2000.

<sup>32</sup> José Agripino Maia (Mossoró, 23 de maio de 1945) é um engenheiro civil, empresário e político brasileiro. Ex-presidente nacional do Democratas, foi o 45.º e 48.º governador do Rio Grande do Norte e senador pelo mesmo Estado. É proprietário da TV Tropical, afiliada da Record TV no Rio Grande do Norte, além da rede de emissoras de rádios vinculadas à Rede Tropical.

<sup>33</sup> Foi eleito governador do Ceará em 1982 pelo PDS com apoio dos *coronéis* Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, que assinaram, em março de 1982, o *Acordo dos Coronéis* ou *Acordo de Brasília*, com os quais romperia em seguida. Em 1985 transferiu-se para o PMDB, partido pelo qual se elegeu deputado federal em 1990, 1994 e 2002. Em 1998 disputou a eleição para o governo do Ceará. Perdeu para Tasso Jereissati, que foi apoiado por ele nas eleições estaduais de 1986. Em 2003 transferiu-se para o PSDB.

<sup>34</sup> Hugo Napoleão do Rego Neto (Portland,<sup>[nota 1]</sup> 31 de outubro de 1943)<sup>[1]</sup> é um advogado e político brasileiro radicado no Piauí. Duas vezes senador, três vezes deputado federal, três vezes ministro de estado e por dois mandatos alternados foi governador do referido estado. Atualmente é filiado ao PSD<sup>[2]</sup> e pertence à Academia Piauiense de Letras.

<sup>35</sup> Paulo Salim Maluf (São Paulo, 3 de setembro de 1931) é um político, engenheiro e empresário brasileiro, filho de pais de origem libanesa. Foi governador do Estado de São Paulo pelo PDS (1979-1982), além de duas vezes prefeito de São Paulo pela ARENA e PPR (1969-1971; 1993-1996), secretário dos transportes do Estado (1971-1975), presidente da Caixa

segunda chapa era composta por políticos novatos insatisfeitos com o governo de João Figueiredo e que criticavam o fato de o PDS atuar como um partido submetido ao poder do Planalto.

O resultado final da eleição mostrou o desgaste dos políticos apoiadores da Ditadura Militar: a chapa Participação conquistou 42 cadeiras do Diretório Nacional, ou seja, 35% do total de vagas. O estrago só não foi maior porque houve manipulação dos votos por parte dos situacionistas, o que fez com que o presidente do partido Jose Sarney quase ficasse de fora da composição do Diretório Nacional. Dos 42 eleitos pela chapa Participação 20 eram malufistas. Muito embora Paulo Maluf não tenha sido eleito para o diretório saiu, com o resultado, bastante fortalecido dessa Convenção. Esse resultado surpreendente deu início a um processo de racha dentro do partido, como podemos observar nesse trecho:

“Já o presidente do diretório regional do PDS, Welington Moreira Franco, que pelo curioso critério de ordem alfabética organizado pela chapa oficial ficou fora do diretório nacional- enquanto a chapa dissidente elegeu quatro representantes do Rio-, acha que o partido estourou depois da convenção. “O partido estourou, mas não deve voltar atrás” disse Moreira Franco. “É preciso agora encontrar a fórmula política para organizar esse estouro” ( Estado de São Paulo, 12 de julho de 1983, pág.4)

Derrotado na Convenção e com a retirada de apoio por parte de João Figueiredo para a realização de uma prévia entre os futuros sucessores de Figueiredo

---

Econômica Federal, presidente e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, líder de cinco partidos políticos<sup>[1]</sup> e candidato à Presidência da República. Seu último cargo foi o de deputado federal, função que ocupou por quatro vezes.

<sup>36</sup> Roberto de Oliveira Campos ABL (Cuiabá, 17 de abril de 1917 – Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2001) foi um economista, professor, escritor, diplomata e político brasileiro. Nascido em Mato Grosso, oriundo de uma família de origem humilde, formou-se em Filosofia e Teologia em um seminário católico, seguindo a carreira diplomática após passar no concurso do Itamaraty. Foi senador pelo PDS (1983-1990) e deputado federal pelo PPR.

pelo PDS, Sarney toma o caminho da ruptura, como descrito no seu depoimento ao autor Arsênio: “Para surpresa minha, o major Douglas chegou à minha casa trazendo uma carta. Nessa carta, o presidente Figueiredo me desautorizava a promover as prévias. No dia seguinte, tomei a decisão de renunciar à Presidência do PDS” ( Corrêa, 2006, pág.56). Sarney achava até aquele momento que a prévia era a única maneira de o PDS escolher democraticamente seu candidato, pois a Convenção para escolha do candidato para disputar a presidência pelo PDS poderia ser manipulada.

Por esses motivos, Jose Sarney deixa a presidência do partido e, intensamente insatisfeito com o general presidente, logo após se aproxima de Tancredo a pedido deste. Mas, o partido ficou sem prévia e sem presidente. Bornhausen assume a presidência do partido e convoca reunião do Diretório. Para Jorge Bornhausen “a renúncia de Sarney lhe deu a certeza de que a alternativa era Tancredo. O poderoso do PDS”, segundo Bornhausen, foi detonado às 11 horas de segunda-feira, 16 de junho de 1984, renúncia assim descrita pelos jornais da época:

“O senador renunciou ontem á Presidência do PDS, depois de tentar a aprovar, na reunião da Comissão Executiva, a convocação do Diretório Nacional para deliberar sobre a proposta de realizar uma prévia no partido para definir o candidato à sucessão presidencial. A resistência evidenciada pela maioria do órgão partidário impediu que Sarney colocasse em votação até mesmo a convocação da nova reunião da executiva. Em meio ao tumulto reinante, ele anunciou sua renúncia, recebida com aplausos e gritos de “muito bem!” pela maioria de parlamentares malufistas que assistia à reunião”(O GLOBO, 12 de junho de 1984, pág.1) .

Na segunda reunião para discutir novamente a aprovação da prévia, Bornhaussen presidente do PDS naquele momento, sabendo que não seria aprovada, renuncia também a presidência do PDS, assim como Sarney. Na convicção dos principais fundadores da frente Liberal, essa era a senha para a formação do PFL e a concretização da aliança dos dissidentes com o PMDB.

Vale lembrar que, em de dezembro de 1983, Figueiredo já havia reconhecido a impossibilidade de indicar o próximo presidente da República pelo seu partido, pois não

tinha o consenso almejado dentro do PDS. Por isso, delegou esse poder de escolha para os políticos civis do seu partido. Esse posicionamento do general presidente demonstrou sua incapacidade política de conduzir o país para uma democracia controlada nos moldes idealizados por Geysel-Golbery. Na interpretação de Arsênio Corrêa: “(...) o presidente Figueiredo não estava habilitado a conduzir o processo sucessório. Não por falta de aptidão política e de experiência político-partidária, mas por falta de projeto de futuro” (Corrêa, 2006, pág. 46)

A escolha para o cargo de postulante à presidente pelo PDS não era tarefa fácil, pois naquele momento era difícil encontrar um candidato capaz de evitar um racha dentro do partido situacionista. Esse impasse pode ser visto pelo surgimento de 11 candidatos para disputar as eleições dentro do PDS, entre eles: Aureliano Chaves, General Costa Cavalcanti, General Otávio de Medeiros, General Rubem Ludwig, Jarbas Passarinho, Leitão de Abreu, Marco Maciel, Mario Andreazza, Nelson Marchesan, Paulo Maluf e o próprio Figueiredo. Conforme algumas interpretações, a resistência de Figueiredo em escolher um candidato para sua substituição significava que no fundo ele almejava continuar no poder.

O principal obstáculo para a pacificação do PDS era Paulo Maluf. Porém, Figueiredo não agia para retirar Maluf do processo sucessório dentro do Partido, mesmo nutrindo clara antipatia pelo político paulista. Nas conversas entre Figueiredo e Bornhausen podemos observar movimentação em torno da candidatura de Maluf.

““Quem tira o Maluf?”, Teria questionado o presidente Figueiredo a seu interlocutor, Jorge Bornhausen, em conversa no dia 12 de junho de 1983, um dia após Sarney ter deixado a presidência do PDS. Bornhausen assumiu o cargo e levou ao Planalto, como tantos já haviam feito anteriormente, a proposta de renúncia dos quatro postulantes remanescentes à candidatura pedessista: Aureliano Chaves, Marco Maciel, Mário Andreazza e Paulo Maluf. Bornhausen teria respondido à indagação de Figueiredo dizendo “o senhor”. “Mas eu já tentei”, teria retrucado Figueiredo, “ e ele sempre alega que vai ganhar a convenção. Eu digo que ele vence a convenção mas perde no Colégio Eleitoral, mas ele não se convence”. Diante disso,

Bornhausen teria declarado que iria para a dissidência – onde, na verdade, já estava. Dez dias depois, Bornhausen também renunciou à presidência do PDS. A dissidência tornou-se irreversível e a transformação desta no embrião de um novo partido também.” (RIBEIRO, 2016, pág. 51)

O repúdio e a não aceitação da candidatura de Maluf por parte dos pedessistas, principalmente os futuros pefelistas, se explica por duas razões. A primeira era a impopularidade de Maluf: para os futuros pefelistas seu nome representaria uma frustração popular e traria muitos problemas para a base política, ou seja, poderia trazer certa agitação social e crise institucional. A segunda razão era a forma de Maluf conduzir suas ações para conquistar apoio dos parlamentares do Colégio Eleitoral passando por cima de todos, até de governadores do seu próprio partido.

Além da incapacidade de Figueiredo em conduzir o processo sucessório e as ações políticas de Maluf, o movimento “Diretas Já” também contribuiu para a fragmentação do PDS. Por um lado, as Diretas Já sugeriam que parcela expressiva da população se achava insatisfeita com o regime militar e que tinha pressa para a transição democrática e para o reestabelecimento da eleição direta para presidente da República. Para os pedessistas, continuar apoiando o antigo regime representaria uma futura derrota eleitoral. Por outro lado, o movimento Diretas Já foi um ensaio de alguns políticos do PDS para criar um grupo dissidente dentro do PDS, que ficou conhecido como grupo Pró-diretas. Eram apoiados por Aureliano Chaves, então vice-presidente do partido, que também era favorável a eleição direta para presidente da República.

O grupo Pró Diretas votou a favor da emenda Dante de Oliveira<sup>37</sup> na Câmara dos Deputados: 54 deputados do PDS votaram a favor da emenda. Na fala de Bornhausen esses deputados já eram a base do PFL: “o núcleo que desobedeceu a orientação do governo e votou pelas Diretas Já podia ser considerado a base da rebelião

---

<sup>37</sup> Recebeu o nome de Emenda Dante de Oliveira a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, apresentada pelo então Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil, através da alteração dos artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969), uma vez que a tradição democrática havia sido interrompida no país pelo governo militar de 1964.

contra Maluf” (RIBEIRO, 2016, pág.53). Porém a emenda não foi aprovada na Câmara dos Deputados, mesmo com o apoio dos deputados Pró Diretas do PDS. Bornhausen sabia que a emenda Dante de Oliveira não seria aprovada, mesmo se chegasse ao Senado não passaria, pois a maioria era governista e também um terço do Senado era composto pelos senadores biônicos<sup>38</sup>. Mesmo derrotados, esses políticos sinalizavam à opinião pública e ao próprio governo de Figueiredo que eram diferentes dos políticos situacionistas, que persistiam em apoiar ainda o antigo regime.

Foi no Senado por volta de 1983 que começou a se estreitar a amizade e a operação política conjunta entre os principais fundadores do PFL: Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira. A primeira ação dos três juntos foi à tentativa de influenciar a sucessão de Figueiredo, descartando as indicações de Maluf e Andreazza pelo PDS. Nos bastidores eles começaram a construir alianças com políticos de outros partidos, principalmente com o PMDB. Essa aliança se concretizou definitivamente após a renúncia de Sarney da presidência do PDS em 12 de junho de 1983, em uma reunião realizada entre Ulysses, presidente do PMDB, Sarney, ex-presidente do PDS e Bornhausen, então presidente do PDS. Nessa reunião ambos demonstraram ser favoráveis às eleições diretas para a presidência da República e apoiaram a candidatura de Tancredo Neves.

No dia 19 junho de 1984 a candidatura de Tancredo se confirmou pelo apoio de 10 governadores (9 do PMDB e Leonel Brizola do PDT) por meio de uma nota. Se esses governadores não soubessem que o racha no PDS era inevitável e que os dissidentes iriam se aliar ao PMDB em torno da candidatura de Tancredo Neves, não lançariam uma nota de forma precipitada a imprensa. Porém Tancredo Neves em

---

<sup>38</sup> O senador biônico era eleito indiretamente, por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional Número Oito de 14 de abril de 1977 que, outorgada no governo Ernesto Geisel, estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos, aumentou a bancada federal nos estados menos populosos do país de modo a assegurar a maioria governista e manteve as eleições indiretas para governador. Os senadores biônicos foram eleitos em 1 de setembro de 1978 para um mandato de oito anos (1979–1987). A Emenda Constitucional n.º 15, de 19 de novembro de 1980 extinguiu tais figuras, respeitando os mandatos vigentes. Além da fidelidade ao governo, o critério para a escolha desses senadores observou a recondução daqueles que já possuíam mandato ou a escolha de deputados federais para ocuparem as vagas.

público não sinalizava sua candidatura ao Colégio Eleitoral, pois esperava a concretização da aliança entre PMDB e os dissidentes do PDS, que já eram conhecidos nesse momento como a Frente Liberal. Esse termo foi cunhado pela primeira pelo governador de Pernambuco Roberto Magalhães que pertencia ao grupo dissidente, logo após Maria Inês Nassif, jornalista de política do jornal do Brasil, uso também esse termo, o qual acabou sendo aceito pelos dissidentes.

A alcunha de liberal estava mais associada à esfera política, pois os dissidentes assumiam um discurso a favor da liberalização do regime político. Vale lembrar que, nesse momento um dos principais líderes dos dissidentes Aureliano Chaves, era avesso ao liberalismo econômico. Aureliano, em um discurso, ressaltou seu posicionamento com relação ao termo liberalismo:

“É comum estabelecer-se confusão premeditada ou não entre o liberalismo político, sentimento liberal e liberalismo econômico. É antes de tudo um compromisso com o homem, compromisso com a liberdade e dignidade. Liberalismo econômico é coisa completamente diferente: é uma escola econômica superada, que pregava e praticava o absentéismo do estado diante do jogo livre das forças de mercado. Tal procedimento econômico já foi superado no tempo.” (RIBEIRO, 2016, pág.156).

Em julho de 1984, Marco Maciel representando os dissidentes tentou formalizar esse grupo como partido nos termos da lei. Porém, Tancredo propôs a Marco Maciel deixar a formação do partido para depois das eleições e que aceitasse a candidatura para à presidência do Senado, ajudando-o a eleger Ulisses para a presidência da Câmara. Na percepção de Neves, conforme Arsênio Corrêa com o PFL no comando do Senado e o PMDB na Câmara, haveria uma aliança perfeita. (Corrêa, 2006, pág.52). Mas Maciel recusou a proposta de presidência do Senado e a formação posterior do partido para depois da eleição do Colégio Eleitoral. Esse ficou nos bastidores tentando criar o PFL antes da eleição do Colégio Eleitoral.

No mesmo mês, Tancredo Neves oficializa sua candidatura à presidência da República, após o fechamento de um acordo para a criação da Aliança Democrática entre o grupo moderado do PMDB e os políticos da Frente Liberal, ou os dissidentes do PDS. O ideário político desses dois grupos era próximo: ambos lutavam pela

democratização do país e por solucionar os problemas socioeconômicos que afetava o Brasil. Essa oficialização só foi concretizada após os políticos do PMDB e da Frente Liberal conseguirem que Aureliano Chaves desistisse da candidatura em favor de Neves.

Outro impasse enfrentado pela Aliança Democrática foi a indicação de Sarney a vice de Tancredo, já que o acordo entre PMDB e a Frente Liberal seria que o PMDB indicaria o presidente e a Frente Liberal indicaria um candidato a vice. Os líderes da Frente Liberal (Aureliano Chaves, Bornhausen, José Sarney, Guilherme Palmeira, Marco Maciel) cogitavam a indicação de Marco Maciel. Porém, além da resistência de Maciel, existia um impedimento legal: “a legislação vedava que alguém eleito pelo PDS pudesse trocar de partido para formar a chapa com Tancredo. A questão não afetava Sarney, pois ele havia sido eleito pela extinta ARENA.” (RIBEIRO, 2016,págs.57-58).

Em 11 de agosto de 1984, após a vitória de Maluf contra Mário Andreazza na Convenção do PDS, Maluf tornou-se candidato à presidência da república pelo PDS. Esse ato fez com que a maioria dos governadores nordestinos do PDS: Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), Luiz Gonzaga Mota (CE), José Agripino Maia (RN), Luís Rocha (MA), João Alves (SE), Divaldo Suruagy (AL), João Durval Carneiro (BA) aderissem a Frente Liberal e apoiassem Tancredo.

Do outro lado, o PMDB oficializa a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República e José Sarney como vice. Esses tiveram o apoio da Aliança Democrática. Em 19 de agosto de 1984 era clara a vantagem do candidato da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral contra o candidato do PDS, Paulo Maluf.

Antes da fundação oficial do PFL, Marco Maciel e alguns membros dos dissidentes trouxeram a ideia do nome de Partido Social Liberal, porém essa ideia não foi levada a frente porque o nome Frente Liberal já estava consagrado nos meios políticos e pela imprensa. Mas para Maciel esse nome era mais condizente com o ideal do partido, pois na sua concepção:

“O nosso liberalismo é um social-liberalismo, mesmo porque, em um país como o Brasil, nós não podemos ter um partido social que advogue o laissez-faire. O clássico conservadorismo inglês é um liberalismo que não se compadece com o país em que nós

estamos, marcado por enormes desigualdades sociais. O nosso partido luta pela liberdade como princípio, pela igualdade como fim e pela participação como meio.”( Corrêa, 2006, pág. 55)

Na concepção de Marco Maciel, o liberalismo do PFL tinha como base assegurar ao cidadão a igualdade de direitos. Liberdade nesse contexto seria o poder de fazer tudo aquilo que não prejudica os outros. Nessa interpretação, a interferência do Estado torna-se necessária para proteger socialmente o cidadão.

Logo após, aos fatos relatados acima, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Os dissidentes do PDS, ou os integrantes da Frente Liberal deram 176 votos a Tancredo (15 senadores, 110 deputados federais e 51 deputados estaduais). Esse recebeu, no total 480 votos contra 180 de Maluf. Isso demonstra que se os dissidentes do PDS não tivessem apoiado Tancredo, Maluf teria ganhado a eleição indireta por 356 contra 304 de Neves. Nove dias depois, em 24 de janeiro o Partido da Frente Liberal foi oficialmente criado. Logo após sua criação 5 governadores, 14 senadores e 77 deputados federais se filiaram ao PFL.

“Cerca de 400 pessoas, entre governadores, ex-governadores, senadores, deputados, empresários, políticos estaduais e municipais, além de populares, participaram ontem da solenidade de fundação do Partido da Frente Liberal, realizada no Auditório Nereu Ramos, da Câmara. O vice-presidente Aureliano Chaves, presidindo os trabalhos, destacou que um dos objetivos básico do novo partido é tornar o país menos desigual e, para isto, a Frente se propõe a caminhar ao lado do presidente eleito Tancredo Neves. O senador Marco Maciel foi eleito presidente da Comissão Executiva Nacional Provisória e o vice-presidente Aureliano Chaves confirmado na presidência de honra. A vice-presidência do PFL ficou com o senador Jorge Bornhausen (SC); para primeiro secretário, o deputado Saulo Queiroz (MS), que exercerá as funções de secretário-geral; segundo secretário, deputado Stélio Dias (ES) e, para tesoureiro,

foi eleito o deputado Jayme Santana (MA)” (O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1985).

Alguns dias antes da reunião de lançamento oficial do Partido no âmbito nacional, o PFL era lançado oficialmente no Rio. Em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, o ex-ministro Hélio Beltrão pontuou os ideais de fundação do PFL.

“O ex-ministro da desburocratização, Hélio Beltrão, fez ontem, no Rio, o lançamento oficial do Partido da Frente Liberal, afirmando que a agremiação “nasce para acolher todos aqueles que não estão felizes nos outros partidos”. Beltrão negou que a nova legenda represente um renascimento da antiga Banda de Música da UDN, “mesmo porque o Brasil mudou e os homens também”. Depois de esclarecer que falava em nome de Aureliano Chaves, que deverá fazer o lançamento nacional do PFL no dia 13 de fevereiro, no Rio, Hélio Beltrão disse que o novo partido nada tem de conservador e que a expressão Liberal deve ser entendida pela defesa intransigente da liberdade, em cujo o clima pretende lutar pelas reformas sociais. Beltrão, destacou, também, que o Liberal da sigla nada tem a ver com o *laissez-faire*, porque o programa partidário entende que nem sempre as forças de mercado são suficientes para resolver os problemas, ocasião em que se torna importante a atuação do Estado.” (O Estado de São Paulo, 19 de janeiro de 1985).

A imprensa brasileira relatou o surgimento do PFL como fato importantíssimo na arrumação do sistema partidário brasileiro, principalmente para ocupar o espaço do conservadorismo brasileiro. No dia 24 de janeiro a Folha de São Paulo saudava a fundação do PFL com a seguinte notícia:

“Não deixa de ser promissora”, escreveram os editorialistas do jornal, “a possibilidade de (o novo partido) disputar uma parcela específica do eleitorado, sensível à pregação antiestatista, à defesa da livre iniciativa e da desburocratização, assim como a outras teses do conservadorismo moderno” (RIBEIRO, 2016, pág.102).

Na opinião de Jorge Bornhausen e Marco Maciel, o grupo da Frente Liberal foi fundamental para viabilizar o processo de abertura política em 1985 e para a eleição de Tancredo Neves para presidente da República. Em depoimento ao autor Arsênio Corrêa, Bornhausen afirmou: ‘Sem o nosso curso, jamais a transição teria desembocado na aceitação, pelos militares, da eleição de Tancredo Neves’ (CORRÊA, 2006, pág. 1). Marcos Maciel, por outro lado, afirmou: ‘A Frente Liberal foi formada para evitar que o país mergulhasse novamente no autoritarismo. E mais: com essa atitude, foi possível que se continuasse caminhando para o restabelecimento de uma sociedade liberal e democrática’ (CORRÊA, 2006, pág.85). Porém, Bornhausen também reconhece que os fundadores da Frente Liberal tinham apreço pelo Regime Militar, pois apoiaram a Revolução de 1964. Como observamos nesse trecho do depoimento de Bornhausen ao escritor Arsênio Corrêa:

“Faço questão de fazer essas considerações, para ficar bem explícito que os fundadores da Frente Liberal não viraram as costas para o passado. Tínhamos apoiado a Revolução de 1964, tal como a grande maioria da sociedade, que foi às ruas lutar por mudanças. Os militares, então, acompanhavam a voz do povo. Tivemos, todavia, a percepção de que o movimento havia se esgotado e muitas vezes tomado rumos errados e que só com nossa coragem, saindo do governo, poderíamos contribuir para que uma futura democracia plena se consolidasse sem revanchismos” (Corrêa, 2006, pág. 79)

### 2.1.3. Cisão do PDS e Fundação: Governo Sarney

Um dia antes da posse, marcada em 15 de março de 1985, Tancredo Neves foi submetido à uma cirurgia de emergência, e em 21 de abril de 1985 veio a óbito. Logo após, José Sarney assumiu a presidência da República. A morte de Tancredo foi uma frustração, pois esse foi o principal articulador da transição do poder dos militares para os civis, e responsável também por costurar a aliança política entre as forças provenientes do antigo regime e da oposição. Tancredo esteve sempre ao lado da oposição, mesmo que moderada ao governo militar, e sempre lutou contra a rispidez dos malufistas. Além disso, esteve a frente da união da Aliança Democrática e da coalizão

PMDB-PFL. Em contraposição o seu sucessor Sarney sempre havia apoiado os militares, presidiu o partido governista PDS e passava a imagem de um coronel nordestino.

O início do governo Sarney foi marcado por frustração: a sensação de esperança na construção democrática do país foi esvanecida pela morte de Tancredo e pelo insucesso do Plano Cruzado, juntamente com outros planos de estabilização. Esses motivos levaram pouco a pouco o sentimento na opinião pública e na sociedade de que a reconstrução democrática não seria suficiente para livrar o país dos seus males sociais.

Em meio a esse clima, ocorreu a construção do PFL passando de um pequeno grupo dissidente do PDS para um partido que ocupa cargos parlamentares, executivos, e disputa espaços de poder com outras forças políticas, além é claro, de concorrer às eleições.

Na tabela abaixo podemos observar que já em 1985 o PFL era a terceira maior bancada no Congresso Nacional. Além de está no cargo máximo do poder executivo com o presidente José Sarney, no ministério políticos pefelistas ocupavam quatro pastas: Marco Maciel até fevereiro de 1986 (Educação) e a partir de 1986 (Casa Civil), Aureliano Chaves (Minas e Energia), Olavo Setubal (Relações Exteriores), Paulo Lustosa (Desburocratização) e Jorge Bornhausen a partir de 1986 (Ministério da Educação).

Tabela 1: Resultado eleitoral dos principais partidos na eleição de 1986, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1986
PMDB	41,1
PDS	37,2
PFL	13,3
PTB	4,4
PDT	2,6

Fonte: TSE

A ocupação do Ministério da Educação por Marco Maciel era vista por alguns políticos pefelistas como fundamental, pois era propício ao projeto de expansão e nacionalização do partido. O Ministério da Educação tinha orçamento expressivo e a capacidade de impulsionar programas de longo alcance social. Já a pasta de Minas e Energia, também ocupada pelo PFL, era fundamental também, pois naquela época representava 82 % de todo orçamento das empresas estatais do governo; várias empresas estavam subordinadas ao Ministério de Minas e Energia, como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, Furnas etc.

Ministro das Comunicações no governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães<sup>39</sup> desliga-se do PDS e filia-se ao PFL em 1986, tornando-se um dos políticos pefelistas com mais força eleitoral do partido. Seu grupo político comandou a Bahia sem interrupção de 1971 a 2006. Construiu uma rede política bastante consistente na Bahia, estado que foi reiteradamente responsável pela eleição da maior bancada de deputados federais e estaduais pefelistas. A máquina carlista integrou com vigor o poder local, estadual e federal dentro da legenda do PFL. ACM foi o político que teve maior visibilidade, embora sua imagem fosse negativa junto aos eleitores:

“Em pesquisa realizada em 2004 pela empresa MCI Estratégia por encomenda da direção do PFL, o político baiano, mesmo próximo do ocaso da sua carreira política, foi o pefelista mais lembrado pelos eleitores entrevistados. Foi citado espontaneamente por 8% dos entrevistados como “liderança pefelista”. Jorge Bornhausen, Roseana Sarney e Marco Maciel também foram identificados como pefelistas, mas com percentuais bastante inferiores aos de Antonio Carlos Magalhães: 3%,2% e 2%, respectivamente. A pesquisa explorou

---

<sup>39</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (Salvador, 4 de setembro de 1927 — São Paulo, 20 de julho de 2007) foi um médico, empresário e político brasileiro, filiado ao Democratas (DEM). Foi governador da Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido eleito senador em 1994 e em 2002. Foi presidente do Senado em 1997 até 2001. Egresso da União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Partido Democrático Social (PDS), teve o Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM) como sua última agremiação partidária. Era conhecido pelo acrônimo ACM.

também a imagem dos pefelistas apresentando os nomes mais conhecidos do partido aos entrevistados. Marco Maciel , o pefelista mais bem avaliado, foi citado favoravelmente por 27%. Antônio Carlos Magalhães apareceu em segundo lugar junto com Cesar Maia, então prefeito do Rio de Janeiro, com 19% de menções positivas” (RIBEIRO, 2016, pág. 81).

A adesão de ACM rendeu ao PFL mais 13 deputados federais e 3 senadores. Com isso, já em meados de 1986 o PFL contava com 116 deputados na Câmara dos Deputados e 19 senadores. Houve um aumento de cerca 8% em relação à bancada da Câmara de Deputados de 1985, passando de 13,3% para 21,1% das cadeiras ocupadas pelo PFL na Câmara dos Deputados. Com a adesão de ACM o PFL ficaria marcado pelo carlismo<sup>40</sup>.

Chegada às eleições de 1986, o PFL se preparou para sua segunda disputa eleitoral como um partido consolidado. A primeira experiência foi na eleição extraordinária de 1985 para escolha de prefeitos por voto direto, porém o PFL não teve um resultado expressivo enquanto o PMDB saiu-se como o grande vitorioso. Nas eleições de 1986, o PFL elegeu 1 governador do total de 23, 7 senadores do total de 49, 233 deputados estaduais do total de 953. Já na Câmara dos Deputados o PFL tornou-se a segunda maior bancada, atrás apenas do PMDB que ocupou 53,3 das cadeiras. O grande derrotado foi o PDS, demonstrando sua fragmentação e decadência após a saída dos dissidentes que formaram o PFL. Como observado na tabela 2 abaixo:

---

<sup>40</sup> Carlismo é o termo utilizado para designar o grupo formado no estado brasileiro da Bahia em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), que durante quatro décadas foi o político mais importante do estado e um dos mais influentes do Brasil. Entre suas características está a defesa de uma tecnocracia na administração pública, apresentada como garantia de eficiência dos governos. Se inicialmente o carlismo caracterizava apenas a liderança de ACM, apoiada no clientelismo e no controle dos meios de comunicação, mais tarde o termo se tornou uma expressão do grupo político ligado a ele e, numa terceira concepção, um modo de fazer política, aliando modernização econômica e conservadorismo político.

Tabela 2: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 1985 e 1986, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	1985	1986	Varição
PMDB	41,1	53,3	12,2
PDS	37,2	6,7	-30,5
PFL	13,3	24,2	10,9
PTB	4,4	3,4	-1
PDT	2,6	4,9	2,3
PT	-	3,2	3,2

Fonte: TSE

A maioria da bancada conquistada pelo PFL foi originária do nordeste, principalmente da Bahia. O peso eleitoral no nordeste é uma das suas principais marcas do partido ao longo da sua história. Após as eleições de 1986 e discussões com os pemedebistas, principalmente com José Sarney, Marco Maciel e Jorge Bornhausen deixaram os cargos de ministros em meados de 1987. Isso acabou resultando no fim da Aliança Democrática formada entre PMDB-PFL formada para apoiar Tancredo Neves.

Após o fim da Aliança Democrática em 1987, houve a especulação de que o PFL romperia com o governo Sarney. Parlamentares pefelistas prepararam um documento com propostas ao presidente, garantindo a manutenção do apoio do partido ao governo. O documento defendia: o enxugamento da máquina administrativa, a negociação da dívida externa, a privatização de estatais e a suspensão de grandes obras – um conjunto de medidas que não eram aceitáveis para o presidente naquele momento. Tudo leva a crer que na verdade os parlamentares apostaram mesmo no rompimento com o governo, pois essas propostas eram uma forma clara de demonstrar a sociedade o posicionamento do partido, e se desassociar do governo já desgastado. Outro fato também era que o partido estava provavelmente preparando para as próximas eleições municipais de 1988 e para a possível eleição para presidente da República em 1989.

Por volta de 1987, o governo Sarney passa por sérios problemas: a dívida externa com credores e o FMI, as inconsistências com o plano de estabilização Bresser, impopularidade, o encurtamento do seu mandato por parte do Congresso. Para tentar conter esses pontos negativos, Sarney propôs uma série de propostas avançadas para lidar com a reforma agrária e o pagamento da dívida externa. Para isso, pediu apoio da sua base que era o PMDB e o PFL para a manutenção do seu mandato.

Diante das propostas de Sarney, o PFL decidiu convocar uma reunião para novembro de 1987 para discutir a continuidade ou não do partido com base de apoio ao governo. Porém, Antônio Carlos Magalhães e seu grupo se adiantaram à reunião e comunicaram seu apoio, juntamente com Aureliano Chaves e seu grupo. Porém, o grupo de Bornhausen e Maciel, que ficou conhecida pela imprensa como a ala moderna do PFL, resolveu pela não continuidade do seu apoio.

No final de Outubro de 1987, Sarney fez uma reforma ministerial para tentar amenizar o impacto negativo da sua gestão, indicando novos ministros ligados ao PMDB. Isso criou uma desavença com alguns membros do PFL, principalmente do grupo oposicionista do governo, comandado por Maciel. Diante esse impasse, os dirigentes do partido resolveram transferir a decisão a respeito da manutenção do apoio ao governo para a reunião do Diretório Nacional que seria realizada em 29 de outubro ao invés de tomar essa decisão na Convenção Nacional, marcada para 7 e 8 de novembro de 1987. No entanto, no dia 27 de outubro onze senadores se reuniram para discutir esse problema, “Carlos Chiarelli (RS), Jose Agripino Maia (RN), Guilherme Palmeira (AL), Jorge Bornhausen (SC) defenderam o rompimento com governo. Hugo Napoleão (PI), Divaldo Suruagy (AL), João Lobo (PI), Edson Lobão (PI), Alexandre Costa (MA), Marcondes Gadelha (PB) e João Menezes (PA) se posicionaram contra a migração do partido para a oposição.” (RIBEIRO, 2016, pág. 90). Um dia antes da reunião do Diretório Nacional, treze dos vinte diretórios estaduais se posicionaram a favor da manutenção do apoio ao governo, juntamente com 87 deputados a favor e 13 contra. O grupo Pró governo saiu vitorioso que foi mantido na reunião do Diretório Nacional. A Convenção Nacional acabou sendo cancelada. Aureliano Chaves e ACM venceram o grupo de Bornhausen e Maciel.

O grupo da ala moderna acabou rompendo com o governo. Entre os pontos da discordância estavam, segundo os atores, as críticas econômicas de Maciel e Jorge

Bornhausen ao Plano Cruzado e a moratória da dívida externa. Porém, tudo leva a crer que o principal motivo do rompimento da ala moderna com Sarney foi o pouco espaço destinado a esse grupo no governo.

Chegada a Constituinte 87-88 para a elaboração da nova constituição, o PMDB irá assumir o protagonismo dessa ação. Esse teria grande poder na elaboração da nova carta, pois 54,4% dos membros da Constituinte pertenciam ao PMDB. Porém, o fato de o PMDB ser um partido homogêneo permitiu ao PFL tomar algumas decisões importantes na Constituinte. Porém, de forma geral o PFL assumiu uma função secundária na elaboração da nova constituição de 1988. Esse só assumiu algum destaque quando o Centrão<sup>41</sup> liderou as votações.

O Centrão foi responsável pela aprovação da mudança do regimento do processo de elaboração da Constituição, mudança que deu mais poder ao plenário da Assembleia de alterar o projeto base que sairia da Comissão de sistematização, e foi decisivo também para alterar alguns pontos importantes da Constituição, com a extensão do mandato de Sarney, as leis de proteção à propriedade privada e a estabilidade de emprego.

Os grandes ruralistas e empresários por meio das associações, União Democrática Ruralista e União Brasileira dos Empresários, realizaram uma Reação Conservadora, por meio do Centrão, para que seus projetos fossem aprovados e também para tentar conter uma série de propostas esquerdistas e de cunho popular.

A participação do PFL no Centrão foi bastante relevante: de acordo com Ribeiro “74% dos parlamentares pefelistas participaram do Centrão.” (RIBEIRO, 2016,pág. 96). O restante dos pefelistas não pertenciam ao grupo, entre eles; Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, Marco Maciel, Joaquim Francisco, José Jorge, Jose Agripino Maia e Affonso Arinos.

---

<sup>41</sup> **Centrão:** Refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possuem uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas. Apesar do nome, o *centrão* não se trata necessariamente de um grupo de espectro político-ideológico centrista, mas de um agrupamento de siglas de orientação conservadora, Na Constituinte de 1988 esse grupo era formado por parlamentares do PMDB, PFL, PDT, PDS, PTB PL PDC conforme fontes de Kinzo,

Com relação a estabilidade de emprego e o monopólio da distribuição do petróleo houve um consenso da bancada pefelistas na Constituinte. A maioria dos parlamentares do PFL votou contra a estabilidade de emprego e o monopólio da distribuição do petróleo. O único impasse maior que gerou uma divisão do partido foi com relação à extensão do mandato de Sarney entre os pefelistas do Centrão e os que não pertenciam.

Próximo das eleições presidenciais de 1989, o PFL acaba escolhendo como candidato para concorrer às eleições Aureliano Chaves. Na fala de Bornhausen que acabou apoiando a candidatura de Marco Maciel, para ele Aureliano “havia granjeado enorme popularidade por desafiar [presidente João Baptista] Figueiredo e a linha dura do governo militar, mas diluíra seu prestígio como ministro das Minas e Energia e já não liderava nada nem ninguém, muito menos o seu partido, O PFL” (RIBEIRO, 2016, pág. 99). Bornhausen também criticava as ideias estatizantes de Aureliano:

“O ex-vice presidente perdeu o discurso para o presente e para o futuro. (...) A linguagem adotada pelo próprio candidato está longe do liberalismo que o Brasil precisa. E sua posição em relação às estatais está distante da modernidade desejada por todos os que, dentro do PFL ou fora dele, já perceberam que insistir em jogar as atividades econômicas nas mãos do Estado só pode conduzir, como de fato tem conduzido, à ineficiência, ao desperdício de recursos, à inibição da livre iniciativa dos cidadãos e ao crescimento desmedido do aparelho estatal” (RIBEIRO, 2016, pág. 99)

Esse discurso deixa claro, a cisão existente entre o grupo de Bornhausen e Maciel, de um lado, e o grupo de Aureliano, de outro. Essa ruptura começou a ser construída a partir de 1987 com relação ao rompimento com o governo de Sarney, como já relatado acima. O grupo de Maciel e Jorge Bornhausen era minoria dentro do PFL, grupo onde estavam também Carlos Chiarelli (senador-RS), Alcení Guerra (deputado federal-PR), José Agripino Maia (senador-RN) e Guilherme Palmeira (prefeito de Alagoas). Essas lideranças eram conhecidos como: a ala moderna do PFL.

A cisão entre a ala moderna, comandada por Bornhausen e Maciel, e os governistas, liderados por Chaves e ACM, foi resolvida na segunda Convenção

Nacional do PFL, realizada em 9 de abril de 1989. Nessa Convenção a ala moderna estava ciente que não era mais a maioria do partido. Maciel acabou renunciando e passou a presidência do PFL para Hugo Napoleão, que estava alinhado com os governistas. E todos os principais cargos dentro do partido foram ocupados pelo grupo de Aureliano e ACM. Outro capítulo da derrota da ala moderna foi a prévia realizada em 21 de maio de 1989 para a escolha do candidato à presidência da República. Aureliano recebeu 60,9% dos votos, contra 34,1% de Marco Maciel e 5% de Sandra Cavalcanti. Logo após, a candidatura de Aureliano Chaves foi confirmada pelo partido.

Porém o partido estava em frangalhos em 1989. Nos termos de jornal de época, “o promissor partido capaz de representar o conservadorismo moderno no Brasil, havia, se transformado em uma agremiação que apenas se pretende (...) programática e moderna representante do ideário liberal no país.” (RIBEIRO, 2016, pág.103).

Aureliano foi derrotado nas eleições presidenciais de 1989, para o então considerado fenômeno eleitoral do ano Fernando Collor de Mello. Aureliano recebeu apenas 0,83% dos votos e passou para a história do partido como o único candidato presidencial da história do PFL.

#### 2.1.4. Governo Fernando Collor de Mello: Ascensão no incipiente presidencialismo de coalizão e o reagrupamento

A eleição presidencial de 1989 foi disputada em 2 turnos. No primeiro, Collor (PRN) recebeu 20.611.011 de votos (30,47%), Lula (PT) 11.622.673 de votos (17,18%), Leonel Brizola (PDT) 11.168.228 votos (16,51%), enquanto Aureliano recebeu apenas 600.838 votos (0,89%) e Ulysses Guimarães (PMDB) 4,4% dos votos. No segundo turno Fernando Collor ganhou às eleições com 35.089.998 votos (53,03%), contra 31.076.364 votos (46,97%) do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Essa eleição também demonstrou o desgaste dos partidos PMDB e PFL, principalmente com sua relação de aliança com o governo impopular de Sarney.

Fernando Collor de Mello foi empossado no cargo de presidente da república em 15 de março de 1990, e tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois do regime militar. Na sua campanha e discurso de posse, Collor prometeu

eliminar a hiperinflação que estava acumulada em 1.000.000% nos cinco anos anteriores e 80% ao mês, modernizar o país e moralizar a administração pública.

Em seus primeiros atos de governo, decretou a redução do número de ministérios, a demissão de funcionários públicos e a venda de imóveis do patrimônio federal. No primeiro gabinete de Collor, o PFL ocupou dois ministérios: Saúde com Alcení Guerra e Educação com Carlos Chiarelli. Marco Maciel também assumiu posto de destaque no governo Collor, como líder do governo no Senado até setembro de 1992.

No dia seguinte da posse, Collor anunciou seu Plano de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Collor. O plano tinha como objetivos reduzir a inflação e o déficit público. O Plano extinguiu 24 empresas estatais, elevou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), taxou os lucros dos produtos agrícolas, reintroduziu o cruzeiro como moeda nacional, substituindo o cruzado novo, congelou os salários, reduziu a presença do estado na economia e os investimentos em proteção social, promoveu a abertura econômica para o exterior e bloqueou as contas correntes e poupança acima de 50 mil cruzeiros. Essas medidas estavam em consonância com as recomendações do Consenso de Washington e o FMI.

Logo após dois meses de governo, a sociedade e os parlamentares começaram a demonstrar insatisfação com o governo. O Plano Collor não surtiu o efeito esperado, a inflação e o desemprego voltaram a crescer. Mediante esses fatos Collor tentou já no início do seu governo buscar aproximação com a oposição. Em setembro de 1990, o governo já começou a ser investigado por vários processos de corrupção.

Chegadas as eleições de 1990 para o Congresso Nacional, o PFL conquistou 83 cadeiras na Câmara dos Deputados, 8 no Senado e 9 governados estaduais, sendo que entre esses 6 foram eleitos pela região Nordeste. O PFL tornou-se o segundo maior partido no Congresso Nacional.

Tabela 3: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 1986 e 1990, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	1986	1990	Varição
PMDB	53,3	21,4	-31,9

PFL	24,2	16,5	- 7,7
PDT	4,9	8,9	4
PDS	6,7	8,3	2,6
PTB	3,4	7,5	4,1
PSDB	-	7,5	7,5
PT	3,2	6,9	3,7

Fonte: TSE

Mediante a nova escalada da inflação e o fiasco do Plano Collor, em janeiro 1991 foi lançado o Plano Collor II. Esse novo plano era mais direcionado para a ordem financeira, entre as medidas estão: elevação do Imposto de Operação Financeira (IOF) e da taxa de juro, novo congelamento de salários e etc. Para obter apoio para implementar suas medidas, Collor novamente se aproxima da oposição, mas sem sucesso. Em fevereiro o governo Collor novamente estava sob suspeitas de corrupção. O Plano Collor e suas atitudes administrativas gerou resistência de todos os setores da sociedade.

Em meio a diversos problemas e sofrendo forte oposição, Collor tenta se aproximar do PFL em início de 1992. Nesse contexto, Jorge Bornhausen assumiu a Secretaria de Governo em abril de 1992, tornando-se o principal articulador político do governo. Em janeiro do mesmo ano, dois outros pefelistas também assumiram posições no primeiro escalão: Ricardo Fuiza (PE), no ministério da Ação Social e a Reinhold Stephanes (PR), no ministério do Trabalho e Previdência Social. Bornhausen teria a principal função de atrair para o governo o PSDB, através da reforma ministerial. Essa reforma consistia em dar mais solidez política ao governo, pois sofria baixa popularidade e falta de consistência política, devido aos diversos casos de corrupção e a hiperinflação, a qual não conseguiu ser contida com o Plano Collor.

A reforma ministerial comandada por Bornhausen tinha como objetivo atrair o PSDB para o governo Collor. Se concretizasse a coalizão governista, juntamente com PSDB, PFL, PRN, PDC, PTB, PL, PDS e PTN o governo conseguiria maioria na Câmara dos Deputados com 250 deputados (49,7%) e no Senado 38 senadores (46,9%).

Porém o plano de Collor e Bornhausen não se concretizou e o PSDB não aderiu ao governo.

Em compensação, mediante a recusa do PSDB, o PFL e Bornhausen em abril de 1992 tornaram-se o principal aliado governo Collor. Nesse momento, o PFL assumiu seu poder máximo dentro do poder executivo, em todo seu histórico de existência. Isso aconteceu num momento em que os partidos políticos exerciam alta resistência ao governo. Pois, se até abril de 1992, Collor se situou acima do Parlamento, após diversas derrotadas no Parlamento e impopularidade perante amplos setores da sociedade, tentou jogar segundo as regras do presidencialismo de coalizão.

O PFL seria fundamental para manter esse incipiente presidencialismo de coalizão, pois desde o segundo turno das eleições de 1989 todos os pefelistas apoiaram Collor. O grupo de ACM assumiu também postos importantíssimos na reforma de abril de 1992, comandada por Bornhausen. Entre os membros desse grupo de ACM estão: Ângelo Calmon de Sá, banqueiro baiano, que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Lafaiete Coutinho, designado para a presidência do Banco do Brasil, Álvaro Mendonça Júnior, para a presidência da Caixa Econômica Federal e o deputado Luis Eduardo Magalhães, que assumiu a liderança do governo na Câmara dos Deputados, a pedido de Bornhausen. Vale ressaltar, que os novos ministros pefelistas e o grupo de ACM tinham fortes perfis conservadores.

Porém o protagonismo do PFL no governo Collor não durou muito tempo. Pois logo após dois meses da reforma ministerial de Bornhausen, o governo Collor foi denunciado por participar juntamente com Paulo Cesar Farias de vários ilícitos. Essa denúncia partiu do irmão do presidente, Pedro Collor de Mello. Além das denúncias, o governo sofria também com a inflação, que girava em torno de 25% ao mês, a recessão industrial e a estagnação do Produto Interno Bruto (PIB). A privatização das 13 empresas estatais não apresentou grandes cifras para o Tesouro Nacional.

Mediante as acusações de Pedro Collor, atos de corrupção e tráfico de influência governo. Em 26 de maio de 1992 a Câmara dos Deputados abriu uma comissão parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Diante as apurações da CPI, houve várias manifestações de diversos setores da sociedade contra a Impunidade e pela Ética na política, entre os movimentos estavam: A OAB, ABI, CUT, UNE, UBES entre outras. Nesse episódio de mobilização ocorreu a manifestação dos

caras-pintadas, em que secundaristas e universitários foram as ruas manifestar contra os atos de corrupção do governo Collor. Diante os acontecimentos, no dia 26 de agosto de 1992 ocorreu a abertura do processo de impeachment aprovado pela Comissão da CPI, que considerou que Collor recebeu 6,5 milhões de dólares do esquema PC farias.

No dia 29 de setembro, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o processo de impeachment, por 441 votos contra 38. Collor acabou sendo afastado da presidência, e Itamar Franco assumiu de forma interina até a votação no Senado. Antes do julgamento no Senado marcado para o dia 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou. Dos 88 deputados pefelistas, 15 foram contra, num total de 17% da bancada do PFL na Câmara.

O Governo Collor serviu para o PFL aglutinar suas forças, que tinha se perdido no governo Sarney, principalmente com as forças Maciel/Bornhausen com ACM/Chaves. Todas as propostas formuladas pelo governo Collor pró-mercado, não foram aprovadas pelo Congresso. Ao longo de todo o governo, os pefelistas adotaram o social-liberalismo, que teve como principal referência intelectual e formulador no Brasil, o diplomata José Guilherme Merquior.

#### 2.1.5 A Transição: Itamar Franco

Com a renúncia de Fernando Collor, Itamar assumiu a presidência da República de forma definitiva em 29 de dezembro de 1992. No seu pronunciamento prometeu transparência da sua administração, combate à corrupção e uma política de entendimento nacional. Itamar ampliou as pastas do Ministério, diferentemente de Collor que reduziu.

No gabinete ministerial de Franco, o PFL ocupou: o Gabinete Civil, com Henrique Hargreaves (PFL-MG), Alexandre Costa (PFL-MA) na Secretaria de Integração Regional, Gustavo Krause (PFL-PE) no ministério da Fazenda e Hugo Napoleão (PFL-PI) no ministério das Comunicações.

A situação econômica não era favorável, pois ainda persistia o problema da inflação e do desemprego. Para conter esses problemas e outros, o governo propôs um programa que visava o descongelamento salarial e dos preços, exclusão dos confiscos,

manutenção da taxa de juros alta, contenção de gastos públicos e ajuste fiscal. Itamar adiou para 1993, o programa de desestatização que vinha sendo praticado pelo governo Collor, política que vinha sofrendo várias derrotadas dentro do Congresso Nacional. Itamar era mais próximo das correntes estatizantes.

No início de 1993, Itamar Franco anuncia seu plano de governo elaborado por Paulo Haddad, então ministro da Fazenda. Esse plano tinha como medidas: o combate à miséria, com programas de distribuição de alimentos básicos; criação de empregos, através de programas de saneamento básico e de construção de casas populares; luta contra a inflação com ajuste fiscal; e a retomada do crescimento, com investimento em energia, telecomunicações, estradas e habitação. Esse plano econômico proposto pelo governo Itamar contrariava o viés liberal do governo anterior.

O programa de desestatização gerou polêmicas, pois o decreto 724 de 19 de janeiro de 1993<sup>42</sup> dava amplos poderes ao presidente em intervir no processo de venda das empresas estatais e criar mecanismo de proteção aos empregados das empresas estatais que seriam privatizadas. Esse decreto foi interpretado como uma tentativa do governo de retardar o processo de desestatização.

Porém, a situação financeira do país se agravou novamente. O orçamento aprovado em março de 1993 tinha uma redução de 6 bilhões de dólares em programas de proteção social. No dia 10 de março, o Senado aprovou uma emenda que modificava o programa de ajuste fiscal com a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que taxava em 0,25% todo o cheque emitido até dezembro de 1994, ou seja, o ajuste fiscal se reduziu a mais uma taxa ao contribuinte. Em sessão do plenário para aprovação desse novo imposto, por meio da PEC 48/91, a maioria dos parlamentares foi favorável, com 349 votos a favor da emenda e 85 contra. Na bancada pefelistas dos 84 deputados presentes, 24 foram contra PEC, em sua maioria pefelistas baianos. Nesse contexto, o governo se viu obrigado a reativar o programa de privatização.

---

<sup>42</sup> Altera e consolida a regulamentação da Lei n° 8.031 de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. Esse dava ao Estado posição estratégica na economia nacional.

Em 21 de abril de 1993, foi realizado um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. A República saiu vitoriosa com 86,6% dos votos contra 13,4% da Monarquia, e o presidencialismo venceu o parlamentarismo com 69,2% contra 31,8 dos votos. Esse plebiscito ocorreu porque a Constituição previa a realização do plebiscito em 1993. Em maio, Itamar Franco propôs uma nova reforma ministerial, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a pasta da Fazenda. Na concepção de FHC, o problema da inflação que girava em 30% ao mês, não estava relacionado à economia, mas sim ao déficit público; para solucionar esse problema eram necessárias as medidas como: reforma do estado, privatização e redução dos gastos públicos.

Já no início do mandato de FHC como ministro, o PFL via nele um possível candidato à presidência da República e que tinha força para disputar a corrida eleitoral contra Lula. ACM e Paulo Maluf dividiam de forma irremediável o partido. Bornhausen, assim, desde o início apoiou a candidatura de FHC. Em reunião ele declarou publicamente: “olha, nós estamos dispostos a apoiar você. De modo que conte conosco” (RIBEIRO, 2016, págs. 129-130).

Uma das propostas do governo e de FHC foi a criação do Plano de Ação Imediata, que reduzia 6 bilhões de investimentos em programas de proteção social e a criação da moeda cruzado Real. Em meio às ações do governo de tentar controlar a inflação e o déficit público, governo acabou sofrendo uma derrota, com a suspensão pelo STF da IMPF até dezembro de 1994, já que o STF julgou o imposto inconstitucional.

Em Outubro de 1993, FHC acabou criando um novo plano de privatização. Agora sob a tutela do Ministério da Fazenda que teria amplos poderes para gerir esse assunto. O plano previa a quebra do monopólio da Petrobrás e Eletrobrás, o que gerou divergências entre o ministro e Itamar. O presidente se mostrava bastante resistente às propostas de FHC, principalmente com relação às privatizações e o ajuste fiscal.

Porém, FHC não alterava seu posicionamento na condução do Ministério. Em dezembro FHC anunciou seu Plano de Estabilização Econômica, que tinha como objetivos: o ajuste fiscal, com cortes radicais nos gastos públicos, e a preparação de uma nova moeda. Nesse momento também FHC tinha seu nome indicado pelo PSDB, como candidato à presidência da República para as eleições que iriam ocorrer em 1994.

”Cardoso lança plano contra inflação, envia ao Congresso propostas de cortes e de aumento de impostos; criação da Unidade Real de Valor vai depender da aprovação política do programa.” (O Estado de São Paulo, 8 de dezembro de 1993).

O plano de FHC, conhecido pela imprensa como plano FHC-2, gerou reações negativas junto aos parlamentares. O ponto de maior intriga foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), fundo que serviria para financiar as áreas da saúde, educação, benefícios previdenciários e outros programas de interesse econômico e social. Esse recurso vinha de 20% das receitas arrecadadas dos impostos e contribuições instituídos pela União. O FSE reduzia o montante das transferências para Estados e Municípios.

Em dezembro, o STF voltou atrás e autorizou o IPMF que entraria em vigor só a partir de 1994. Porém, nesse mesmo mês a taxa acumulada anual da inflação estava em 2.567% a maior da história já registrada, mas a taxa de crescimento do país estava em 4,5%. Isso gerou certo equilíbrio econômico.

No início de 1994, o Congresso Nacional aprovou o FSE do Plano de Estabilização Econômica (FHC-2), com 388 votos contra 38. Em março do mesmo ano também entra em vigor a URV, que foi muito criticada pela oposição, principalmente pelo o PT com Luís Inácio Lula da Silva. A oposição afirmava que a URV gerava arrocho salarial. Nos meses posteriores houve um aumento dos preços, o que levou discussões mais acaloradas entre Lula e FHC, debate já pautado pela corrida eleitoral de 1994. Em 31 de março, FHC afastou-se do Ministério para concorrer às eleições presidenciais de 1994 pelo PSDB.

Na corrida eleitoral de 1994, FHC estabelece uma aliança com o PFL, com o principal objetivo de neutralizar a união das forças de direita em torno de Paulo Maluf ou Orestes Quécia e buscar votos do eleitorado nordestino, pois o PFL era muito forte nesta região. Guilherme Palmeira foi indicado no início para ser o vice de FHC, porém sofreu resistência dentro do PSDB, por um grupo de tucanos contrários a aproximação com forças conservadoras e a práticas clientelísticas. Entre esses, estava Mario Covas que reclamou: “Essa aliança fere a lógica política e é ideologicamente incompatível” (RIBEIRO, 2016, pág.121). Pelo lado pefelista a indicação era bem vista. Porém em meados de 1994 ocorreram denúncias sobre favorecimento de interesses privados ao

senador Guilherme Palmeira, que acabou sendo substituído por Marco Maciel para compor a chapa de FHC como candidato a vice.

A imprensa não via com bons olhos essa aliança. Para eles, a aliança entre “os socialdemocratas tucanos do sudeste e os brancos clientelistas conservadores pefelistas do Nordeste” (RIBEIRO, 2016, pág. 121) não era de bom grado. “o jornalista Clóvis Rossi afirmava que “a sociedade percebe que há nela [na aliança PSDB-PFL] apenas um oportunismo desavergonhado. O mecanismo pode, por isso, funcionar exatamente às avessas do que se pretende. Ou seja, em vez de dar votos, tirá-los” (RIBEIRO, 2016, pág.121). Até o PT por meio do seu candidato à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva criticou a aliança, onde o PSDB estaria “abdicando de um programa socialdemocrata para cair nos braços retrógrados de Ricardo Fiúza, Antônio Carlos Magalhães, Joaquim Francisco, Jorge Bornhausen, aquele da mala preta, e Marco Maciel” ( RIBEIRO, 2016, pág. 121)

Mesmo criticado, FHC via a aliança como necessária para conduzir o Brasil ao crescimento, isso só seria possível com a aliança entre socialistas, social-democratas e liberais. Sobre a aliança com os liberais pefelistas, FHC afirmou: “Eu sou social-democrata. Estou fazendo uma aliança com o setor liberal, porém com um setor liberal que tem sensibilidade social. Eu não quero fisiologia, não quero clientelismo”, declarou a *O Globo* em 15 de maio.

Em julho o real foi lançado como moeda, e semanas após houve uma redução nos preços e da inflação. A taxa inflacionária foi controlada e ficou no patamar de 1%. Como se sabe, o plano real teve um papel central na campanha eleitoral de FHC.

Chegada às eleições presidenciais de 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito presidente da República com 34 341 961 votos (54,24%), Luis Inácio Lula da Silva (PT) recebeu 17 122 127 votos (27,07%) e Enéas Carneiro (PRONA) com 4 671 457 votos (7,38%). O PFL apoiou o candidato Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento o presidencialismo de coalizão girará em torno da aliança entre PSDB-PFL.

O PFL elegeu 2 governadores, uma enorme queda comparada aos 9 governadores eleitos em 1990. No Senado foram eleitos 4 senadores, também em queda em relação a 1990. Porém, na Câmara dos Deputados o Partido continuou a ter a

segunda maior bancada e a figurar como principal parceiro partidário do governo. A tabela 4 abaixo demonstra uma estabilidade na ocupação das cadeiras pelo PMDB e PFL. As maiores variações foram observadas com relação ao PT e PSDB.

Tabela 4: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 1990 e 1994, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	1990	1994	Varição
PMDB	21,4	20,8	- 0,6
PFL	16,5	17,3	0,8
PSDB	7,5	12,2	4,7
PPR	-	9,9	-
PT	6,9	9,7	2,8
PDT	8,9	6,6	- 2,3
PTB	7,5	6,2	-1,3
PDS	8,3	-	-

Fonte: TSE

#### 2.1.6. O presidencialismo de coalizão e o partido de base governista: Governo Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso foi empossado no dia 1 de janeiro de 1995 no cargo de presidente da República. No governo FHC, o PFL conseguiu ocupar posições relevantes e duradouras, embora não tão centrais como no final do governo Collor. No governo de Cardoso, os principais líderes e núcleos do PFL (Bornhausen, Maciel, ACM e sarneysistas) assumiram posições de poder. No Congresso Nacional, o PFL ocupou a presidência da Câmara e do Senado, alternando com o PMDB. No Ministério ocupou três pastas: Gustavo Krause, no Ministério do Meio Ambiente, Reinhold Stephanes, no Ministério da Previdência Social e Raimundo Brito, no Ministério de Minas e Energia.

Os dois primeiros eram muito próximos a Bornhausen e Maciel, enquanto Brito era da ala carlista.

Além disso, a aliança PSDB-PFL conseguiu implementar a agenda programática de reformas pró-mercado, denominadas liberais ou neoliberais. A pauta neoliberal foi fundamental para manter a aliança PSDB-PFL e dar consistência ao governo FHC. Essa aliança foi proveitosa para os dois partidos, o PFL ajudou eleger FHC duas vezes e lhe deu amplo apoio no Congresso. Enquanto pelo outro lado, FHC e PSDB garantiram ao PFL postos de poder e instrumentos essenciais de controle do mercado eleitoral, como verbas e obras, e de alguma maneira ajudaram a que o PFL mantivesse sua coesão interna.

Na interpretação de Ricardo Ribeiro, os conteúdos programáticos e ideológicos do PFL e PSDB (FHC-Serra), convergiam em alguns pontos como: a organização da economia e as atribuições da economia-reguladora do Estado brasileiro. Os dois partidos defendiam maior abertura do mercado externo, quebra dos monopólios públicos da área do petróleo e da telefonia, privatizações, reforma administrativa com flexibilidade da estabilidade do emprego do servidor público, reforma da previdência social e ampliar a idade média do trabalhador em geral. Essa readequação da sua ideologia programática liberal passou a ser no plano econômico, ao invés de político como foi defendido no início da sua fundação. No início seu programa ideológico era pautado no liberalismo político e na década de 90 com o governo FHC seu programa passa a ser pautado no liberalismo econômico.

Para construir esse programa pró-mercado, o governo FHC foi o que mais enviou ao Congresso propostas de emendas constitucionais (PEC) desde Sarney até o primeiro mandato de Dilma. Foram 143, das quais 55 foram aprovadas. Seu principal objetivo era retirar o modelo estatal desenvolvimentista da Constituição de 1988, pois esse visava assegurar a estabilidade macroeconômica do modelo neoliberal. As propostas referentes à quebra do monopólio público para a exploração das telecomunicações, petróleo e do gás natural, e equalização do tratamento jurídico entre empresas nacionais e internacionais foram sancionadas rapidamente. Essas eram consideradas reformas sintéticas, pois alteravam poucos pontos dos artigos constitucionais. Entre essas, pode-se citar: a PEC 03/95, que alterava o inciso XI do artigo 21, que flexibilizava a exploração de serviços públicos de telecomunicações por

outros tipos de empresas, que não as estatais. Essa PEC teve algumas votações com alterações, e sua última versão foi votada no dia 6 de junho de 1995, quando foi aprovada com 357 votos contra 137. Dos 91 parlamentares pefelistas, 90 foram a favor e apenas uma abstenção.

Outra proposta sintética foi a PEC 06/95. Essa visava flexibilizar o monopólio do petróleo de forma que a união se visse autorizada a contratar empresas privadas, em alteração do o parágrafo 1 do artigo 177 da Constituição. A sua última votação ocorreu em 20 de junho de 1995, e teve a sua aprovação por 360 votos contra 129. Todos os 88 deputados pefelistas foram a favor.

Enquanto isso, as propostas de reformas temáticas (que alteravam profundamente os artigos da Constituição) foram mais emblemáticas com as reformas tributária, previdenciária e administrativa. A reforma tributária não foi aprovada pelo Congresso, porém o governo conseguiu fazer algumas mudanças pontuais como a recriação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras). A Reforma da Previdência ficou incompleta. A proposta do governo do estabelecimento da idade mínima para aposentadoria no regime do INSS não alcançou maioria no Congresso. A Reforma Administrativa foi aprovada de forma quase integral, pois passou por diversas revisões.

A falta de sucesso em algumas propostas reformista do governo FHC na Câmara dos Deputados não cabe ao PFL. Pois conforme Ribeiro, a maioria das propostas governistas tiveram o apoio majoritário dos parlamentares pefelistas, com apoio na média superior a 90%, como mostra a tabela 5 abaixo elaborada pelo CEBRAP.

Tabela 5: Apoio do PFL as propostas do governo FHC na Câmara dos Deputados (%).

	PFL
FHC I 1	91,34
FHC I 2	93,52

FHC II 1	94,65
FHC II 2	84,04

Fonte: Banco de dados legislativos do CEBRAP

Essa alta taxa de apoio constatada acima certamente se explica pelo fato de FHC conceder espaços relevantes na administração federal ao PFL, e além disso, na sua gestão todas as correntes pefelistas foram contempladas no governo. FHC e PSDB também apoiaram a eleição de Luís Eduardo Magalhães, filho de ACM, para presidência da Câmara dos Deputados em 1994, quem por sua vez fortaleceu as agendas do governo no parlamento. Por trás do apoio do PFL ao governo esteve também a convergência programática entre o PFL e as agendas reformista do governo. As palavras de Bornhausen “éramos liberais apoiando propostas liberais” - resumem muito bem essa convergência programática e de apoio no Congresso.

Chegadas às eleições gerais de 1998, FHC é reeleito presidente da República com 35 936 540 votos (53,06%), o segundo lugar ficou com Lula (PT) que obteve 21 475 218 votos (31,71%) e Ciro Gomes (PPS) com 7 426 190 (10,97%). O PFL apoiou novamente a candidatura de FHC, indicando Marco Maciel (PFL) para vice-presidente. O PFL conseguiu eleger 6 governadores, número maior do que os 2 governadores da eleição de 1994. No Senado foram eleitos 5 senadores e na Câmara dos Deputados 105 deputados federais. A tabela 6 abaixo demonstra o crescimento do PFL na Câmara, o que lhe rendeu a primeira posição e um crescimento considerável. A Aliança PFL-PSDB rendeu bons frutos nas eleições gerais de 1998 para o PFL e para o PSDB que apresentou o maior crescimento na ocupação das cadeiras entre todos os partidos.

Tabela 6: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 1994 e 1998, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	1994	1998	Varição
PFL	17,3	20,4	3,1
PSDB	12,2	19,2	7

PMDB	21,4	16,1	-5,3
PPB	-	11,6	-
PT	9,7	11,5	1,8
PTB	6,2	6	-0,2
PSB	2,9	3,5	0,6

Fonte: TSE

Fernando Henrique Cardoso foi empossado no dia 1 de janeiro de 1999 para ocupar novamente o cargo de presidente. O PFL ocupou novamente quatro pastas ministeriais com Waldeck Ornélas (PFL-BA) na Previdência no lugar de Reinhold Stephanes, Rafael Greca, no Ministério de Esporte e Turismo, José Sarney Filho no Ministério do Meio Ambiente e Élcio Álvares (PFL-ES) no ministério da Defesa.

No início do segundo mandato, FHC encontrou problemas com o governo de Minas em torno da questão da moratória. O Governo de Minas suspendeu o pagamento de quase 23 bilhões de reais da dívida que tinha com a União. Isso desvalorizou os títulos brasileiros no exterior. Em resposta, a União não repassou os recursos do Fundo de Participação dos Municípios ao governo de Minas. Além disso, o mundo sentia os efeitos de nova crise financeira em 1999, que tinha o epicentro na Rússia. Isso levou a retirada de bilhões de dólares de investimentos do Brasil.

No segundo mandato, FHC manteve a perspectiva neoliberal ditada pelo FMI: a redução do Estado e a busca por superávits nas contas públicas, com desvalorização do real e elevadas taxas de juros. Enquanto isso, os recursos com proteção social e investimentos em educação e saúde foram reduzidos. O segundo mandato de FHC se notabilizou por enfrentar também estrangulamento energético, com o racionamento de energia e vários episódios de apagão entre 2000 e 2001.

Na dimensão externa, a economia estadunidense e argentina enfrentavam sérios problemas econômicos. No último ano de governo FHC em 2002, o PIB brasileiro registrou um crescimento de 1,93%, muito abaixo da taxa de crescimento de 4,22% do ano de 1995. A taxa de desemprego chegou a 6,22 % contra 4,6% de 1995. O dólar real

que comprova 0,97 reais em 1995, comprava 3,73 reais em 2002. Porém a inflação caiu de 22,41 % em 1995 para 7,61 em 2002.

Antes de todos esses acontecimentos, o PFL já vinha preparando uma candidatura própria para às eleições de 2002. Em dezembro de 1999, o deputado federal Saulo Queiroz recebeu a incumbência de Bornhausen de realizar uma pesquisa para testar a receptividade dos políticos pefelistas no âmbito nacional. Nessa pesquisa realizada pela Vox Populi, Roseana Sarney ficou primeiro lugar com 6% e Maciel em segundo com apenas 2%. A pesquisa demonstrou também que 62% do eleitorado votariam em uma candidata mulher. Nesse momento surgiu à possibilidade de o PFL lançar um candidato próprio para as eleições presidenciais de 2002.

Outro forte candidato também seria Luis Eduardo Magalhães, um carlista com bastante força eleitoral na Bahia. Esse possuía fortes convicções liberais no plano econômico, ou seja, estava em convergência com a agenda programática do PFL. Além disso, tinha simpatia da ala moderna e da ala carlista. Porém, Luis Eduardo faleceu em 1998.

Herdeira da política oligárquica tradicional, Roseana Sarney surgiu como uma possibilidade real de o PFL chegar ao poder. Ao longo de 2001 sua candidatura ganhava forças e subia nas pesquisas de intenção de votos. Em fevereiro de 2002 estava empatada tecnicamente com Lula, com 23% contra 26% do petista, segundo o datafolha, e no segundo turno superava Lula com 53% contra 39%. Mas em março, seu marido envolveu-se em suspeitas de corrupção, quando foram encontrados 1,3 milhões de reais sem origem comprovada no cofre da residência. Com isso, Roseana despencou nas pesquisas e logo após desistiu da candidatura. Na visão dos pefelistas, o dinheiro injustificado foi um artifício do PSDB e Serra para inviabilizar a candidatura de Roseana Sarney.

Após esse episódio, os dirigentes pefelistas preferiram romper com o governo federal, começaram com a entrega de todos os cargos no Ministério. O rompimento levou o fim da coalizão entre PSDB-PFL. Em uma nota, os pefelistas explicavam os motivos do rompimento.

“A parceria leal que sempre oferecemos não obriga a apoiar um candidato, só por ele pertencer ao partido do Presidente da

República. Nossa candidatura foi agora vítima de insólita violência, com claras consequências políticas, com o intuito de fragilizá-la e até mesmo de afastá-la da disputa. O PFL considera que nos exageros e arbitrariedades da ação policial de que foi vítima nossa candidata à Presidência da República e na iniquidade dos vazamentos à imprensa não houve a indispensável e pronta apuração dos abusos e ilegalidades por parte do ministro da justiça (...). Diante disso, concluímos que as razões políticas que sustentavam nossa aliança desapareceram, e de que nossa presença no governo não mais se justifica. (...) À Nação, queremos reafirmar que continuaremos no Congresso Nacional a apoiar todas as medidas legislativas que se harmonizem com as crenças que compartilhamos. (RIBEIRO, 2016, pág. 145)

Outro fato que levou ao rompimento entre o PFL e o PSDB foi o lançamento da candidatura de Aécio Neves a presidência da Câmara dos Deputados em 2000. Por acordo, pefelistas e peemdebistas deveriam se revezar na presidência do Senado e na presidência da Câmara dos Deputados. Aécio derrotou o candidato pefelista Inocêncio de Oliveira. Com o rompimento, os pefelistas apoiaram Ciro Gomes para concorrer às eleições presidenciais de 2002.

O rompimento do governo com o PFL parece que não deixou FHC contrariado, pois para ele representava o fim da aliança com oligarquias políticas, como afirmou: “Diante dos acontecimentos [caso Lunus e a quebra da aliança com o PFL], pensei comigo com certo contentamento: termino o governo rompido com as principais oligarquias políticas. Isso representa um avanço institucional.” (RIBEIRO, 2016, pág. 147).

O arranjo institucional entre o legislativo e executivo, favorecido pela aliança FHC-PFL, possibilitou condições de governabilidade à FHC. Foi durante esses 8 anos de governo que ocorreu a melhor articulação entre legislativo e executivo se comparados aos anos Sarney, Collor e Itamar. Isto possibilitou o monopólio em matérias tributárias, orçamentárias, administrativas; capacidade de interferir na priorização e no andamento dos projetos no Congresso; capacidade de influir na

definição da agenda de votações e etc. Foi no governo FHC que ocorreu o pleno funcionamento do sistema decisório com forte concentração de poderes nas mãos do presidente e os líderes partidários do Congresso,

Outro ponto fundamental dessa articulação foi a convergência programática entre PSDB-PFL em torno da defesa de um modelo pró-mercado, baseado na transnacionalização do capitalismo. Esse novo modelo implicou a ruptura com o modelo do Estado nacional-desenvolvimentista que foi parte constitutiva da Era Vargas, que se orientou pela utilização de instrumentos estatais para a construção do capitalismo industrial do país. O esgotamento do desenvolvimentismo e a crise fiscal dos 80 possibilitou o surgimento desse novo modelo de transnacionalização, tanto defendido e colocado em prática no governo FHC com o apoio congressual do PFL. Algo paradoxal foi que os principais políticos fundadores do PFL estavam vinculados às forças político-militares, comandadas por Geisel, que teve como modelo econômico o Estado nacional-desenvolvimentista com o consentimento desses pefelistas.

Nas eleições gerais de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à frente no primeiro turno com 39 455 233 de votos (46,44%), Jose Serra (PSDB) ficou em segundo lugar com 19 750 455 de votos (23,19%), Anthony Garotinho (PSB) em terceiro com 15 180 097 de votos (17,86%) e Ciro Gomes (PPS) em quarto com 10 170 882 de votos (11,97%). No segundo turno Lula acaba vencendo com 52 793 364 votos (61,27%) contra José Serra que recebeu 33 370 739 votos (38,73%) de. O PFL apoiou o candidato Ciro Gomes como já mencionado acima.

O PFL elegeu 4 governadores e 7 senadores. Na Câmara dos Deputados, o PFL ocupou 84 cadeiras mantendo sua posição de protagonismo no poder legislativo, porém dando lugar ao PT como maior bancada do parlamento. Na tabela abaixo observamos o crescimento do PT.

Tabela 7: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 1998 e 2002, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	1998	2002	Variação
PT	11,5	17,1	5,6

PFL	20,4	16,3	- 4,1
PMDB	16,1	14,6	- 1,4
PSDB	19,2	13,6	-5,6
PPB	11,6	9,5	- 2,1
PL	2,3	5	2,3
PTB	4,8	5	0,2
PSB	3,5	4,2	0,7

Fonte: TSE

#### 2.1.7. A oposição, a decadência e o surgimento do DEM: Governo Luis Inácio Lula da Silva.

Luis Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro operário brasileiro a virar presidente da República. No seu discurso de posse em 1 de janeiro de 2003, assumiu seu compromisso com propostas de mudança, esperança e combate a fome: “ A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”. Outro ponto central do seu discurso Lula exalta a mudança e o combate a fome “ Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e com cuidado” (O Estado de São Paulo, 2 de janeiro de 2003,pág.1) “O presidente convocou todo o povo brasileiro a um mutirão contra a fome. Segundo ele, a história é antiga, porque o Brasil conheceu a riqueza dos engenhos de açúcar, proclamou a independência e aboliu a escravidão, conheceu a riqueza do ouro e do café, industrializou-se e forjou um diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. “Concluo: vamos acabar com a fome do país.”” ( O Estado de São Paulo, 2 de janeiro de 2003, pág43). Nesse compromisso de combate a fome acabou sendo concretizado pelo programa Fome Zero.

Outros programas de proteção social lançados no início do seu governo foram a Bolsa Família e o Programa de Habitação Popular. O programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória 132/2003 e aprovado pela câmara dos deputados em 17 de dezembro de 2003. Essa medida transferia recursos do Bolsa-Escola criado pela lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001 e de outros programas criado no governo FHC

“O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal especialmente as dos Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – ‘Bolsa Escola’-, instituído pela nº 10.219 de 11 de abril de 2001. do Programa Nacional de Acesso à Alimentação- PNAA, criado pela lei nº 10.689 , de 13 de junho de 2003. Do Programa de Renda Mínima vinculada à saúde – ‘Bolsa Alimentação’- , instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1 de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás instituído pelo decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002, e do cadastramento Único do Governo Federal , instituído pelo decreto nº3.877 de 24 de julho de 2001. que agregou o programa Bolsa Escola de FHC. Esses programas atingiram mais de 45 milhões de brasileiros na linha da extrema pobreza.” (Congresso Nacional, Medida Provisória nº 132 de 2003, pág.1).

O programa beneficiava:

“I – benefício básico: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza.” (art.2, inciso I da Medida Provisória 132, pág.1)

A MP 132/2003 teve votação em 17 de dezembro de 2003 na Câmara dos Deputados e foi encaminhada para o Senado Federal em 19 de dezembro de 2003 sob a forma de lei 10.836/2004. O líder do PFL, Rodrigo Maia tentou diversas vezes retirar de pauta de votação essa MP, porém foi derrotado em todas as tentativas por maioria da Câmara. Na votação sobre o requerimento de retirada de pauta de Rodrigo Maia 253 deputados foram contra e 10 a favor. Dos 34 deputados pefelistas presentes 4 foram a favor do pedido de Maia, 8 foram contra e 22 se abstiveram. Na outra votação de adiamento de votação da MP 132, proposta também por Maia, que novamente perdeu 261 deputados foram contra e 5 favor; entre os 27 deputados pefelista presentes apenas 1 foi a favor, 5 votaram contra e 21 se abstiveram.

Já o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), que foi posto pela Medida Provisória 133/2003, teve votação em 17 de dezembro de 2003 na Câmara dos

Deputados e foi encaminhado para o Senado Federal em 19 de dezembro de 2003, transformado-se em lei Ordinária 1084/2004. A MPV 133/2003 no seu artigo 1 cita o objetivo da medida “Fica criado o Programa Especial de Habitação Popular- PEHP com o objetivo de oferecer acesso a moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos” (Congresso Nacional, Medida Provisória nº133 de 2003, pág. 1). O deputado Moroni Torgan do PFL tentou por diversas retirar de pauta a MP e o adiamento de votação no plenário foi frustrada em todas as tentativas por maioria dos parlamentares. Na votação para adiamento de sessão da MPV 133/2003 pelo deputado Moroni Torgan, 265 parlamentares foram contra e favor apenas 1, da bancada pefelista votou a favor.

No gabinete ministerial, o PFL pela primeira vez desde a sua fundação não ocupou nenhuma cadeira. A maioria das pastas foi ocupada pelo PT. No plano econômico o governo Lula priorizou a estabilidade no seu primeiro mandato. A taxa de crescimento do Brasil foi estipulada em 4,5 em 2003 e a taxa Selic de juros em 24,9%. Durante o primeiro mandato a taxa de juros brasileira foi a maior do mundo.

A prioridade do primeiro governo Lula foi a aprovação de um conjunto e reformas constitucionais, entre elas: a Reforma da Previdência, limitando os benefícios para a aposentadoria dos servidores públicos. A Reforma foi para a Câmara como PEC 40/2003, que dizia o seguinte: “Atribui competência ao STF para fixar os subsídios de seus membros que valerá como teto de remuneração e de proventos dos servidores públicos e dos agentes políticos. Estabelece critérios de contribuição para o servidor inativo e fixando a base de cálculo para a aposentadoria. Extingue as regras de transição para a aposentadoria voluntária, com ressalvas de opção de redução do valor para cada ano de antecipação. Institui a "Reforma Previdenciária" ou "Reforma da Previdência Social". Altera a Constituição Federal de 1988.” essa Proposta de Emenda Constitucional alterava os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal e o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Essa foi encaminhada em 30 de abril de 2003 para Câmara, e enviada ao Senado em 28 de agosto de 2003 depois de diversas discussões e votação em segundo turno. Na votação em segundo turno de 28 de agosto, teve a aprovação com 357 votos a favor e 123 contra. Dos 66 pefelistas presentes 34 foram contra e 32 a favor a PEC 40/2003.

Para buscar maioria no Congresso, o governo PT acabou se envolvendo no escândalo mensalão, em que o governo estaria comprando políticos com dinheiro de sobras de campanhas, conhecido como caixa dois. Em maio de 2005 o governo sofre novas denúncias de corrupção, agora nos correios, envolvendo a licitação de empresas contratadas pelo Correios. Esse episódio tinha o protagonismo do deputado Roberto Jefferson. Essas denúncias levaram diversos funcionários do primeiro escalão do governo e parlamentares renunciarem em meados de 2005. O Presidente Lula negou envolvimento e mesmo assim sua taxa de popularidade não caiu permaneceu acima dos 50 %.

Chegadas às eleições gerais de 2006, Luis Inácio Lula da Silva foi eleito para seu segundo mandato com 58 295 042 votos (60,83%), contra 37 543 178 (39,17%) do candidato tucano Geraldo Alckmim no segundo turno. Nessa eleição Lula alcançou os eleitores da região do Nordeste e dos pequenos municípios - diferentemente da eleição de 2002, quando sua votação se concentrou na região Sudeste e nas grandes cidades. O PFL apoiou o tucano Geraldo Alckmim. Nas eleições para governador conseguiu eleger apenas um governador, no Senado Federal 6 senadores e na Câmara do Deputados apenas 65 parlamentares.

Tabela 8: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 2002 e 2006, Câmara dos Deputados (% de cadeiras)

	2002	2006	Varição
PMDB	14,6	17,3	2,7
PT	17,1	16,1	- 1
PFL	16,3	12,6	-3,7
PSDB	13,6	12,6	-1
PP	-	8,1	-
PSB	4,2	5,2	1
PTB	5	4,6	- 0,4

PL            5            4,4            -0,6

Fonte:TSE

Lula tomou posse do seu segundo mandato em 1 de janeiro de 2007. No seu discurso prometeu crescimento econômico e tentou desvincular-se de um governo populista “Lula prometeu ‘destravar o Brasil’ para o crescimento econômico e acelerar a distribuição de renda. Ele batizou de Programa de Aceleração do Crescimento as medidas econômicas que pretende anunciar este mês.” (O Estado de São Paulo, 2 de janeiro de 2007, pág.1) “Nosso governo nunca foi e nunca será populista” (O Estado de São Paulo, 2 de janeiro de 2007, pág.1) .

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) evidenciado no seu discurso foi colocado em prática em 23 de janeiro de 2007, com a chefia de Dilma Rousseff, que assumiu o Ministério da Casa Civil no lugar de Jose Dirceu. Esse programa injetou bilhões de reais em diversos ministérios, órgãos do governo e na iniciativa privada por meio de Medidas Provisórias (MPVS), como por exemplo: a MPV 352/2007, que abriu um crédito de 20 bilhões de reais no Ministério das Relações Exteriores para atender famílias brasileiras que se dedicavam a atividades extrativistas e à pequena agricultura no território da Bolívia, na faixa de fronteira com o Estado do Acre. Essa MP foi aprovada na Câmara e encaminha para o Senado em 28 de fevereiro; na votação em plenário sobre o parecer do relator pela admissibilidade 323 deputados foram a favor e 117 contra; dos 55 pefelistas 8 parlamentares foram a favor e 47 contra. Outra medida provisória foi a MPV 346/2007, que abriu crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00. Essa MP foi aprovada e encaminhada ao Senado em 26 de março de 2007; na votação sobre o parecer do relator de admissibilidade 232 parlamentares foram a favor e 83 contra; entre os 40 pefelistas apenas 5 foram a favor.

Dentro desse contexto de fortalecimento do PT e do enfraquecimento do PFL, a Executiva Nacional do PFL, 28 de março de 2007, aprovou por unanimidade a troca de nome do partido para Democratas, com a sigla DEM, fazendo com que o Partido de Frente Liberal (PFL) saísse do cenário político e entrasse o DEM. Para seus líderes a

troca não era meramente a mudança de sigla, mas uma refundação do partido que já vinha sendo implementada a partir de 2004. Para Ribeiro “o objetivo da ‘refundação’ e da troca de nome foi reposicionar a legenda no mercado político brasileiro e, principalmente, dar-lhe nova identidade frente ao eleitor” ( RIBEIRO, 2016, pág. 199). Nas palavras de Bornhausen a mudança de sigla representava da nova imagem do partido ao eleitorado.

“O PFL foi criado em sintonia com o sentimento do povo brasileiro pela democracia e sua história. Esteve e deve continuar associado ao compromisso da mudança (...). Não que a história e os compromissos com a mudança tenham sido a marca da trajetória partidária. É necessário que a imagem do partido deva ser percebida pela opinião pública. (...) A sintonia com o desejo de mudança na sociedade brasileira e a imagem dela decorrente exige o reposicionamento do PFL que significa um processo natural e necessário de atualização de nosso ideário e a conseqüente renovação do compromisso originário de mudança dentro do quadro democrático e frente aos novos desafios da sociedade brasileira.” (RIBEIRO, 2016, pág.199).

A troca de sigla e de busca de uma nova identidade do partido foi amparada pela pesquisa de opinião pública, presidida pelo cientista político Antônio Lavareda. Os resultados demonstraram que o partido era pouco conhecido, e que estava associado negativamente ao regime militar e aos partidos de direita. A intenção de mudança de nome começou a ser pensada em 2000, nesse momento chegaram até pensar no nome PSL (Partido Social Liberal). Jorge Bornhausen foi o principal idealizador do processo de refundação do partido. Segundo Bornhausen,

“Esse momento [da refundação] foi muito refletido, principalmente por mim. (...) Eu estava na presidência do partido há dez anos e eu sentia que havia sempre uma campanha negativa em relação ao partido pelo fato de nós sermos os principais líderes desde a fundação e de termos participado dos governos militares.” (RIBEIRO, 2016, pág.2000).

A nova legenda seria gerenciada por novos políticos entre eles, Rodrigo Maia, que foi indicado para a presidência do DEM. Nas palavras de Bornhausen, Maia representava essa nova geração, e, além disso, “o presidente Rodrigo Maia, por exemplo, é um garoto filho de um exilado político” (RIBEIRO, 2016, pág. 200). Para ACM, já bastante fragilizado politicamente em 2005, a troca de sigla não era relevante; o mais importante era arranjar votos e ganhar eleições, pois para ele, o PFL sempre fora mais forte no Nordeste do que no Sudeste e Sul e agora estava perdendo votos em estados nordestinos. A refundação com troca de sigla, a princípio não foi aceita pela base do partido. Na concepção a refundação foi conduzida pelos ideólogos do partido, Bornhausen e Maciel, que não teriam consultado a base.

No governo Lula, o PFL passou para a oposição. Esse fator foi fundamental para tentativa de recriação do partido e conseqüentemente para o surgimento do DEM. Sem acesso a cargos e verbas, o partido tentou reposicionar-se na disputa por eleitores entre as camadas médias dos centros urbanos do Sul e Sudeste e manter sua posição com o eleitorado nordestino, já que vinha perdendo espaço nessa região também. Essa perda de espaço no Nordeste se deveu a maior penetração do PT e dos programas sociais de Lula no mercado eleitoral nordestino. Essa expansão do PT no Nordeste nas eleições de 2006 se verificou nas eleições para governadores em que o PFL não conseguiu eleger nenhum chefe do poder executivo estadual na região Nordeste.

Posteriormente, o PFL foi perdendo espaço não só no Nordeste, como também perdeu eleitores nas regiões do Sudeste e Sul. A passagem do PFL para oposição representou uma queda brusca no mercado eleitoral e perdas consideráveis nas esferas dos poderes executivos e legislativos. Ou seja, enquanto o PFL fazia da base governista e do presidencialismo de coalizão com o PSDB tinha amplos poderes, porém quando passa para a oposição no governo Lula perde esses poderes adquiridos nos governos anteriores e conseqüentemente eleitores em todas as regiões do país. Conforme Ribeiro, O PFL tinha mais representatividade e expressão quando era da base governista.

“(…) na disputa eleitoral ocorreram quando o partido estava aliado a governos bem avaliados na época em que aconteceram as eleições. Isto acontece em 1986, primeira eleição disputada pelo recém-fundado PFL, quando estava associado ao governo Sarney o qual, embalado pelo efêmero sucesso do Plano

Cruzado, gozava de elevada popularidade naquela ocasião. E voltou a ser repetir em 1998, ano da reeleição de Fernando Henrique. (...) A fase descendente do partido tem início na eleição de 2002, quando o partido havia rompido com o governo Fernando Henrique Cardoso. (...) A eleição de Lula acabou por fechar definitivamente a porta do governo federal ao PFL” (RIBEIRO, 2016, pág. 205).

A queda brusca no mercado eleitoral e na participação nas esferas legislativas e executivas do PFL/DEM no governo Lula quando passa a ser oposição pode ser verificada também na migração dos seus parlamentares para outras legendas de base governista. Isso tudo resultou no encolhimento do partido já a partir de 2003 e que ganhou força em 2007. Nas eleições de 2006, o PFL elegeu 65 deputados federais dos quais 11 deixaram o partido já em 2007, enquanto nas eleições de 2002, dos 84 deputados eleitos 39 saíram do partido.

Do ponto de vista econômico, o segundo mandato do governo Lula demonstrou alguns quadros de melhoras na taxa de inflação que baixou de 12,5% em 2003 para 4,4% em 2007, e também com relação ao PIB que avançou de 1,1 % em 2003 para 5,7 em 2007. Em 2008 o Brasil deixou de devedor com relação a dívida externa e passou a ser credor internacional.

Mas no segundo semestre de 2008 ocorreu uma crise econômica de dimensões globais, atingindo também o Brasil. A taxa de desemprego no país cresceu rapidamente de 7,8 antes da crise para 8,5 em fevereiro de 2009. Porém, já no segundo semestre de 2009 o Brasil demonstrou um quadro de recuperação econômica significativa.

As medidas adotadas pelo governo para conter a crise de 2008 foram: injeção de recursos na iniciativa privada através do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), redução de impostos, elevação do salário mínimo e do Programa Bolsa Família que incentivou o consumo da população de baixa renda. Essas medidas começaram a surtir efeitos positivos em meados de 2009, com a reversão da queda do PIB e a diminuição da taxa de desemprego para 7,7%.

Apesar dos efeitos da crise de 2008, a taxa de aprovação do governo Lula continuou alta com 69% em 2009. O desafio de Lula seria transferir essa popularidade

para sua candidata Dilma Rousseff à presidência da República nas eleições de 2010. A ligação de Lula e Dilma foi importantíssima para fortalecer a imagem de Dilma. Em fevereiro de 2010, a candidata petista passou de 25% para 51% das intenções de votos passando assim o candidato tucano José Serra. Lula participou ativamente da campanha de Dilma Rousseff.

Nas eleições presidenciais de 2010, a candidata Dilma ficou em primeiro lugar com 47 651 434 votos (46,91%) no primeiro turno contra 33 132 283 votos (32,61%) do candidato tucano José Serra, e Marina da Silva (PV) ficou em terceiro lugar com 19 636 359 votos (19,33%). No segundo turno Dilma venceu as eleições com 55 752 529 votos (56,05%) contra 43 711 388 votos (43,95%) de José Serra. O DEM apoiou o candidato tucano, e o democrata Índio Costa concorreu como vice-presidente da chapa de Serra. O DEM elegeu 2 governadores e apenas 1 senador. Na Câmara dos Deputados elegeu 43 deputados federais o menor número desde 1986. A tabela abaixo demonstra a queda do DEM em 2010 com relação às eleições de 2006.

Tabela 9: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 2006 e 2010, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	2006	2010	Variação
PT	16,1	16,7	0,6
PMDB	17,3	15,2	-2,1
PSDB	12,6	10,5	-2,1
PP	8,1	8,5	0,4
PFL/DEM	12,6	8,3	-4,3
PR	-	7,9	-
PSB	5,2	6,8	1,6

Fonte: TSE

### 2.1.8. Dilma Rousseff: O decrescimento eleitoral

Em 1 de janeiro de 2011, Dilma Vana Rousseff assume a presidência da República. A primeira mulher na história do país a ocupar o maior cargo do executivo prometeu no seu discurso de posse “buscar a erradicação da miséria e governar sem rancor. Ao receber a faixa, qualificou o ex-presidente de ‘o maior líder popular que esse país já teve’. No Congresso, falou em combater a ‘praga’ da inflação e defendeu o Estado forte.” (O Estado de São Paulo, 2 de janeiro de 2011, pág.1). Ela também deu ênfase ao combate da alta dos juros e na tentativa de conter a alta dos preços, além disso, assumiu o compromisso de continuar as obras transformadoras do governo Lula. Dilma assumiu a presidência da República com indicadores favoráveis na economia, segundo jornais da época. A boa situação econômica do país previa até o fim da classe E devido a expansão da renda de população de baixa renda, como nesse trecho: “Expansão da renda altera a pirâmide social e tende a extinguir a classe E.” (O Estado de São Paulo, 2 de janeiro, pág. 20).

Diante esse clima econômico, Rousseff no início da sua administração lança o programa Brasil Sem Miséria. Esse surge pelo decreto 7492 de 2 de junho de 2011, que tinha como finalidade superar a situação de extrema pobreza da população brasileira por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Conforme o decreto, considera-se situação de extrema pobreza aquela que caracteriza indivíduos com renda familiar per capita de até 85 reais. O decreto destinou um valor de 999 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento e combate à Fome. Outro programa de Dilma foi o programa Minha Casa, Minha Vida, que subsidiava a compra de moradia popular. A meta desse programa era subsidiar 2 milhões de casas até 2014.

Com relação ao DEM, no início de 2011 ocorreu a saída dos principais fundadores do PFL, Jorge Bornhaussen deixou o DEM e a vida partidária em maio de 2011, e Marco Maciel quando não conseguiu se reeleger para senador de Pernambuco acaba deixando também a vida política. Em 2007 ACM tinha falecido. Esses acontecimentos marcaram o fim da tríade ACM, Maciel e Bornhaussen. Outro fator de remodelação e decadência do DEM foi a saída de Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, em 2010 do DEM. Isso favoreceu o surgimento do PSD e saída de 19 deputados federais do DEM para o PSD. E a crise se agravou mais no DEM quando o partido

elegeu apenas 43 deputados federais nas eleições de 2010, deslocando-se para o lugar de quinta maior bancada.

Assim como Jorge Bornhaussen, Marco Maciel, Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães tinham sido importantes para a imagem do PFL, outros políticos também foram fundamentais para a construção da imagem do DEM, entre eles; Ronaldo Caiado<sup>43</sup> (DEM-GO), Onyx Lorenzoni<sup>44</sup> principais líderes da bancada ruralista (BR) na Câmara dos Deputados – ACM neto<sup>45</sup>- que tentou manter o carlismo na Bahia, defendendo a continuidade da tecnocracia administrativa, o clientelismo, o controle dos veículos de comunicações, o conservadorismo político e modernização econômica- e Rodrigo Maia, já citado acima.

Em 2011 em diante, observamos uma forte conexão entre demistas e as bancadas evangélica, ruralista e da bala. A bancada ruralista é formada por parlamentares de distintos partidos, que se propõem defender proprietários de terras e capitalistas da agricultura. A bancada da bala é formada por congressistas que defendem o direito da autodefesa individual e a bancada evangélica é composta por membros que são contra a igualdade racial e de gênero, o direito ao aborto, a eutanásia e o casamento de pessoas do mesmo sexo.

---

<sup>43</sup> Médico e produtor rural, membro de um dos mais tradicionais grupos ruralistas de Goiás, concorreu à presidência da República pelo PSD em 1989, partido também de direita, marcado pelo conservadorismo, tendo como ideário a defesa do livre mercado e da propriedade privada acima de tudo, bem como seu partido atual, o DEM. Os Caiados exercem forte influência política em Goiás desde a República Velha.

<sup>44</sup> Veterinário, foi o primeiro líder dos democratas na Câmara, em 2007. Em 1 de fevereiro de 2015 assumiu seu quinto mandato como deputado federal. Lorenzoni é o parlamentar que mais recebeu doações da indústria bélica. Dados do TSE indicam que recebeu 250 mil na campanha de 2006.

<sup>45</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, conhecido como ACM Neto (Salvador, 26 de janeiro de 1979) é um bacharel em Direito e político brasileiro, ex-prefeito de Salvador. É neto do falecido Antônio Carlos Magalhães (ACM), sobrinho de Luís Eduardo Magalhães e filho de Antônio Carlos Magalhães Júnior (diretor da Rede Bahia), e herdeiro político de uma das mais tradicionais famílias políticas do país. Foi eleito prefeito de Salvador em 2012 e reeleito em 2016. Não pertence a bancada ruralista.

No final de 2011, o governo de Dilma começou apresentar sinais de desaceleração econômica, o PIB encolheu de 7,5% em 2010 para 2,7%. Porém, a taxa de desemprego estava baixa em torno de 5% da população economicamente ativa. Uma medida que deu mais fôlego a nível econômico para o Executivo em 2011 foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de nº61/2011, que alterava o artigo 76 da constituição federal. A partir dessa emenda o poder executivo ficaria autorizado a movimentar mais livremente até 20% das receitas das contribuições sociais. A PEC 61/2011 teve várias votações com diversas ressalvas, porém na votação de segundo turno do dia 22 de novembro de 2011 ela foi aprovada com 364 votos a favor e 61 contra. Da bancada demista, dos 22 deputados federais presentes 4 foram a favor, 17 contra e 1 se absteve.

No terceiro ano de mandato, a presidente encontrou-se novamente diante de problemas de desaceleração econômica. No final de 2012, o país teve uma taxa de crescimento econômico de apenas 0,9%. Para enfrentar esse quadro, o governo criou medidas de desoneração para o setor produtivo e para consumidores. Além disso, nesse período o governo intensificou a redução de impostos, que ocorria desde o governo Lula.

Em junho de 2013, ocorreu uma onda de protestos nas principais cidades do Brasil contra o aumento das tarifas de transporte, os atos de corrupção e os gastos com a Copa do Mundo. Para atender as demandas reivindicatórias o governo prometeu cinco pactos: responsabilidade fiscal, reformas na política, saúde, transporte e educação. Porém apenas 1 foi cumprido: o Programa Mais Médicos, que incentivava médicos estrangeiros e brasileiros a trabalharem em áreas mais carentes e periferias.

Em setembro de 2013 Dilma sancionou a lei 12.858 aprovada em sessão conjunta do Senado e Câmara dos Deputados. Essa lei destinava 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para saúde. Na proposta original do governo, alterada pela Câmara dos Deputados, previa-se a destinação de 100% para as duas áreas.

No final do seu primeiro mandato apareceram evidências de que a compra de uma refinaria em Pasadena, no Texas, teria sido desastrosa para a Petrobrás na época em que Dilma ainda ocupava a pasta ministerial de Minas e Energia, o que estimulou senadores de oposição a abrirem uma CPI para apurarem os fatos. Logo após, iniciou-se também a Operação Lava-Jato, que investigou casos de corrupção na Petrobrás e

desvios de dinheiro para pagarem propina a parlamentares do Congresso Nacional. Esses indícios de corrupção também afetaram a popularidade do governo Dilma.

Mesmo sob efeitos da Lava-Jato e problemas econômicos com déficit de aproximadamente 3 bilhões de dólares na balança comercial, a presidente conseguiu ir para o segundo turno das eleições com 43 267 668 votos (41,59%), contra 34 897 211 votos (33,55%) de Aécio Neves do PSDB, e em terceiro Marina Silva (PV) com 22 176 619 votos (21,32%). No segundo turno Dilma venceu as eleições com 54 501 118 votos (51,64%) contra 51 041 155 votos (48,36%) de Aécio Neves. O DEM apoiou novamente o PSDB. Nessas eleições o DEM elegeu 3 senadores e nenhum governador. Na Câmara dos Deputados elegeu apenas 21 deputados, menor número de deputados desde 1986. Na tabela podemos observar que o DEM teve as maiores perdas e a passou a situar-se na sétima colocação no que se refere ao tamanho das bancadas partidárias.

Tabela 10: Resultado eleitoral dos principais partidos nas eleições de 2010 e 2014, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	2010	2014	Variação
PT	16,7	13,4	-3,3
PMDB	15,2	12,8	-2,4
PSDB	10,5	10,5	0
PR	7,9	6,6	-1,3
PSB	6,8	6,6	-0,2
PTB	4,0	4,8	0,8
DEM	8,3	4,0	-4,3

Fonte: TSE

Dilma Rousseff deu início ao seu segundo mandato em 1 de janeiro de 2015. No seu discurso de posse defendeu a imagem da estatal Petrobrás, que estava sendo alvo da Operação Lava-Jato, além disso, defendeu o reajuste fiscal, com menor impacto possível sobre a população mais vulnerável para tentar sair da estagnação em que se

encontrava a economia. No jornal o Estado de São Paulo de 2 de janeiro de 2015, Dilma lança suas propostas de governo e suas principais ações no seu segundo mandato: “Dilma toma posse para o segundo mandato , e diz que medidas econômicas serão adotadas ‘com menor sacrifício possível para a população’ afirma que defenderá a Petrobrás, abalada por escândalo de corrupção, de ‘ predadores internos e inimigos externos’ e lança o novo slogan da gestão: ‘Brasil, pátria educadora’”. Na cerimônia de posse, o vice presidente dos Estados Unidos, Joe Biden estava presente e afirma o compromisso de união entre Brasil e Estados Unidos, que estava abalado pelo escândalo de espionagem da National Security Agency. Biden nessa cerimônia faz convite à presidente para visitar Obama.

No primeiro bimestre de 2015, os indicadores econômicos não eram favoráveis, pois existia uma retração na produção industrial e comércio varejista. Além disso, havia aumento na taxa de desemprego e uma dívida externa de 351 bilhões de dólares. Para piorar a situação do governo Dilma, seu índice de aprovação estava em torno de 13%.

Em julho de 2015, o presidente da Câmara Eduardo Cunha rompeu com o governo, o que levou a uma crise política. Para tentar solucionar esses problemas políticos e equilibrar a sua coalizão, o governo Dilma entregou diversas pastas ministeriais ao PMDB, como forma de reforçar sua base política. No mesmo ano, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Congresso reprovar as contas do governo Dilma de 2014. Para os ministros do TCU, o governo adotou medidas de manobras para aliviar as contas públicas, medidas essas conhecidas como “pedaladas fiscais”, além disso, a presidente Dilma editou decretos sem aprovação do Congresso e desrespeitou também a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em dezembro de 2015, mediante todas essas situações, o presidente da Câmara Eduardo Cunha abre o processo de impeachment contra Dilma. O pedido de abertura foi elaborado pelos juristas Miguel Reale Jr, Janaina Conceição Paschoal e Helio Bicudo e assinado por representantes de movimentos populares entre eles: Kim Kataguiri do Movimento Brasil Livre (MBL), Rogério Chequer (Vem pra rua) e Carla Zambelli do Movimento contra a Corrupção. Com o impeachment instalado, o vice-presidente Michel Temer enviou uma carta à presidente reclamando de sua participação no

governo como apenas um “vice decorativo” e do pequeno espaço do partido PMDB no poder executivo. Logo após, no início de 2016, o PMDB rompe com Dilma.

Diante dessas questões políticas e pelo agravamento da crise econômica, diversas manifestações ganham as ruas com aproximadamente 4 milhões de pessoas pedindo o impeachment de Dilma Rousseff. Nesse momento, os indicadores de aprovação do governo estavam em torno dos 7%.

Em 17 de abril a Câmara dos Deputados aprovou o prosseguimento do pedido do impeachment de Dilma por 376 votos a favor e 137 votos contra. O pedido foi encaminhado para o Senado Federal e votado em 12 de maio de 2016, por 55 votos a favor e 22 contra. Isso levou a abertura do processo de impeachment, que afastou a presidente Dilma por 180 dias das suas funções. Nesse momento o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência. Logo após em 31 de agosto de 2016, Temer assume a presidência da República de forma efetiva.

#### 2.1.9. O DEM no governo Temer: Os processos de reformas neoliberais

No mesmo dia em que assumiu de forma interina o governo, Michel Temer empossou seu ministério com 23 pastas. O DEM assumiu apenas uma pasta: o Ministério da Educação e Cultura com o deputado federal Mendonça Filho<sup>46</sup>. No seu discurso de posse, Temer defendeu medidas de enfrentamento da crise econômica, o controle das contas públicas e a continuidade das investigações da Operação Lava Jato. Para atender aos anseios do mercado, nomeou Henrique Meireles para o Ministério da Fazenda. Meireles era visto como defensor de uma política econômica mais ortodoxa.

Em 15 de junho de 2016, o governo Temer apresentou uma emenda ao Congresso Nacional que limitava o aumento dos gastos públicos. Essa emenda de caráter neoliberal, que ficou conhecida como PEC do Teto dos Gastos, e tinha como principais metas a limitação dos gastos públicos por 20 anos e o congelamento dos

---

<sup>46</sup> José Mendonça Bezerra Filho (Recife, 12 de julho de 1966) é um administrador de empresas e político brasileiro, filiado ao Democratas (DEM) e consultor na área de educação e gestão pública. Foi ministro da Educação de maio de 2016 a abril de 2018. Atualmente é consultor da Fundação Lemann e da Unesco.

aumentos nos repasses nas áreas da saúde e da educação. Na madrugada de 11 de outubro de 2016, a PEC do Teto de Gastos foi aprovada na Câmara dos Deputados por 366 votos a favor e 111 votos contra no primeiro turno. Dos 25 deputados federais do DEM, apenas a deputada professora Dorinha<sup>47</sup> foi contra, e entre os favoráveis à emenda estavam: Luiz Mandetta<sup>48</sup>, Missionário José Olímpio<sup>49</sup>, Onyx Lorenzoni e o então presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia. Em 14 de julho de 2016, Rodrigo Maia tinha assumido a presidência da Câmara dos Deputados, após a renúncia do deputado Eduardo Cunha. Rodrigo Maia (DEM) ocupou o cargo de presidente mediante eleições internas, em que obteve 288 votos contra 170 votos do candidato preferido do governo Rogério Rosso<sup>50</sup> (PSD).

No dia 26 de outubro de 2016, ocorreu em plenário na Câmara dos Deputados a votação em segundo turno da PEC do Teto de Gastos, e novamente foi aprovada com 359 votos a favor e 116 votos contra. Nessa segunda votação, a bancada do DEM novamente repetiu o resultado da primeira: dos 25 parlamentares do DEM apenas a deputada professora Dorinha foi contra. Posteriormente, a PEC foi enviada e aprovada também pelo Senado Federal com 53 votos a favor e 16 votos contra. Os dois senadores do DEM, Ronaldo Caiado e Jose Agripino votaram a favor.

---

<sup>47</sup> Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Goiânia, 1º de outubro de 1964), mais conhecida como Professora Dorinha é uma professora universitária e política brasileira, atualmente deputada federal pelo Democratas (DEM)

<sup>48</sup> Luiz Henrique Mandetta (Campo Grande, 30 de novembro de 1964) é um médico ortopedista e político brasileiro. Foi deputado federal por Mato Grosso do Sul entre 2011 e 2019 e Ministro da Saúde no governo de Jair Bolsonaro, entre 1º de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2020, quando foi demitido após divergências com o presidente quanto à política de isolamento social no período da pandemia de COVID-19.

<sup>49</sup> José Olímpio Silveira Moraes (Itu, 11 de dezembro de 1956) é um político brasileiro, ligado à Igreja Mundial do Poder de Deus: Filiado ao Democratas (DEM), sendo ex-deputado federal por São Paulo em seu segundo mandato, e eleito vereador para a cidade de São Paulo nas eleições municipais de 2020.

<sup>50</sup> Rogério Schumann Rosso (Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1968) é um advogado, músico e político brasileiro, filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Foi também governador do Distrito Federal entre 2010 a 2011.

Com a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume a presidência da República de forma definitiva. No seu discurso de posse definitiva, Temer anuncia um projeto de pacto nacional, em que aceitaria dar aos estados uma fatia da arrecadação dos recursos do programa de repatriação, desde que os governadores se comprometeriam em fazer um forte ajuste fiscal, com o aumento da contribuição previdenciária dos seus servidores e o congelamento dos seus salários. Esse pacto tinha um forte alinhamento com as políticas de austeridade de Temer, principalmente, em relação ao controle dos gastos públicos.

Mantendo políticas de reformas neoliberais no seu governo, Temer envia à Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16 em dezembro de 2016. A PEC 287/16 que ficou conhecida como a PEC da Reforma da Previdência, a qual alterava oito artigos da Constituição Federal afetando diretamente os servidores públicos (da União, dos estados e municípios) e os trabalhadores da iniciativa privada. Nessa primeira proposta os membros das Forças Armadas, policiais militares e bombeiros militares ficariam de fora. Entre os principais pontos dessa PEC estão: a fixação da idade mínima de 65 anos para requerer a aposentadoria e a elevação mínima de 15 anos para 25 anos de contribuição.

A aprovação da PEC do Teto de Gastos, o envio da proposta de Reforma da Previdência, juntamente com a lenta retomada da economia, as altas taxas de desemprego e uma série de escândalos de membros do governo envolvidos na Operação Lava Jato levaram o governo Temer apresentar baixos índices de popularidade no final de 2016.

Mantendo uma pauta de reformas neoliberais no seu governo, em 27 de abril de 2017, outra reforma do governo Temer foi aprovado na Câmara dos Deputados: a Reforma trabalhista (lei 13.467 de 2017 ou PL 6787/16) que alterou pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prevendo medidas como a prevalência do acordo empregatício sobre a lei, regras para o trabalho intermitente, fim da contribuição sindical obrigatória, fim da ajuda do sindicato na rescisão trabalhista, redução de salário, jornada de trabalho e hora de descanso para 30 minutos entre outros pontos. Essa lei acarretava menores responsabilidades do empregador com a segurança física e a estabilidade no emprego do trabalhador. Em sessão na Câmara dos Deputados, a Reforma Trabalhista foi aprovada por 296 votos a favor e 177 votos contra. A bancada

do DEM composta por 30 parlamentares votou unanimemente a favor da reforma. Posteriormente, em 11 de julho de 2017, a lei foi aprovada no Senado Federal com 50 votos favoráveis e 26 votos contrários. Os três senadores do DEM Davi Alcolumbre<sup>51</sup>, Jose Agripino e Ronaldo Caiado votaram a favor da Reforma Trabalhista do governo Temer.

Em meados de 2017, a Câmara dos Deputados derrubou 2 denúncias contra Temer. A primeira foi com a aprovação do relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de autoria do deputado Paulo Abi-Ackel<sup>52</sup> (PSDB-MG), o relatório recomendava a rejeição de denúncia da Procuradoria Geral da República por crime de corrupção passiva contra Temer. Nessa primeira denuncia a Câmara dos Deputados 263 congressistas votaram favoráveis ao relatório de Paulo Abi-Ackel contra 227 votos. Dos 30 deputados do DEM, 23 parlamentares votaram a favor, 6 votaram contra, e o presidente da Câmara se absteve amparado no artigo 17 do regimento interno . Esse artigo isentava o deputado Rodrigo Maia de votar, pois estava ocupando o cargo de presidente da Câmara. Na segunda denúncia, o plenário da Câmara dos Deputados recusou a autorização para o Supremo Tribunal Federal (STF) processar por crime comum Michel Temer por 251 votos contra 233 votos. Dos 30 parlamentares da bancada do DEM, 21 foram a favor do arquivamento da acusação, 6 foram contra o arquivamento, 1 se absteve e 2 não votaram. Diante da escalda de fatos negativos, a popularidade do presidente Temer desabou e teve o maior índice de reprovação desde a redemocratização, apenas 5% da população brasileira aprovava seu governo no final de 2017.

No início de 2018, Temer assinou o decreto de intervenção federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro com objetivo de combater o crime organizado e manter a ordem. Essa medida impedia a votação da PEC da Reforma da Previdência até

---

<sup>51</sup> David Samuel Alcolumbre Tobelem (Macapá, 19 de junho de 1977) é um comerciante e político brasileiro filiado ao Democratas. Atualmente é senador da República pelo Amapá. Presidiu o Senado e o Congresso Nacional entre 2019 e 2021.

<sup>52</sup> Paulo Abi-Ackel (Belo Horizonte, 21 de junho de 1963) é advogado e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É filho de Ibrahim Abi-Ackel, ex-ministro da Justiça e ex-deputado federal.

31 de dezembro. Próximo às eleições gerais de 2018, Temer desiste de concorrer à reeleição e apoia a candidatura de Henrique Meirelles (PMDB). Vale salientar que, durante todo o governo Temer, a bancada do DEM e Rodrigo Maia na presidência da Câmara dos Deputados foram peças fundamentais para a sustentação das políticas e reformas neoliberais do governo. As duas principais reformas, A PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista tiveram amplo apoio de Rodrigo Maia e da bancada do DEM como acompanhamos nas votações acima. A única reforma que não passou no governo Temer foi a Reforma da Previdência, que foi postergada para a outra gestão administrativa federal.

Chegadas às eleições gerais de 2018, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente da República no segundo turno com 57 797 847 votos (55,13%) contra 47 040 906 votos (44,87%) de Fernando Haddad do PT. No primeiro turno o DEM apoiou formalmente a candidatura de Geraldo Alckmim (PSDB). Nessas eleições, o DEM elegeu 2 governadores, 4 senadores e 54 deputados estaduais. Já para na Câmara dos Deputados, como podemos observar na tabela abaixo, o DEM conquistou 29 assentos. Vale salientar que, embora o DEM tivesse apresentado um crescimento de 1,6% nas cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados em 2018 com relação as eleições de 2014, ocupou apenas a décima colocação no quadro geral de assentos, ficando atrás de partidos conservadores como o PSL, o PP, o PSD e o PR.

Tabela 11: Resultados eleitorais dos principais partidos nas eleições de 2014 e 2018, Câmara dos Deputados (% de cadeiras).

	2014	2018	Variação
PT	13,4	10,9	-2,5
PSL	0,1	10,1	10
PP	7,9	7,2	-0,7
MDB	12,8	6,6	-6,2
PSD	7,7	6,6	-1,1
PR	6,6	6,4	-0,2

PSB	6,6	6,2	-0,4
PRB	1,5	5,8	4,3
PSDB	10,5	5,6	-4,9
DEM	4,0	5,6	1,6

Fonte: TSE

## 2.2. Apontamentos dos programas do PFL/DEM

Exposta resumidamente a história da atuação política do partido PFL/DEM ao longo de três décadas, desde a sua fundação em 1985 nas Diretas Já até as eleições gerais de 2018, agora, procuraremos nesse subcapítulo analisar a agenda política defendida pelo PFL/DEM, através dos seus programas e manifestos. O objetivo desta análise é constatar possíveis mudanças e continuidades nos tópicos das agendas políticas, notadamente no posicionamento do partido no que se refere à democracia, economia, política agrária, relações exteriores, intervenção do Estado, política de bem-estar e social, segurança nacional e ecologia. Verificando as agendas políticas nos programas do PFL/DEM, iremos também observar as continuidades e discontinuidades da localização conservadora desse partido entre 1985 a 2020.

- Democracia

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo 1994-1998 (PFL)	de Posicionamento de 1994-2020 (DEM)
Democracia	➤ A democracia como forma indispensável para a solução das graves dificuldades que aflige o	➤ Estruturar e aperfeiçoar a democracia	➤ As instituições públicas devem ser

- |  |   |   |
|--|---|---|
| país.  | representati  | sólidas e   |
| ➤ Defesa das amplas liberdades nos campos políticos, sociais e econômicos.   | va e  | estáveis.   |
| ➤ Lutará pelas eleições diretas.   | participativ  | ➤ Repudia todas as formas de autoritarismo.                                       |
| ➤ Defesa de uma Nova Constituição.   | a.  |   |
| ➤ Defende a democracia plena, fundada na liberdade com igualdade, e no desenvolvimento da justiça social.  | Democracia  | ➤ A base da democracia é o respeito do Estado para com as liberdades individuais. |
| ➤ Consolidação do pluripartidarismo.   | esta  |   |
| ➤ Defesa do Estado democrático de Direito.   | alicerçada  |   |
| ➤ Repúdio ao totalitarismo e autoritarismo.  | no  |   |
| ➤ Instituição do voto livre, direto, secreto e universal-inclusive dos analfabetos- nas escolhas para governadores e para as casas legislativas, em todos os níveis. | pensamento liberal, porém dialogando com outras formas de pensamento políticos. | ➤ Respeito à independência e harmonia dos três poderes.                           |
|  | ➤ Defende a estabilidade democrática, com a consagração de todas as liberdades. | ➤ Contra o foro privilegiado e a favor da igualdade de todos perante a lei.       |
|  | ➤ Defesa da democratização de oportunidades.                                    |   |

Nos três documentos analisados podemos verificar a defesa plena do sistema democrático. Ao longo do tempo, o partido manteve uma continuidade no que se refere à luta pela preservação dos direitos individuais e das instituições democráticas. No programa do PFL de 1985 constatamos uma preocupação social do partido com relação

à defesa da justiça social, pois ressalta a função da democracia um como sistema político fundamentado na equidade social de todos os indivíduos perante a lei. Além disso, tanto no programa de 1985 como nos posicionamentos de 2020, encontramos citações de repúdio ao autoritarismo dentro das instituições públicas. O regime autoritário fere os princípios do Estado democrático de Direito. Outro fato relevante é a citação da preservação da democracia pautada no pensamento político liberal. Citação esta encontrada no programa de Governo de 1994-1998.

- Economia

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo 1994-1998 (PFL)	Posicionamento de 2020 (DEM)
Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Contenção da interferência excessiva do Estado e controle da atividade empresarial do Estado.</li> <li>➤ Defende a desestatização, com o fortalecimento da empresa privada nacional. Sem desnacionalizar a parque industrial brasileiro.</li> <li>➤ Reduzir a dependência do país ao mercado exterior,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende a plena liberdade dos agentes econômicos de produzir, investir e consumir.</li> <li>➤ Desenvolvimento econômico com objetivo de eliminar a dívida social brasileira.</li> <li>➤ Ação conjunta e solidária para conter a inflação.</li> <li>➤ Defende a estabilização econômica, através da valorização do Real e na autonomia do Banco Central. A moeda Real precisa ser forte e estável.</li> <li>➤ Princípio dos “livros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende a liberdade econômica.</li> <li>➤ Só existe desenvolvimento verdadeiro, pautado na prosperidade, bem-estar e realização pessoal, quando a economia é livre e competitiva.</li> <li>➤ A iniciativa privada é o centro de todo processo</li> </ul>

- principalmente no campo tecnológico.
- Rejeita a recessão e estagnação econômica.
  - Luta pela justa distribuição de renda e riqueza. De forma que todas as regiões brasileiras sejam beneficiadas de forma que ocorra um desenvolvimento harmônico entre elas.
  - Respeito ao direito de propriedade privada.
  - Permitir a ingerência do Estado na economia, nos seguintes casos: promovendo o desenvolvimento, regulando as relações sociais, condicionando o uso da propriedade a seu papel social. Além disso, evitar a exploração
- abertos”, ou seja, transparência nas contas públicas.
- Favorável ao aprimoramento das formas de privatização e participação privada no capital de empresas públicas.
  - Conter os exageros da intervenção estatal na economia.
  - Redução da carga tributária, juntamente com o controle dos gastos públicos.
  - A Reforma Tributária é essencial para o desenvolvimento econômico, pois combate a economia informal e as desigualdades regionais e sociais do país.
  - Critica o modelo de desenvolvimento por industrialização protegida, desenvolvida pelo Estado brasileiro e pelos economistas estatistas do CEPAL.
  - Defende a desregulamentação e
- econômico.
- Compete ao Estado, apenas as funções de indução, estimulação e regulamentação da economia. Além de também apoiar as parcelas mais necessitadas da população.
  - A agenda econômica do Governo deve ser convergente com a agenda social.
  - Defende o direito da propriedade privada, garantida pela Constituição.
  - A favor da Privatização. Este processo garante a desburocratiza

- predatória dos recursos naturais. Desde que não afete os interesses do livre mercado.
- Fomento a Agricultura, com prioridade para a produção destinada ao mercado interno.
  - Fomento ao turismo interno.
  - Proteção às pequenas e médias empresas nacionais.
  - Conter os problemas inflacionários e diminuir as desigualdades regionais.
  - Controle austero dos gastos públicos.
  - Administração da dívida externa brasileira, com respeito aos compromissos internacionais.
  - Concessão de
- desburocratização do controle do Estado nas atividades econômicas.
- Privatização de empresas estatais.
  - O capitalismo no Brasil teve a forte presença do Estado. Esta intervenção estatal foi responsável pelo crescimento das desigualdades econômica, social e política.
  - Modernizar e qualificar a produção brasileira na agricultura, na indústria, na mineração, no comércio e nos demais serviços. Com o principal objetivo de tornar os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional.
  - Fim das restrições ao capital estrangeiro, pois é fundamental para o desenvolvimento nacional. O capital estrangeiro deve ter as mesmas regras do capital nacional.
- ção e a independência política.
- Consequentemente diminuindo o risco de corrupção.
- Defende a transferência da administração pública na gerencia dos seus bens materiais, sendo uma pratica necessária para o Estado sanar suas contas.
  - A iniciativa privada é mais eficiente na gestão das empresas e dos recursos do que o Estado.
  - A favor da diminuição da carga de

- prioridade nacional  
ao Nordeste
- Defesa da teoria econômica da Nova Ordem Mundial, pautada no capital estrangeiro.
  - Fim do monopólio e desestatização das atividades econômicas.
  - O Estado é obsoleto como empresário.
  - Privatizar os serviços públicos de infraestrutura, por meio de concessões.
  - Investimento na produção intelectual e proteção a propriedade industrial.
  - Tem como meta a criação de 12 milhões de empregos entre 1995 a 1999.
  - Estimular a entrada de empresários brasileiros nas bolsas de valores.
- impostos.

Com relação à agenda econômica, os três documentos defendem a limitação do Estado nos assuntos econômicos, pois competiria somente a iniciativa privada a gerência da vida econômica do país. Outro ponto similar nos documentos é a preocupação do partido com controle austero das contas públicas e a defesa pela transparência do Estado na administração das contas públicas.

Porém, no que se refere à privatização encontramos apenas citações desse termo no programa de Governo de 1994-1998 e no posicionamento de 2020 do

DEM., já que no Programa de 1985 o partido utiliza-se do termo desestatização do setor econômico brasileiro para propor as suas ações econômicas. Nos termos deste documento o processo de desestatização teria por efeito o fortalecimento das empresas privadas nacionais. Aqui não encontramos menções sobre a privatização das empresas estatais. As atividades econômicas do Estado e da iniciativa privada se coadunam.

No que refere aos efeitos redistributivos das políticas econômicas, encontramos nos documentos de 1985 e no de 1994-1998 uma preocupação marcante do partido na tentativa de combater as desigualdades regionais e de renda existentes no país. Aqui o desenvolvimento econômico teria de estar pautado na redução da desigualdade e na geração de justiça social, ou seja, uma política econômica baseada no social-liberalismo. Já no posicionamento de 2020 do DEM, as pautas sociais não estão presentes na sua agenda econômica, demonstrando assim, que durante o processo histórico, o partido foi se distanciando das políticas econômicas socioliberais e se aproximando do pensamento neoliberal no que diz respeito à economia.

No programa de 1985 e no programa de governo de 1994-1998, o controle inflacionário aparecia como requisito muito importante para o retorno do desenvolvimento econômico do país. A luta pelo controle inflacionário não aparece no posicionamento de 2020 do DEM, muito provavelmente, pelo tema ter deixado de figurar como item central da agenda econômica do país.

Outro ponto relevante é a defesa do partido na redução da carga tributária. Esta ideia aparece nos documentos do programa de Governo de 1994-1998 e no posicionamento de 2020. No programa de Governo de 1994-1998, encontramos também uma severa crítica ao modelo econômico desenvolvimentista e aos economistas da CEPAL. Neste documento, o partido defende seu alinhamento aos ideais da teoria econômica da Nova Ordem Mundial, que se pautava na defesa do capital estrangeiro e no fim do monopólio estatal nos setores da economia. A citação de abertura ao capital estrangeiro e o fim do monopólio estatal só foram encontrados no plano de Governo de 1994-1998. Devemos ressaltar que este programa de Governo de 1994-1998 é o mais extenso em conteúdo, principalmente na agenda econômica.

- Política Agrária

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo 1994-1998 (PFL)	Posicionamento de 2020  (DEM)
Política Agrária	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhoria nas condições de vida do homem do campo, propiciando os mesmos benefícios das populações urbanas.</li> <li>➤ Reforma agrária, mediante as normas contidas no Estatuto da Terra.</li> <li>➤ Apoio ao cooperativismo.</li> <li>➤ Aperfeiçoamento do sistema de seguro agrícola.</li> <li>➤ Garantir preços justos para os produtos agrícolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A reforma da política agrária passa pelo fortalecimento da moeda, pela diminuição dos juros, pelo investimento em insumos, pela diminuição dos impostos, pelo aumento de financiamentos e pela transparência.</li> <li>➤ Ampliação de 500.000 hectares produtivos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, com objetivo de produzir riquezas e distribuição de renda.</li> <li>➤ Aumentar a produção anual de 90 milhões de toneladas de grão, através da ampliação das áreas cultivadas.</li> <li>➤ Aumentar a produção de hortigranjeiros e carnes em 3% anual.</li> <li>➤ Assentar 300 mil famílias rurais sem terra.</li> <li>➤ Beneficiar os pequenos</li> </ul>	

produtores.

- Investir 80 bilhões de dólares em tecnologias agrícolas, com o objetivo de aumentar a produtividade do solo, da lavoura, das criações e do trabalho humano.
- Aumentar a capacidade de armazenamento em 8 milhões de toneladas.
- Criação de 30 laboratórios de análises de produtos agrícolas, financiar pesquisas agropecuárias e criar cursos técnicos em agropecuária.
- Ampliar a área irrigada do País em 2 milhões e 500 mil hectares.
- Diminuir impostos aos produtores alimentares básicos e insumos agrícolas.

Podemos observar no programa de 1985 e no programa de Governo 1994-1998 do PFL uma tentativa de construção de propostas de políticas agrárias que atendessem ao trabalhador do campo e levasse o progresso e o desenvolvimento econômico para a região rural do país. No programa de 1985, encontramos citações como melhoria de condições de vida do trabalhador do campo e a criação de um seguro agrícola. Enquanto o programa de Governo de 1994-1998 apresenta propostas mais extensas com relação à seguridade e a proteção dos trabalhadores do campo. Neste último, existe até a proposta de assentamento de 300 mil famílias rurais. Mas, nestes dois documentos as políticas

agrárias estão intimamente relacionadas com a esfera econômica, principalmente no programa de Governo de 1994-1998.

Entretanto, no posicionamento de 2020 do DEM não encontramos nenhuma descrição sobre propostas de políticas agrárias. Podemos afirmar baseado nestes três documentos de que com o passar do tempo, o PFL foi se distanciando do modelo político socioliberal na sua agenda agrária e se aproximando do modelo neoliberal, como observado também na seção sobre economia. O DEM de 2020 não assumiu nenhum compromisso de proteção social aos trabalhadores rurais neste trecho.

- Relações Exteriores

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo 1994-1998 (PFL)	Posicionamento de 2020 (DEM)
Relações Exteriores	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende o principio da igualdade soberana dos Estados e a não interferência nos assuntos internos dos outros países.</li> <li>➤ Defesa da Paz Mundial e do desarmamento.</li> <li>➤ Buscar relações com todas as nações que desejem cooperar com o Brasil.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Reduzir nossa dependência com relação ao mercado exterior</li> </ul>

Nesta seção, os três documentos analisados não trouxeram questões aprofundadas sobre as relações exteriores. O mais relevante aqui é a defesa do desarmamento e a busca de relações comerciais com todos os países. Além disso, no

posicionamento de 2020 do DEM, o partido defende a redução da dependência do Brasil com relação ao mercado exterior. Já no programa de Governo de 1994-1998 não encontramos nenhuma citação sobre propostas de relações exteriores.

- Intervenção do Estado

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo de 1994-1998 (PFL)	Posicionamento de 2020 (DEM)
Intervenção do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Conter a interferência excessiva do Estado na economia.</li> <li>➤ Reconhece que existem problemas e desigualdades, que não podem ser resolvidos pelo livre jogo do mercado. Mas resolvidos pela ação direta do Estado.</li> <li>➤ A área social é um espaço legítimo para atuação do Estado, desde que preserve a liberdade individual.</li> <li>➤ Permite a intervenção do Estado na economia, nos seguintes casos: promovendo o desenvolvimento,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defenderá um Estado forte e competente na área social, como: educação, saúde, habitação, previdência e segurança pública. Mas com a mínima participação na esfera econômica.</li> <li>➤ O Estado tem que ser menor para ser mais eficiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Estado deve ter como princípio básico o respeito pela liberdade dos indivíduos.</li> <li>➤ O Centralismo de poder e a estatização sufoca a liberdade de iniciativa do homem.</li> <li>➤ Acredita na construção de um Estado eficiente e fiel as suas obrigações indelegáveis.</li> </ul>

regulando as relações sociais e condicionando o uso da propriedade a seu papel social. Além de evitar a exploração predatória dos recursos naturais.

Não cair na armadilha do Estado Mínimo, porém este gasta muito e mal

Nesta seção podemos observar que as propostas do PFL no programa de 1985 e no programa de Governo de 1994-1998 voltam se a conter a interferência excessiva do Estado na economia, admitindo-se, no entanto, que o Estado possa atuar livremente na área social, como: na saúde, habitação, educação, previdência e segurança pública. Nestes dois documentos verificamos que o PFL tem um compromisso com as questões sociais, mesmo defendendo o liberalismo econômico. Aqui, podemos afirmar que o PFL defendeu propostas sócio-liberais com objetivo de defender os mais vulneráveis contra o jogo do mercado.

Já no posicionamento de 2020 do DEM, observamos o distanciamento do partido das pautas sociais. O objetivo central do DEM é conter a intervenção do Estado na economia, pois ‘o Estado gasta muito e mal’. Neste documento não encontramos citações a pautas sociais, como encontradas nos programas do PFL. Podemos concluir aqui, que com o passar do tempo, o partido deslocou-se das pautas sócio-liberais para as propostas neoliberais na agenda intervenção do Estado. Ou seja, no que se refere a participação do Estado nos setores da vida social, o partido tornou-se mais radical na eliminação dos assuntos referentes ao campo social, e também mais próximo do Estado Mínimo.

- Bem-estar e Política Social

Programa/Manifesto de 1985

Programa de Governo 1994-1998 (PFL)

Posicionamento de 2020

(DEM)

(PFL)

- |                           |  |  |   |
|---------------------------|--|--|---|
| Bem-estar/Política Social | <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Eliminar as carências no campo da alimentação, saúde, educação e habitação.</li><li>➤ Luta por renumeração justa, previdência social, assistência médica, lazer etc.</li><li>➤ Preza pelo desenvolvimento do homem.</li><li>➤ Política de saúde, que prioriza a mãe e a criança. Além de combater sistematicamente as epidemias e as doenças</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Defesa da Reforma da Previdência baseada na eliminação do conceito de aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial e de outros tipos de benefícios. Além de conceder no máximo dois salários mínimos para toda sociedade.</li><li>➤ A arrecadação dos fundos previdenciários deve ser investidos na poupança nacional, com o objetivo de investir nos meios produtivos geradores de empregos e na valorização dos salários.</li><li>➤ o Estado tem a função de proteger e regulamentar o meio social.</li><li>➤ Financiamento em construções populares.</li><li>➤ Reduzir o analfabetismo e a evasão escolar.</li><li>➤ Reduzir o desperdício nos recursos do ensino público.</li><li>➤ Criação do Cheque-Educação, com distribuição de U\$ 20 por mês a cada aluno.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Defende reformas econômicas, trabalhistas e previdenciária.</li><li>➤ O bem-estar só é alcançado com o desenvolvimento econômico, controlado pela iniciativa privada.</li></ul> |
|---------------------------|--|--|---|

- endêmicas, por meio de prevenção e assistência.
- Proteção contra o desemprego.
  - Atenuar as desigualdades regionais no Brasil.
  - Programas de alimentação que atenda populações de baixa renda.
  - Saneamento básico, com oferta de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto para as comunidades urbanas.
  - Erradicação da pobreza.
  - Estimulo de bolsa de estudos aos alunos do Ensino Superior.
  - Criação de um sistema de seguro de saúde mediante pagamento direto pelo cidadão e repasses dos Fundos Sociais da União.
  - Criação do Cheque-Saúde no valor de US\$ 100 por pessoa.
  - Conversão de hospitais governamentais em redes cooperativadas, supervisionados pelo o Estado.
  - Repasse dos serviços de saúde para a iniciativa privada e as cooperativas supervisionadas pelo Estado. Sendo que estas seriam fiscalizadas e gerenciadas pelas redes municipais de saúde.
  - Reformulação do Sistema Financeiro de Habitação para atender à demanda habitacional dos cidadãos de baixa renda. O financiamento seria com recursos das privatizações.
  - Diminuir as desigualdades regionais, priorizando a Amazônia e o Nordeste. Na Amazônia a sua riqueza natural seria explorada de forma

- Proteção à velhice
  - Seguro desemprego.
  - Estabelecimento de regras para a fixação do salário mínimo, para a sobrevivência digna do trabalhador.
  - Valorização dos servidores públicos e das mulheres.
- sustentável. Já no Nordeste, o investimento seria direcionado a agroindústria açucareira e na indústria turística.
- Criação do Título de Cidadania. Esse programa tem como objetivo identificar as reais necessidades dos cidadãos, e possibilitar o planejamento do Governo para a criação de políticas públicas. O cadastramento e monitoramento das demandas sociais ficariam a cargo do IBGE.
  - Tornar transparentes os valores disponíveis do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
  - Combater a fome, principalmente nas regiões de seca.
  - Criação de um Fundo para o Menor Carente, com dotações diretas do Ministério da Educação e de empresas privadas.
  - Reintegrar a terceira idade nas atividades produtivas socialmente, através de emprego complementar.

- Cadastrar veteranos da terceira idade para serem instrutores de cursos técnicos e de formação profissional, ou seja, transformar os veteranos em agentes estimuladores dos jovens trabalhadores.
- Possibilitar estudos para a transposição das águas do rio São Francisco para abastecer quatro estados nordestinos.

Nos programas de 1985 e de 1994-1998 encontramos várias citações, com medidas e propostas de cobertura de proteção social e de bem-estar para os mais vulneráveis. No programa de 1985, o PFL defende medidas como o combate à pobreza, programas de alimentação para a população de baixa renda e até a luta pela erradicação das desigualdades regionais existente no país. O programa de Governo de 1994-1998 também se direciona para políticas sociais e de bem-estar que atendam às demandas das classes de baixa renda, como o financiamento de construções de casas populares, o combate à fome e a criação do Cheque-Saúde e o Cheque-Educação.

Já nos posicionamentos de 2020 do DEM, o partido não apresentou quaisquer propostas contundentes referentes à defesa de políticas sociais e de bem-estar. Encontramos apenas a citação de que o bem-estar será alcançado, se for calcado no desenvolvimento econômico sob o controle da iniciativa privada. Nesta seção, assim como na parte sobre a intervenção do Estado, o PFL defendeu políticas públicas que visavam à população de baixa renda, mesmo propondo a mínima participação do Estado na economia. Já, no posicionamento de 2020 do DEM só encontramos citações de defesa ao Estado Mínimo, sem qualquer tipo de interferência do Estado na área social.

- Segurança Nacional

	Programa/Manifesto de 1985	Programa de Governo de 1994-1998	Posicionamento de 2020
	(PFL)	(PFL)	(DEM)
Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fortalecer e modernizar as forças Armadas, como instituição indispensável para a defesa da soberania nacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de um novo código Penal, de Processos Penais e de Contravenções Penais.</li> <li>➤ Combater o crime organizado, a formação de quadrilhas e o sequestro.</li> <li>➤ Tratamento severo aos crimes hediondos, especialmente contra as crianças.</li> <li>➤ Modernizar o sistema carcerário e penitenciário, com objetivo de recuperar os presos e reintegrá-los na vida livre.</li> <li>➤ Valorização profissional e justa remuneração aos policiais.</li> <li>➤ Combater o porte ilegal de armas e o tráfico de drogas.</li> <li>➤ Valorizar a cooperação entre a Polícia Federal e as polícias estaduais.</li> </ul>	

No refere-se a segurança nacional, o programa de 1985 do PFL ressalta a importância de modernizar as Forças Armadas, pois essa é uma instituição

indispensável para a defesa da soberania nacional. Já o programa de Governo de 1994-1998, encontramos algumas citações, como a criação de leis, o combate ao crime organizado e de formação de quadrilhas, além do combate ao porte ilegal de armas e ao tráfico de drogas. Já no documento do DEM não encontramos nenhuma descrição sobre segurança pública.

- Ecologia

	Programa/Manifesto de 1985 (PFL)	Programa de Governo de 1994-1998 (PFL)	Posicionamento de 2020 (DEM)
Ecologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende os direitos ecológicos, com o intuito de promover uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.</li> <li>➤ Proteção dos ecossistemas naturais e da vida silvestre.</li> <li>➤ Racionalização dos recursos minerais.</li> <li>➤ Controle rigoroso da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Estado tem o dever de proteger o meio ambiente.</li> <li>➤ Priorizar a defesa da ecologia e a recuperação do meio ambiente destruído.</li> <li>➤ Conscientizar a população brasileira para a preservação da natureza.</li> <li>➤ Defende o desenvolvimento sustentável e a reciclagem das forças da natureza.</li> <li>➤ Conter as queimadas na Amazônia, despoujar o ar de Cubatão e salvar as águas do Rio Tietê e da Baía da Guanabara.</li> <li>➤ Incentivar a participação da</li> </ul>	

- |   |   |
|---|---|
| <p>poluição industrial, da poluição dos esgotos urbanos e dos automóveis.</p> <p>➤ Reciclagem do lixo e incentivo ao reflorestamento.</p> | <p>iniciativa privada nos programas de preservação e recuperação do meio ambiente.</p> <p>➤ Controlar a degradação do solo agrícola em mais de 200 mil propriedades rurais.</p> <p>➤ Reflorestar 3 milhões de hectares.</p> |
|---|---|

Nos programas de 1985 e de Governo de 1994-1998, o PFL constrói algumas propostas de combate à degradação do meio ambiente e volta-se principalmente para a criação de medidas que visam o desenvolvimento sustentável do país. Entre essas propostas vale destacar: conter as queimadas na Amazônia, despoluição do ar de Cubatão e o salvamento das águas do Rio Tietê e da Baía da Guanabara. No documento do DEM, não encontramos menções sobre medidas de proteções ambientais.

Capítulo 3: PSL: As pautas neoliberais e a vice-liderança no Congresso Nacional em 2018.

Neste capítulo, analisaremos as rupturas e continuidades das agendas políticas do PSL, por meio dos seus programas e manifestos. Escolhemos o PSL para a pesquisa, pois em 2018 o partido logrou obter a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, tornando-se o partido conservador com o maior número de assentos ocupados no Congresso Nacional. O partido também elegeu o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, nas eleições gerais de 2018. O êxito eleitoral do PSL foi resultado principalmente do enorme número de votos que o candidato recebeu nessa eleição. A vitória eleitoral do candidato *outsider* levou ao fim a hegemonia da velha política tradicional, desenvolvida por mais de 24 anos entre o PSDB e o PT no comando do poder executivo federal.

Para verificar as rupturas e continuidades, dividiremos este capítulo em dois subcapítulos. No primeiro, resgataremos a história do PSL, que deixou de ser um partido nanico para tornar-se o maior partido conservador na Câmara dos Deputados em 2018. Aqui focalizaremos principalmente nos resultados das eleições de 2018 e no programa de governo do candidato à presidência da República pelo PSL, o deputado federal Jair Bolsonaro. No segundo subcapítulo, analisaremos os programas e manifestos do PSL para verificar possíveis mudanças e continuidades nas suas agendas políticas e no próprio sentido do conservadorismo.

### 3.1. O surgimento do PSL

A história de fundação do PSL está atrelada à família Tuma. De acordo com o jornal *Gazeta do Povo*, o partido foi criado pelo filho do senador Romeu Tuma<sup>53</sup>, o médico Rogério Tuma. Tuma criou o PSL em 30 de outubro de 1994, com ajuda do advogado Marcílio Lima Duarte<sup>54</sup>, conhecido como “o maníaco das siglas”. De acordo

---

<sup>53</sup> Romeu Tuma (São Paulo, 4 de outubro de 1931 — São Paulo, 26 de outubro de 2010) foi um político brasileiro, senador entre 1995 até 2010.

<sup>54</sup> Marcílio Duarte Lima nasceu em 22 de março de 1941 na cidade de Recife – PE. É advogado e foi candidato ao cargo de vereador em Mairinque – SP pelo PSD.

com a entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, Marcílio Duarte relata que criou o partido à pedido da família Tuma. “O PSL eu fiz para a família Tuma [senador pelo PTB, morto em 2010]” (FOLHA DE S. PAULO, 17/12/2012). Duarte cobrava honorários em torno de 300 mil reais para criar partidos, assumindo a função burocrática e cumprindo requisitos exigidos pelo TSE.

O partido conseguiu registro provisório em 19 de dezembro de 1994, de acordo com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 264. Em junho de 1995, o senador Romeu Tuma e seu filho, o deputado Robson Tuma<sup>55</sup>, ambos eleitos pelo Partido Liberal (PL) de São Paulo, deixam o partido e migram para o PSL. Neste trecho do jornal *Folha de S. Paulo*, Romeu Tuma explica o seu motivo de desligamento do PL e sua adesão ao PSL:

Na sessão de anteontem, Tuma leu a carta que enviou a Álvaro Valle e recebeu a solidariedade e convites dos líderes de vários partidos. Até a senadora Marina Silva (PT-AC) aproximou-se de seu colega e disse: “Não posso falar em público, mas estamos às ordens”. Na carta a Valle, Tuma disse que “certas lideranças estaduais resolveram assumir a propriedade” do PL paulista e que partidos não podem ter donos. Ele referia-se ao líder da legenda na Câmara, Valdemar Costa Neto (SP), que pediu sua expulsão. Costa Neto acusou o senador de não prestigiar o partido, não participar de suas reuniões e desconhecer seus parlamentares. Tuma disse que não era convidado para os encontros do partido e que vinha sofrendo um processo de desgaste. “Eu precisava sair, porque a pressão estava muito grande. Eu já estava angustiado”, disse o senador, após anunciar sua decisão. Ele não quis aguardar a expulsão. “Saio entristecido. Sempre achei que o PL era um partido viável, mas tinha que ser mais democrático”, disse. Ele e Robson vão ajudar Rogério a estruturar o PSL e querem a adesão de parlamentares de outras legendas. O

---

<sup>55</sup> Robson Tuma nasceu em São Paulo em 5 de setembro de 1968. Foi advogado, vereador e deputado federal de São Paulo pelo PL.

senador defende a filosofia liberal do PSL. (FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de junho de 1995).

Romeu Tuma foi investigador e delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Começou a exercer o cargo de delegado em 1967 e trabalhou por muito tempo na Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo, órgão que dirigiu a partir de 1975. Atuou efetivamente no combate às organizações políticas clandestinas de esquerda e na repressão aos movimentos grevistas surgidos a partir da década de 1970, na região do ABC paulista. Na década de 1980, participou de diversos casos de sequestros. Com o fim do Dops em 1983, Tuma foi transferido para a Superintendência Regional da Polícia Federal de São Paulo. Já em 1986 assumiu a diretoria-geral da Polícia Federal; nesse momento, foi duramente criticado pelo grupo Tortura Nunca Mais. Esse grupo reconhecia Tuma como um verdadeiro repressor e torturador do regime militar. Porém, a imprensa isentava-o de qualquer ato de tortura relatado pelo grupo Tortura Nunca Mais. As ações de Tuma à frente da diretoria da Polícia Federal eram benquistas pela imprensa nessa época.

Em 1990, no governo Collor, Tuma assumiu o cargo de secretário da Receita Federal. Nesse cargo, coibiu intensamente as demarcações de preços nos estabelecimentos comerciais, agindo como um verdadeiro xerife. Porém, em maio de 1991, após a saída da ministra Zélia Cardoso de Mello da pasta do Ministério da Economia, Tuma é afastado da secretaria da Receita Federal. Tuma retorna para a diretoria da Polícia Federal; porém, em 1992 é afastado de cargos dentro desse órgão. Após seu afastamento, retorna à Polícia Civil de São Paulo. Já em 1994 concorre à vaga de senador pelo PL de São Paulo. Nessa eleição, ficou em segundo lugar e ocupando a vaga no Senado Federal. Em 1995 deixa o PL e transfere-se para o PSL, como descrito anteriormente. Com essa migração para o PSL, Tuma torna-se o primeiro senador pelo PSL, porém, eleito pelo PL.

Já seu filho Robson Tuma, eleito deputado federal pelo PL em 1990, fez parte de diversas Comissões Permanentes de Inquérito (CPIs) na Câmara dos Deputados, de temas tais como: tráfico de drogas, traficantes e violência contra a mulher. Em 1992, votou favoravelmente à abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor. No seu primeiro mandato como deputado federal, foi a favor da criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que repassaria 0,25% de

toda movimentação bancária para a educação e a saúde. Além disso, Robson também foi a favor do fim do voto obrigatório. Em 1994, foi reeleito deputado federal pelo PL; nesse segundo mandato, votou a favor da abolição do monopólio estatal nas telecomunicações e na distribuição do gás canalizado e pelo fim do monopólio da Petrobras na exploração do petróleo. Também votou pelo fim das diferenças legais entre empresas brasileiras e estrangeiras. Em junho de 1995, deixou o PL e transferiu-se para o PSL, juntamente com seu pai. Robson Tuma tornou-se, a partir desse momento, o primeiro deputado federal pelo PSL, como descrito nesta passagem: “Nada menos que seis siglas já conseguiram registro provisório no TSE. O partido mais novo dessa safra é o PSL (Partido Social Liberal), que já tem um representante no Congresso; o deputado paulista Robson Tuma.” (O GLOBO, 17/7/1995, p. 3)

Em 1995, Luciano Caldas Bivar<sup>56</sup> adere ao PSL a pedido do senador Tuma. Em entrevista à jornalista Andreia Sadi, da GloboNews, Bivar dá o seguinte depoimento: “O senador Tuma tinha uma ata de fundação de um partido, que era o PSL. E me chamou para ter a logística e o reconhecimento do Tribunal Superior Eleitoral” (entrevista ao #EmFocoComAndreiaSadi, 8/11/2019). Antes disso, ele havia se filiado ao PL, em 1990, onde permaneceu até 1995, quando foi para o PSL.

Com a chegada das eleições municipais de 1996, o PSL, ainda com registro provisório, concorre a primeira vez. Elegeu 11 prefeitos e 314 vereadores. Nesse momento, Luciano Bivar já estava na presidência do partido. Nas tabelas 3.1, 3.2 e 3.3, adiante, verificamos as conquistas do PSL nas prefeituras e nas câmaras municipais, no âmbito nacional. Na tabela 3.1 podemos observar a baixíssima representatividade nacional do partido no poder executivo municipal, conquistando apenas 11 prefeituras do total de 5.578. Na tabela 3.2, dividimos as 11 prefeituras conquistadas pelo PSL por regiões e estados brasileiros. Nessa tabela verificamos que a maioria das vagas conquistadas para prefeitos foi nas regiões Nordeste e Sudeste. Já na tabela 3.3, dividimos os números de vagas conquistadas pelos vereadores do PSL por região e estados; aqui verificamos também uma maior representatividade de vagas ocupadas pelos vereadores do PSL nas regiões Nordeste e Sudeste.

---

<sup>56</sup> Luciano Caldas Bivar nasceu em 29 de novembro de 1944, em Recife – PE. É político, advogado e empresário, e atualmente é deputado federal pelo PSL. Foi presidente do partido de 1996 até 2018.

Tabela 3.1: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de municípios	Porcentagem com o total de 5.578 municípios
PSL	11	0,2

Fonte: TSE

Tabela 3.2: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras por região	Porcentagem por região das 11 prefeituras
Nordeste	4	36,6%
Bahia	4	
Norte	2	18,18
Amazonas	2	
Sudeste	4	36,6%
São Paulo	3	
Minas Gerais	1	
Sul	1	9%
Paraná	1	

Fonte: TSE

Tabela 3.3: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Relação de vereadores por região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 314 vereadores
Norte	19	6%
Amazonas	17	
Acre	2	
Nordeste	174	55,4%

Bahia	104	
Pernambuco	29	
Maranhão	28	
Alagoas	5	
Sergipe	5	
Ceará	2	
Paraíba	1	
Sudeste	114	36,3%
São Paulo	94	
Minas Gerais	13	
Rio de Janeiro	7	
Sul	7	2,2%
Santa Catarina	5	
Paraná	2	

Fonte: TSE

Logo após as eleições municipais de 1996, Romeu Tuma e Robson Tuma deixam o PSL e vão para o PFL. Em 2 de junho de 1998, nos termos da resolução 20.211/TSE, o PSL consegue seu registro definitivo.

### 3.2. A trajetória histórica do PSL

Com o registro definitivo, o PSL concorre às eleições gerais de 1998, porém, não alcança grandes expressões nos cargos executivos e legislativos. Elegeu apenas dez deputados estaduais, nenhum senador e governador. Para a Câmara dos Deputados, elegeu apenas o presidente nacional do partido, Luciano Bivar, para o cargo de deputado federal. Bivar atuou principalmente na bancada da bola, grupo que reunia diversos parlamentares ligados aos clubes de futebol, e defendeu também a implantação de um imposto único federal. Além disso, integrou diversas CPIs, entre elas, a que investigou os contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com empresa de materiais esportivos Nike.

Chegadas as eleições municipais de 2000, o partido elegeu 26 prefeitos e 489 vereadores. Nas tabelas 3.4, 3.5 e 3.6, adiante, que mostram o resultado do partido nos poderes executivos e legislativos municipais em todo o território brasileiro, constatamos um ligeiro crescimento. Na tabela 3.4, verificamos uma pequena variação de prefeituras conquistadas em 2000 com relação às eleições municipais de 1996. Houve um crescimento de 0,3 para 0,5; esses valores encontram-se respectivamente nas tabelas 3.1 e 3.4. Porém, se compararmos esse valor de 0,5% de prefeituras conquistadas em nível nacional, o PSL continuou com uma baixíssima representatividade na esfera política nacional. Na tabela 3.5 observamos uma predominância de prefeituras conquistadas nas regiões Nordeste e Sul. Na tabela 3.6 verificamos que nas regiões Nordeste e Sul o PSL obteve os melhores resultados nas câmaras municipais se comparado com as outras regiões brasileiras. Esses resultados foram diferentes nas eleições municipais de 1996 que tiveram as regiões Nordeste e Sudeste com os melhores desempenhos eleitorais. Outro dado, relevante aqui é a expressiva representatividade do partido no Estado do Paraná com relação à região Sul do país: dos 86 vereadores eleitos na região, 80 foram eleitos nesse Estado.

Tabela 3.4: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.578 municípios
PSL	26	0,5

Fonte:TSE

Tabela 3.5: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras por região	Porcentagem por região das 26 prefeituras
Nordeste	14	53,8%
Bahia	8	
Alagoas	3	
Paraíba	2	
Pernambuco	1	
Sudeste	3	11%

São Paulo	2	
Minas Gerais	1	
Sul	9	34,6%
Paraná	9	

Fonte: TSE

Tabela 3.6: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região

Relação de vereadores por região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 489 vereadores
Norte	40	8,1%
Roraima	14	
Amazonas	13	
Amapá	7	
Rondônia	4	
Pará	2	
Nordeste	268	54,8%
Bahia	126	
Pernambuco	76	
Alagoas	25	
Paraíba	17	
Maranhão	11	
Sergipe	8	
Piauí	6	
Ceará	4	
Centro-Oeste	18	3,6%
Goiás	18	
Sudeste	77	15,7%
São Paulo	37	
Minas Gerais	27	
Rio de Janeiro	12	

Espírito Santo	1	
Sul	86	17,5%
Paraná	80	
Santa Catarina	6	

Fonte: TSE

Nas eleições gerais de 2002, o PSL elegeu seu primeiro governador, Flamarion Portela, em Roraima. O presidente nacional do partido, Luciano Bivar, concorreu como suplente de Carlos Wilson para o senado, porém, não foi eleito. O partido também elegeu um deputado federal e seis deputados estaduais. No segundo turno para as eleições presidenciais, o PSL apoiou o candidato José Serra, que perdeu para o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Já nas eleições municipais de 2004, o PSL elegeu 25 prefeitos e 515 vereadores. As tabelas 3.7, 3.8 e 3.9 mostram o desempenho do PSL na eleição de 2004 no âmbito nacional. Podemos observar na tabela 3.7 que o percentual das prefeituras conquistadas pelo partido foi de 0,4%, e se compararmos com a eleição municipal de 2000, que foi de 0,5% (como descrito na tabela 3.4), o PSL teve uma queda de 0,1% de prefeituras ocupadas. Porém, o resultado de 0,4 no âmbito nacional ainda demonstra sua baixíssima representatividade no cenário político brasileiro.

Na tabela 3.8 constatamos que seu melhor resultado nas prefeituras por região foi no Sul do Brasil, e principalmente no Estado do Paraná. Nesse Estado, o PSL conquistou o total de oito prefeituras, e em segundo lugar ficou o Estado de Minas Gerais, com quatro. Já na tabela 3.9, que apresenta o percentual de vereadores eleitos por regiões, constatamos que o melhor desempenho do PSL foi nas regiões Nordeste e Sudeste. Além disso, verificamos que o PSL elegeu mais vereadores no Estado do Paraná. Nesse Estado foram eleitos 101 vereadores do total de 515, ou seja, quase 20% dos vereadores eleitos pelo partido; e se compararmos com a região Sul, que foi de 109, o Estado do Paraná ficou com mais de 90% das suas vagas conquistadas na região.

Tabela 3.7: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.562 municípios
PSL	25	0,4

Fonte: TSE

Tabela 3.8: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras por região	Porcentagem por região das 25 prefeituras
Norte	4	16%
Amazonas	3	
Tocantins	1	
Nordeste	6	24%
Paraíba	3	
Bahia	1	
Maranhão	1	
Pernambuco	1	
Sudeste	7	28%
Minas Gerais	4	
São Paulo	3	
Sul	8	32%
Paraná	8	

Fonte: TSE

Tabela 3.9: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 515 vereadores
Norte	77	14,9%
Amazonas	25	
Tocantins	21	

Rondônia	14	
Pará	11	
Roraima	6	
Nordeste	201	39%
Bahia	76	
Pernambuco	46	
Alagoas	20	
Maranhão	15	
Ceará	14	
Paraíba	13	
Rio Grande do Norte	7	
Sergipe	6	
Piauí	4	
Sudeste	118	22,9%
Minas Gerais	56	
São Paulo	40	
Rio de Janeiro	13	
Espírito Santo	9	
Sul	109	21,1%
Paraná	101	
Santa Catarina	5	
Rio Grande do Sul	3	

Fonte: TSE

Nas eleições gerais de 2006, o partido tentou construir um projeto em nível eleitoral mais audacioso do que nos anos anteriores, lançando a candidatura do seu líder, Luciano Bivar, para concorrer ao posto maior do poder executivo. Na disputa eleitoral, Bivar defendeu alguns pontos, como: a economia de mercado aberto, o estado mínimo, as privatizações de empresas nacionais deficitárias, a criação de um imposto único, a

adoção da pena de morte para crime de sequestro seguido de morte, a privatização de todas as prisões do país, a instalação de miniquartéis em cada favela do país e a extinção da dívida externa. Outra proposta defendida pelo candidato foi a aprovação do voto majoritário para as eleições legislativas, pois, para ele, “assim, só seria eleito quem realmente tivesse o maior número de votos” (UOL, Eleições 2006).

A proposta do Imposto Único Federal (IUF) de Bivar foi bastante criticada em 2006. Na sua concepção, o IUF seria incidido em cima da movimentação dos cheques. Para ele, todos os impostos federais seriam substituídos pelo IUF apenas. O imposto seria cobrado sobre todas as movimentações dos cheques, no valor de uma única alíquota de 1,7%; ou seja, todos os impostos federais estariam agregados a esse único valor de 1,7% sobre todas as movimentações bancárias dos cheques. Além disso, as pessoas jurídicas estariam isentas de declarar anualmente o imposto de renda. Na entrevista dada ao UOL em 2006, Luciano Bivar criticou a alta taxa tributária que os brasileiros pagam: “A gente está cansado de um Estado explorador. A Inconfidência Mineira surgiu porque a Coroa portuguesa levava um quinto do ouro como imposto. Hoje, a ‘Coroa’ do Planalto leva mais de dois quintos” (UOL, Eleições 2006). Em 2001, ainda como deputado federal, Bivar levou essa ideia do IUF para a Câmara dos Deputados, por meio de uma PEC, que não foi aprovada. Conforme seu pensamento, o IUF não passou “por falta de vontade política”: “Tanto o PSDB quanto o PT estão atrelados ao poder dominante e são incapazes de fazer qualquer revolução administrativa nesse país” (UOL, Eleições 2006).

Nessa mesma entrevista dada ao UOL, em 13 de setembro de 2006, um internauta pergunta se o candidato Bivar iria acabar com o programa Bolsa Família do governo Lula. Bivar responde o seguinte:

A verba para o Ministério da Agricultura é de 5 bilhões, e para a assistência social é de 20 milhões, então estamos num país assistencialista. Tudo isso é muito preocupante, todos comendo no pires do governo, um candidato fazendo assistencialismo, e o povo na mão de um mercado assistencialista. Eu não acabaria com o Bolsa Família, no estado de miséria que estamos é preciso que se criem mecanismos assim, mas isso é paliativo. (UOL, Eleições 2006, 13/09/2006)

Com relação à proposta de suspensão da dívida externa, Bivar defende que em troca oferecerá aos credores a concessão de uma grande estrada ligando as regiões Norte e Sul do país. Na entrevista concedida à Agência Rádio Web e Brasília, Bivar expõe o seguinte:

Nós podemos liquidar de imediato a dívida que temos de 170 bilhões de dólares. Com grande obra de uma autoestrada de estilo europeia de Norte a Sul do país. Essa autoestrada vai custar o valor estimado do que nós devemos, hoje de 170 bilhões de dólares. Então, esses credores de 170 bilhões de dólares têm que emprestar mais 170 bilhões de dólares para receber isso aí em 50 anos através de pedágios. (Canal Arquivo Eleitoral de 2006)

Nas suas propostas sobre Estado mínimo e política externa, Bivar defende a seguinte ideia:

Hoje 40% do que se produz vai para o Planalto, o Estado é o grande abocanhador de toda esta riqueza brasileira, ou se diminui o estado reavaliando os gastos públicos, ou o Estado se tornará despojado. [...] a política externa brasileira hoje tem que se voltar para a OMC, nos preocupamos em fazer assentamentos na ONU, no Conselho de Segurança e acho que não é bem por aí. Não podemos nos afastar da Alca, mas sem se submeter a política agrícola dos EUA com seus subsídios. É fundamental termos bons negociadores na OMC. Sou a favor da Alca, vamos estar presentes e discutir, o que não pode hoje é estar no Mercosul e os tratados são prejudiciais ao país. (UOL, Eleições 2006, 13 de setembro de 2006)

Porém, Luciano Bivar consegue apenas 62.064 votos (0,06%), ficando em sétimo lugar nas eleições presidenciais de 2006. Nessa eleição, o partido não elegeu nenhum governador, senador ou deputado federal; elegeu apenas oito deputados estaduais. Já nas eleições municipais de 2008, elegeu 15 prefeitos e 520 vereadores. As

tabelas 3.10, 3.11 e 3.12 demonstram o desempenho eleitoral do PSL nas prefeituras e câmaras municipais em todo o território brasileiro. Podemos constatar na tabela 3.10 que o partido conquistou apenas 0,2% das prefeituras, resultado bem menor com relação à eleição de 2004, em que obteve 0,4%, uma queda de -0,2%. Na tabela 3.11, os melhores resultados foram nas regiões Sudeste e Nordeste; o Estado de Minas Gerais foi onde o PSL conquistou mais prefeituras. Na tabela 3.11, que mostra o desempenho das vagas ocupadas nas câmaras municipais pelo PSL, podemos constatar que o partido obteve os melhores resultados nas regiões Nordeste e Sudeste. Com relação aos estados, Minas Gerais e Paraná foram os lugares em que o PSL conquistou mais vereadores no âmbito nacional. Assim como nas eleições anteriores, o Estado do Paraná foi o local em que o partido obteve o maior número de vereadores na região Sul do Brasil: foram 77 eleitos do total de 81, ou seja, mais de 90% de toda a conquista do PSL na região.

Tabela 3.10: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.565 municípios
PSL	15	0,2

Fonte: TSE

Tabela 3.11: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras	Porcentagem por região das 15 prefeituras
Norte	1	6,6%
Pará	1	
Nordeste	4	26,6%
Bahia	1	
Maranhão	1	
Paraíba	1	
Ceará	1	
Sudeste	8	53,3%
Minas Gerais	7	

São Paulo	1	
Sul	2	13,3%
Paraná	2	

Fonte: TSE

Tabela 3.12: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 520 vereadores
Norte	45	8,6%
Amazonas	19	
Pará	14	
Rondônia	9	
Acre	1	
Amapá	1	
Roraima	1	
Nordeste	218	41,9%
Bahia	71	
Pernambuco	35	
Ceará	28	
Maranhão	28	
Alagoas	25	
Paraíba	19	
Rio Grande do Norte	5	
Sergipe	4	
Piauí	3	
Centro-Oeste	16	3,7%
Tocantins	9	
Goiás	5	
Mato Grosso	1	

Mato Grosso do Sul	1	
Sudeste	160	30,7%
Minas Gerais	111	
São Paulo	31	
Rio de Janeiro	13	
Espírito Santo	5	
Sul	81	15,5%
Paraná	77	
Santa Catarina	2	
Rio Grande do Sul	2	

Fonte: TSE

Em 2010, o ex-senador Américo de Souza<sup>57</sup> tentou lançar sua candidatura à presidência da República pelo PSL. O ex-senador registrou sua candidatura no TSE por conta própria. Mas dias antes desse registro o PSL já tinha desistido da corrida presidencial, depois que o TSE divulgou um novo entendimento sobre as propagandas de TV. Essa nova resolução do TSE limitava a participação do número de candidatos à presidência da República nas propagandas de TV e rádio. O posicionamento de desistência do PSL pela corrida presidencial fica exposto no trecho a seguir:

Pelas regras, candidatos a presidente ficam proibidos de aparecer no material de campanha de correligionários que, nos estados, tenham se aliado a partidos com concorrentes ao

---

<sup>57</sup> João Américo de Souza (Coroatá, 4 de fevereiro de 1932) é um economista, advogado, administrador de empresas e empresário. É bacharel em Direito, Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis e pós-graduado em Engenharia Administrativo-Econômica. Foi diretor da Varig (1961-1978). Advogado fundador da OAB em Brasília, elegeu-se deputado federal e senador pelo Maranhão, onde ocupou os cargos de promotor de Justiça, secretário de Estado e procurador-geral de Justiça.. É ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho.

Planalto. A decisão provocou um nó tão grande nas coligações que o TSE prorrogou para agosto um entendimento definitivo. Mesmo assim, o PSL pretende manter a decisão de não ter candidato a presidente para preservar as alianças estaduais. (CORREIO BRAZILIENSE, 12/07/2010)

Roberto Siqueira, secretário-geral do diretório nacional do PSL, não foi informado do registro de Américo de Souza. Siqueira diz sobre a decisão de Américo de concorrer às eleições presidenciais: “Ele sabe da nossa decisão de não disputar a presidência. Aqui em São Paulo, por exemplo, apoiamos o PSB, que apoia a Dilma Rousseff. Portanto, tendo candidato próprio, o PSL não poderia se coligar com eles” (CORREIO BRAZILIENSE, 12/07/2010). Porém, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski, indeferiu o registro da candidatura de Américo de Souza.

Chegadas as eleições gerais de 2010, sem candidato à presidência da República depois da decisão do TSE, o PSL conseguiu eleger um deputado federal e 14 deputados estaduais, porém, não elegeu nenhum senador e governador. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitos 23 prefeitos e 761 vereadores. Nas tabelas 3.13, 3.14 e 3.15, que mostram o desempenho eleitoral do PSL nos poderes municipais no âmbito nacional, podemos observar que houve um discreto crescimento do partido no número de vagas de prefeitos e vereadores conquistadas com relação às eleições de 2008. Na tabela 3.13, o percentual de prefeituras conquistadas foi de 0,4%; houve um pequeno crescimento de 0,2% com relação às eleições de 2008, que foi de 0,2% (valor demonstrado na tabela 3.10). Na tabela 3.14, observamos que o melhor resultado do partido nas prefeituras foi na região Sudeste, principalmente no Estado de Minas Gerais. Na tabela 3.13, os melhores desempenhos nas vagas de vereadores foram as regiões Nordeste e Sudeste, principalmente nos Estados de Minas Gerais e Bahia. No Estado do Paraná, o PSL também teve uma considerável conquista no legislativo municipal, como ocorreu nas eleições municipais anteriores.

Tabela 3.13: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.568 municípios
PSL	23	0,4

Fonte: TSE

Tabela 3.14: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras	Porcentagem por região das 23 prefeituras
Norte	2	8,6%
Amapá	1	
Roraima	1	
Nordeste	7	30,4%
Bahia	2	
Ceará	2	
Paraíba	2	
Sergipe	1	
Sudeste	12	52,1%
Minas Gerais	8	
São Paulo	4	
Sul	2	8,6%
Paraná	2	

Fonte: TSE

Tabela 3.15: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 761 vereadores
Norte	72	9,4%
Tocantins	22	
Pará	16	
Amazonas	16	
Rondônia	8	
Roraima	7	

Amapá	3	
Nordeste	314	41,2%
Bahia	101	
Maranhão	58	
Pernambuco	48	
Ceará	40	
Paraíba	29	
Sergipe	17	
Alagoas	14	
Piauí	5	
Rio Grande do Norte	2	
Centro-Oeste	39	5,1%
Goiás	28	
Mato Grosso do Sul	8	
Mato Grosso	3	
Sudeste	241	31,6%
Minas Gerais	154	
São Paulo	62	
Rio de Janeiro	21	
Espírito Santo	4	
Sul	95	12,4%
Paraná	88	
Rio Grande do Sul	4	
Santa Catarina	3	

Fonte: TSE

Nas eleições de 2014, o PSL apoiou a candidatura de Marina da Silva e no segundo turno, o candidato tucano Aécio Neves. Na Câmara dos Deputados, elegeram apenas um parlamentar e nenhum senador. Já para as Assembleias Estaduais, elegeram 16 deputados.

No fim de 2015, uma ala do partido cria o movimento Livres, sob a liderança de Sergio Bivar<sup>58</sup>, filho de Luciano. Esse movimento era representado por jovens que defendiam o liberalismo econômico e as liberdades individuais, como a legalização da maconha e a união entre pessoas do mesmo sexo. Nesse momento, o partido teve a filiação de Fábio Ostermann<sup>59</sup> e Leandro Narloch<sup>60</sup>.

O objetivo principal do grupo era renovar o PSL de baixo para cima e resgatar os valores liberais do partido presentes na sua fundação. O movimento alcançou a presidência de 12 diretórios estaduais dentro do partido. O grupo defendia pontos como: o direito de liberdade dos indivíduos; a limitação da atuação do Estado, restringindo-se apenas às funções essenciais, como proteção à vida e à liberdade; a igualdade de direitos para expressar suas opiniões; a defesa da livre cooperação social, baseada na limitação das barreiras alfandegárias; a defesa da propriedade privada como uma instituição promotora de integração e mobilidade social; o combate à pobreza por meio da inclusão econômica; a assistência social como um instrumento financiador das demandas dos mais pobres e não como um meio de gerar ofertas de serviços pelo Estado; a abertura para o comércio internacional, reduzindo-se as barreiras para a movimentação de pessoas, bens e capital entre as nações; e, por fim, a proteção ao meio ambiente.

Logo após a movimentação desses jovens dentro do partido, o PSL concorreu às eleições municipais de 2016 e conseguiu o mesmo percentual das eleições de 1996 para prefeitos, com o desempenho de 0,5% em âmbito nacional. Nessas eleições, o

---

<sup>58</sup> Empresário e escritor, empreendedor cívico pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e cofundador do Livres.

<sup>59</sup> Fábio Maia Ostermann (Porto Alegre, 30 de agosto de 1984) é professor, cientista político e ativista liberal brasileiro. É um dos fundadores do Movimento Brasil Livre, do qual se desligou no fim de 2015, e uma das principais lideranças do Livres.

<sup>60</sup> Leandro Narloch (Curitiba, 1978) é um jornalista e escritor brasileiro. Foi repórter da revista *Veja* e editor das revistas *Aventuras na História* e *Superinteressante*, do Grupo Abril.

partido elegeu 30 prefeitos e 878 vereadores. Nas tabelas 3.16, 3.17 e 3.18, podemos acompanhar seu desempenho nos poderes legislativos e executivos municipais. Na tabela 3.16, observamos que o percentual de prefeituras conquistadas pelo PSL nas eleições de 2016 foi o mesmo das eleições de 1996, ambas com a margem de 0,5% em âmbito nacional. Já na tabela 3.17, que discrimina as prefeituras por região, podemos verificar que sua maior expressão foi na região Nordeste do país, com 70% do total, e que o Estado da Bahia correspondeu à metade do total de 30 prefeituras conquistadas pelo partido nas eleições municipais de 2016. E na tabela 3.19 verificamos que as regiões que mais tiveram destaques na ocupação para os cargos de vereadores foram o Nordeste e o Sudeste, e os Estados da Bahia, Minas Gerais e Paraná foram as federações em que o PSL conquistou mais cadeiras nas câmaras municipais. O Estado do Paraná ficou com 100% das vagas ocupadas pelo PSL na região Sul do país, 84 do total de 84.

Tabela 3.16: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional.

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.568 municípios
PSL	30	0,5

Fonte: TSE

Tabela 3.17: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras	Porcentagem por região das 30 prefeituras
Norte	2	6,6%
Tocantins	1	
Roraima	1	
Nordeste	21	70%
Bahia	15	
Paraíba	3	
Ceará	1	
Maranhão	1	
Pernambuco	1	

Centro-Oeste	1	3%
Mato Grosso do Sul	1	
Sudeste	4	13,3%
Minas Gerais	4	
Sul	2	6%
Paraná	2	

Fonte: TSE

Tabela 3.18: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 878 vereadores
Norte	77	8,7%
Pará	22	
Tocantins	20	
Amazonas	15	
Acre	5	
Rondônia	4	
Roraima	4	
Amapá	2	
Nordeste	434	49,4%
Bahia	200	
Paraíba	54	
Maranhão	50	
Pernambuco	44	
Alagoas	37	
Ceará	23	
Piauí	14	
Sergipe	11	
Rio Grande do	1	

Norte		
Centro-Oeste	39	4,4%
Goiás	25	
Mato Grosso	8	
Mato Grosso do Sul	6	
Sudeste	245	27,9%
Minas Gerais	157	
São Paulo	59	
Rio de Janeiro	19	
Espírito Santo	10	
Sul	84	9,5%
Paraná	84	

Fonte: TSE

Em 2017, um acontecimento mudou a história do PSL. Nesse ano, o deputado federal Jair Bolsonaro<sup>61</sup> se aproximou do partido. O principal objetivo dessa aproximação foi lançar a sua candidatura à presidência da República pelo PSL. Adiante, no trecho da entrevista concedida à jornalista Andréia Sadi, da GloboNews, Bivar descreve essa aproximação de Jair Bolsonaro para tornar-se candidato pelo partido; nesse momento, Bolsonaro ainda era deputado federal pelo PSC.

---

<sup>61</sup> Jair Messias Bolsonaro (Glicério, 21 de março de 1955) é capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos, entre 1991 e 2018, tendo sido eleito por meio de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Elegeu-se à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual foi filiado até novembro de 2019. Três de seus filhos também são políticos: Carlos Bolsonaro (vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão), Flávio Bolsonaro (senador fluminense pelo PSL e comandante da legenda no Estado) e Eduardo Bolsonaro (deputado federal por São Paulo, também pelo PSL).

Foi Fernando Francischini<sup>62</sup>, deputado federal, eu também deputado federal. (Francischini fala): olha, o Bolsonaro quer falar com você, Bivar. E (Francischini) insistia naquilo. Andreia Sadi pergunta: Que ainda era uma bancada nanica? Luciano: Era uma bancada nanica, era uma bancada de 3 deputados. Aí num dia fui, desci no gabinete de Francischini. Aí estava Francischini, Bolsonaro, Eduardo<sup>63</sup>, Bibianno<sup>64</sup> e tava o Juliano, toda a equipe e tal... para conversar. E eu disse (Luciano Bivar): Eu quero que você seja tão eleito, eu prefiro que você vá a outro partido que tenha dinheiro, porque eu só tenho 14 milhões. Que é a cota, que é a primeira vez que o partido vai ter cota. E é uma besteira comparada com seus concorrentes. E ele (Jair Bolsonaro) me falou: mas eu não preciso de dinheiro. Aí eu disse (Luciano Bivar): Que ótimo, presidente, que ótimo Jair, eu chamo ele de Jair. E eu disse (Luciano Bivar): eu acho que o candidato, que está liderando, que é o Lula. O meu sentimento é que ele vai ser preso. Você é o líder. E eu acho que não pode perder essa oportunidade. E eu acho que você se agrupe a um outro grande partido. E quando eu vou saindo da sala dele, me

---

<sup>62</sup> É formado em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. É evangélico, membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Tornou-se delegado da Polícia Federal (PF) depois de ter sido oficial do Exército Brasileiro, no 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, em Curitiba; e oficial da Polícia Militar do Paraná, quando comandou a RONE e o COE – Batalhão de Operações Especiais (PMPR) (BOPE). É um dos parlamentares a apoiar publicamente a Operação Lava Jato. É a favor da PEC 412/2009,<sup>[4]</sup> que, segundo os defensores, dá autonomia à PF. Também é deputado federal do Paraná pelo PSL.

<sup>63</sup> Eduardo Nantes Bolsonaro (Rio de Janeiro, 10 de julho de 1984) é um policial federal e político brasileiro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Filho do atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é deputado federal pelo Estado de São Paulo desde 2015.

<sup>64</sup> Gustavo Bebianno Rocha (Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1964 — Teresópolis, 14 de março de 2020) foi um advogado e político brasileiro. Exerceu o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República em 2019. Foi presidente nacional do PSL de 7 de março de 2018 até 28 de outubro de 2018.

disse (Jair Bolsonaro): Bivar! E eu disse (Luciano Bivar): diga, Jair? Ele me disse (Jair Bolsonaro): o PSL pode ser meu grande paraquedas. E eu disse (Luciano Bivar): Pode. (Entrevista #EmfococomAndreiaSadi, da GloboNews, em 8 de novembro de 2019)

Depois dessa conversa no gabinete de Francischini, a filiação e a pré-candidatura de Jair Bolsonaro pelo PSL foram oficializadas na imprensa. Em 5 de janeiro de 2018, Bolsonaro e Bivar divulgam uma nota à imprensa sobre a filiação e o compromisso firmado entre ambos para a pré-candidatura à presidência da República. A nota dizia o seguinte:

O Presidente Nacional do Partido Social Liberal/PSL, Luciano Bivar, e o Deputado Federal Jair Bolsonaro, comunicam aos órgãos de imprensa e toda a sociedade que estão juntos em defesa do projeto que irá mudar o Brasil a partir do próximo ano. É com muito orgulho que o PSL recebe o Deputado Jair Bolsonaro e sua pré-candidatura à presidência da República. Outrossim, é com muita honra que o deputado se sente abrigado pela legenda, e muito à vontade em um partido onde existe total comunhão de pensamentos. Tanto para o Presidente Luciano Bivar quanto para o Deputado Jair Messias Bolsonaro, são prioridades para o futuro do país o pensamento econômico liberal, sem qualquer viés ideológico, assim como o soberano direito a propriedade privada e a valorização das forças armadas e de segurança. Ambos comungam também da necessidade de preservar as instituições, proteger o Estado de Direito em sua plenitude e defender os valores e princípios éticos e morais da família brasileira. (G1, 5/01/2018)

Após sua filiação ao partido, o movimento Livres se afasta do PSL e transforma-se em um movimento liberal suprapartidário, que tem como objetivo desenvolver novas lideranças, políticas públicas e projetos de impacto social. Na concepção do grupo, o projeto de Bolsonaro tinha valores econômicos e de costumes completamente diferentes do que eles defendiam. Uma matéria na capa do jornal *O*

*Estado de São Paulo* de 6 de janeiro de 2018 dizia o seguinte: “Bolsonaro vai para o PSL e liberais saem do partido.” Nas falas de Sergio Bivar, líder do Livres, Bolsonaro é uma espécie de Lula: “Aos meus olhos, Bolsonaro é como o Lula, um candidato antissistema, carismático, com ares messiânicos de justiceiro, dotado de uma visão estatista e autoritária, que surfa na demagogia.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 6/01/2018, p. 1).

Como pré-candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro começa sua campanha pelo Brasil. Nesse momento, em comícios e entrevistas, defendia ideias como: o direito de porte de armas de fogo, a legalização do garimpo, pautas de costumes e de segurança pública, privatizações de empresas estatais e reforma no regime previdenciário; além disso, assumiu o compromisso de deixar o cargo de ministro da Economia para Paulo Guedes, um economista liberal e defensor das privatizações.

Em março, Luciano Bivar deixa a presidência nacional do PSL e Gustavo Bebianno assume o posto. Em 22 de julho de 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência da República pelo partido é oficializada. Bolsonaro foi escolhido por aclamação pelos correligionários do partido no encontro nacional da legenda que ocorreu no Rio de Janeiro, porém, a escolha do vice foi adiada. No dia 4 de agosto de 2018, ocorreu outra reunião dos membros da comissão executiva nacional do PSL, no Business Center do Hotel Gran Nobile Barra, na Barra da Tijuca – Rio de Janeiro. Conforme a ata dessa reunião, participaram Gustavo Bebbiano e Eduardo Nantes Bolsonaro, entre outros. A pauta principal desse encontro foi a escolha da candidatura do vice-presidente Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família imperial brasileira. Porém, essa escolha foi negada por Luiz Philippe, e no dia seguinte o general da reserva Hamilton Mourão<sup>65</sup> tornou-se o vice de Jair Bolsonaro.

---

<sup>65</sup> Antônio Hamilton Martins Mourão (Porto Alegre, 15 de agosto de 1953) é um general da reserva do Exército Brasileiro e o atual vice-presidente do Brasil, desde 2019. Em 28 de fevereiro de 2018, após longa atuação na carreira militar — marcada por diversos comandos exercidos e algumas opiniões polêmicas —, passou para a reserva remunerada. Em 5 de agosto, foi anunciado como candidato a vice-presidente da República, na chapa encabeçada pelo deputado Jair Bolsonaro, sendo eleito ao cargo em 28 de outubro daquele ano.

Nesse mesmo mês de 2018, a proposta de governo de Jair Bolsonaro e do PSL foi enviada ao TSE. A Proposta de Plano de Governo, com o título “O caminho da prosperidade” e o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, contém 81 páginas e é dividido em cinco partes. No início do plano de governo, é fixado o compromisso de criar uma administração decente, que tem como objetivo tirar o Brasil de uma crise ética, moral e fiscal. O objetivo aqui é construir um governo sem “toma lá, dá cá”, sem acordos espúrios.

A parte “Valores e compromissos” está dividida em cinco seções. Na primeira, “O fruto da vida é sagrado!”, defende-se: o respeito à liberdade de escolhas dos brasileiros, desde que essas escolhas não interfiram na vida do próximo; uma economia de livre iniciativa, pautada na propriedade privada; a proteção à instituição familiar; o Estado não deve interferir nas vidas dos membros da família. Na segunda seção, “Liberdade e fraternidade!”, os principais pontos abordados são: combater o crime, a corrupção e as ideologias perversas; defender a fraternidade como sendo a compaixão ao próximo; construir uma Nação mais forte, humana e fraterna, com menos excluídos. Na terceira seção, “Direitos e deveres!”, os pontos defendidos são: proteger a lei e a Constituição; preservar os direitos de todos os cidadãos, e esses têm o dever de obedecerem às leis. Na penúltima seção, “Imprensa livre e independente”, os pontos são: defender a liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa; contra a regulação e controle da mídia. Na última seção, “A nossa bandeira é verde-amarela”, o objetivo é livrar o Brasil de 30 anos da dominação do marxismo cultural e do gramscismo. Essas correntes uniram-se com as oligarquias corruptas do país.

A parte “A nova forma de governar! Mais Brasil, menos Brasília” está dividida em seis seções. Na primeira, “2019 será o ano da mudança, nossa vitória será contra a servidão!”, tem-se como compromisso o controle da inflação e a criação de empregos. Além disso, ressalta-se a construção de um governo liberal democrata, pois a esquerda, durante os 30 anos no poder, estagnou a economia brasileira e corrompeu a nossa democracia. Na segunda seção, “Tudo será feito dentro da lei, nossa constituição precisa ser respeitada”, os pontos ressaltados são: a defesa da Constituição como a lei máxima do nosso país e a desconstrução do viés autoritário do Foro de São Paulo, que enfraqueceu as instituições democráticas. Na terceira, “Desafios urgentes: contra a criminalidade, corrupção e aparelhamento do Estado para estancar os estragos e iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da democracia”, são elucidados

pontos como: combate às altas taxas de homicídios; eliminação da epidemia do crack, que foi introduzido no Brasil pelas filiais das Farc; combate da corrupção generalizada; e geração de emprego para os mais de 13 milhões de desempregados no país. Na quarta seção, “Liberalismo econômico”, é ressaltada a importância da economia de mercado para o mundo, pois o liberalismo é o maior responsável pela geração de empregos, renda, redução da inflação, baixa de juros e inclusão social. Conforme o plano, o liberalismo tem tirado bilhões de pessoas da miséria no mundo inteiro. Porém, o Brasil nunca adotou os valores liberais, pois o dirigismo, o populismo e a corrupção impediram a instalação do liberalismo no país. Na quinta seção, “O problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção”, o plano aborda a redução do déficit primário de 139 bilhões de reais gerado pelo governo PT. Defende também equilibrar as contas públicas, pois o governo PT deixou déficits na Previdência Social e nas contas tributárias. Na última seção, “O Brasil é maior que nossos problemas”, o plano afirma novamente o compromisso de combate à corrupção e o respeito à Constituição.

A parte “A nova forma de governar! Estrutura e gestão” está dividida em quatro seções. Na primeira, “Redução de ministérios”, o plano de governo compromete-se a reduzir o número elevado de ministérios criados pelo governo PT, que tem 29 no total. Reduzir o número é cortar gastos públicos. Na segunda seção, “Orçamento base zero”, os compromissos assumidos são: fiscalização mais rigorosa do desempenho dos servidores públicos e controle dos gastos públicos. Na terceira seção, “Mais Brasil, menos Brasília”, os compromissos são: descentralização do poder do executivo federal e redistribuição de poder para os ministérios, governos estaduais e prefeituras. Na última seção, “Um governo que confia nos brasileiros!”, o objetivo é: eliminar a burocracia, pois esta alimenta a corrupção.

A parte “Mais Brasil, menos Brasília: linhas de ação” é dividida em duas grandes temáticas: “segurança e combate à corrupção” e “saúde e educação”.

Na seção “Segurança e combate à corrupção”, os pontos principais defendidos são: reduzir a taxa de homicídios; legalizar armas de fogo, pois os países que têm índices menores de homicídios são aqueles que legalizaram seu uso – no plano, o motivo de os Estados do Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Bahia e Ceará apresentarem os piores índices de homicídios é porque estes foram administrados por governos de esquerda. Além disso, ressalta a diminuição da taxa de homicídios na

Colômbia devido à derrota das Farc e relata também a participação destas no Foro de São Paulo, organizado pelo PT –; reduzir os assassinatos de policiais; combater os estupros de crianças e mulheres; reduzir a maioria penal para 16 anos; combater as invasões às propriedades privadas urbanas e rurais; resgatar a importância das Forças Armadas, que foram alvos de ataques ideológicos de esquerda ao longo do tempo, entre os quais, a tentativa de golpe comunista no Brasil em 1964; amparar as Forças Armadas com equipamentos modernos e torná-las um órgão importante no combate ao crime organizado; e criar um Colégio Militar em todas as capitais dos estados em dois anos.

Na seção “Saúde e educação”, ainda da parte “Mais Brasil, menos Brasília: Linhas de ação”, o plano prevê manter os atuais custos na saúde, sem mais investimentos financeiros; pretende criar um prontuário eletrônico interligado; criar o Credenciamento Universal dos médicos, medida pela qual todo médico brasileiro poderá atender por qualquer plano; manter o programa Mais Médicos, do governo anterior, permitindo que cubanos continuem trabalhando no Brasil; incluir os profissionais de educação física no programa de Saúde da Família. Na área da educação, também prevê manter os atuais custos – de acordo com os dados do plano, o Brasil gasta muito com educação e encontra-se nas últimas colocações no desempenho escolar mundial –; combater a sexualização precoce e a doutrinação nas escolas; modernizar o conteúdo, excluindo a ideologia de Paulo Freire da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); impedir a aprovação automática e a indisciplina dentro das escolas; fomentar o empreendedorismo no ensino superior e reforçar o ensino a distância, principalmente em áreas rurais; e estimular a integração das pesquisas científicas com a iniciativa privada.

A parte “Economia e infraestrutura” é dividida em duas seções. Na primeira, sobre economia, os pontos ressaltados são: priorizar o crescimento econômico, pois possibilita erradicar a fome, a miséria e as altas taxas de desemprego; controlar as contas públicas; combater a inflação; tornar independentes o Banco Central e o Ministério da Economia, deixando de sofrer interferência do governo federal; manter os atuais gastos da administração pública, sem investimentos financeiros; cortar despesas; reduzir a dívida pública; privatizar imóveis federais, com o objetivo de reduzir a dívida imobiliária da União; privatizar empresas estatais; reformar a previdência, dentro do modelo de capitalização; reduzir a carga tributária, com as privatizações e desburocratização da máquina pública; criar um programa de renda mínima em

substituição ao programa Bolsa Família, que, conforme o plano, foi inspirado em pensadores liberais, como Milton Fridman; abrir o comércio internacional, com redução de alíquotas de importação e barreiras não tarifárias. Na seção “Infraestrutura”, o plano é também abordar a desburocratização e a privatização; implantar ideais liberais nesse setor; criar energia limpa, renovável e solar, com aparelhos fotovoltaicos no Nordeste; equiparar os preços praticados pela Petrobrás com os do mercado internacional; investir no setor de gás natural; formular os preços de energia, inclusive de combustíveis; eliminar o monopólio da Petrobrás sobre o gás natural; participação privada nos aeroportos e a promessa de não atacar e nem desprezar democracias importantes, como EUA, Israel e Itália.

Após a elaboração do seu plano de governo para a corrida eleitoral de 2018, Bolsonaro entra em campanha pelo Brasil. A sua candidatura recebeu apoio do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), que indicou para vice o general Hamilton Mourão, e teve também o apoio de alguns parlamentares do Partido Social Cristão (PSC). Bolsonaro não contou com grande estrutura partidária e de muito tempo na propaganda televisiva e de rádio. Porém, teve grande mobilização em redes sociais digitais, com baixo custo.

Nas pesquisas de intenção de votos alguns meses antes da eleição, Bolsonaro estava em segundo lugar. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recorria contra o processo de inelegibilidade, estava em primeiro. Porém, seu processo foi indeferido, e Fernando Haddad transformou-se em seu sucessor. Em campanha eleitoral na cidade de Juiz de Fora, Bolsonaro sofreu um atentado ao ser atingido por uma faca. No hospital, passou por diversas intervenções cirúrgicas, o que o impossibilitou de participar de vários debates entre os candidatos à presidência.

Chegada a eleição presidencial de 2018, Bolsonaro, do PSL, ficou com 49.277.010 votos (46,03%) contra 31.342.051 votos (29,28%) de Fernando Haddad, do PT, no primeiro turno. O segundo turno confirmou a vitória de Bolsonaro, com 57.797.847 votos (55,13%), e Fernando Haddad em segundo, com 47.040.906 votos (44,87%).

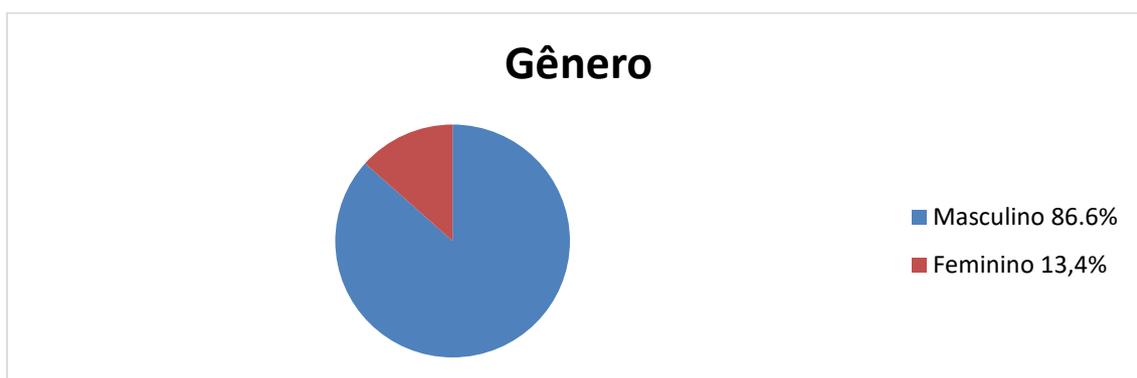
O grande resultado de votos de Bolsonaro, mais de 49 milhões, possibilitou ao PSL eleger 52 deputados federais, quatro senadores, 76 deputados estaduais e três governadores. O PSL tornou-se a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados,

atrás apenas do PT. A eleição de 2018 representou o melhor resultado do PSL desde a sua fundação em 1994. Na Câmara dos Deputados, o partido deixou de ser uma legenda nanica para transformar-se na segunda maior legenda, e importantíssima nas pautas decisórias do Congresso. Na fala de Bivar, “O partido hoje ficou maior que eu; muito maior. Se no passado eu tinha uma influência, agora não tenho. Você tem uma bancada inteira” – entrevista concedida em 8 de novembro de 2019 à GloboNews.

### 3.3. A geografia do voto do PSL: Eleições de 2018 e 2020

Esta seção tem como objetivo analisar o perfil dos candidatos eleitos pelo PSL em 2018 e demonstrar o percentual eleitoral conquistado pelo partido nas eleições municipais de 2020. Nas eleições gerais de 2018 para o legislativo, conforme o TSE, foram 134 candidatos eleitos no Brasil inteiro. Pelo site do órgão, foram eleitos três senadores, 51 deputados federais, 74 deputados estaduais, três para 1º suplente de senador e três para 2º suplente de senador. A análise do perfil dos eleitos pelo PSL tem como base esses dados estatísticos apresentados pelo TSE. No primeiro gráfico em formato de pizza, observamos o gênero de candidatos eleitos pelo PSL, e podemos verificar a predominância do gênero masculino: dos 134 eleitos, 116 são homens e 18 são mulheres.

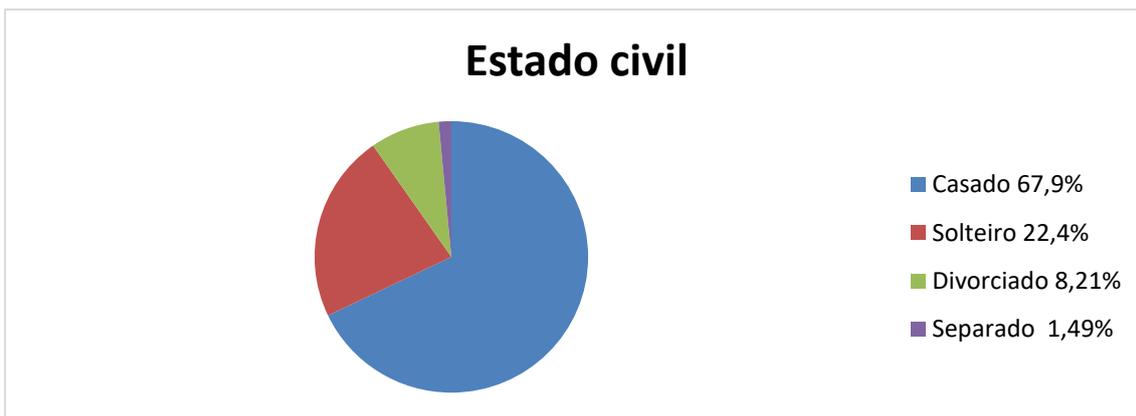
Gráfico 1: Porcentagem de candidatos eleitos pelo PSL por gênero.



Fonte: TSE

No segundo gráfico, que tem como objetivo demonstrar o estado civil dos candidatos, observamos a predominância dos casados, 91 dos 134 candidatos do PSL.

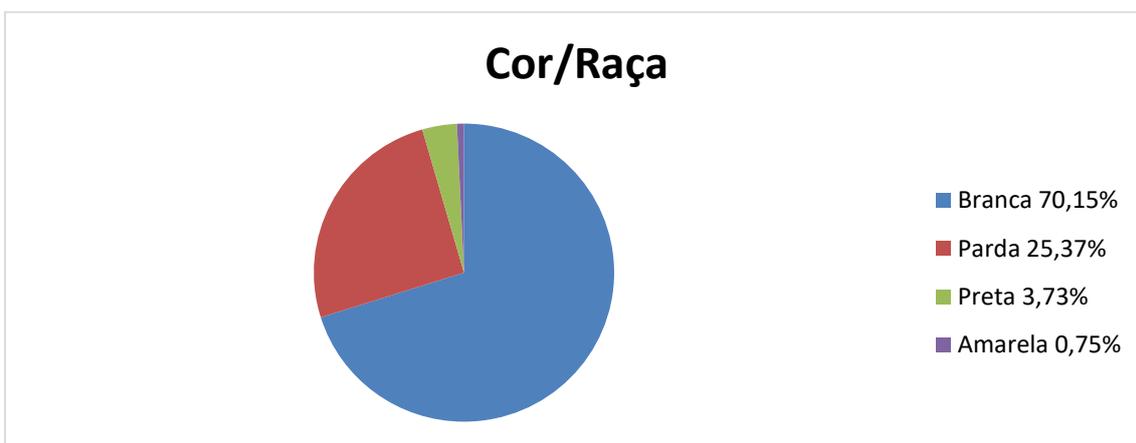
Gráfico 2: Porcentagem de candidatos eleitos pelo PSL por estado civil.



Fonte: TSE

Já no gráfico relacionado a cor, podemos observar o domínio de candidatos brancos do PSL. Os candidatos negros eleitos pelo partido representam apenas 3,73%, com cinco representantes, enquanto a cor branca foi de 94 representantes do total de 134.

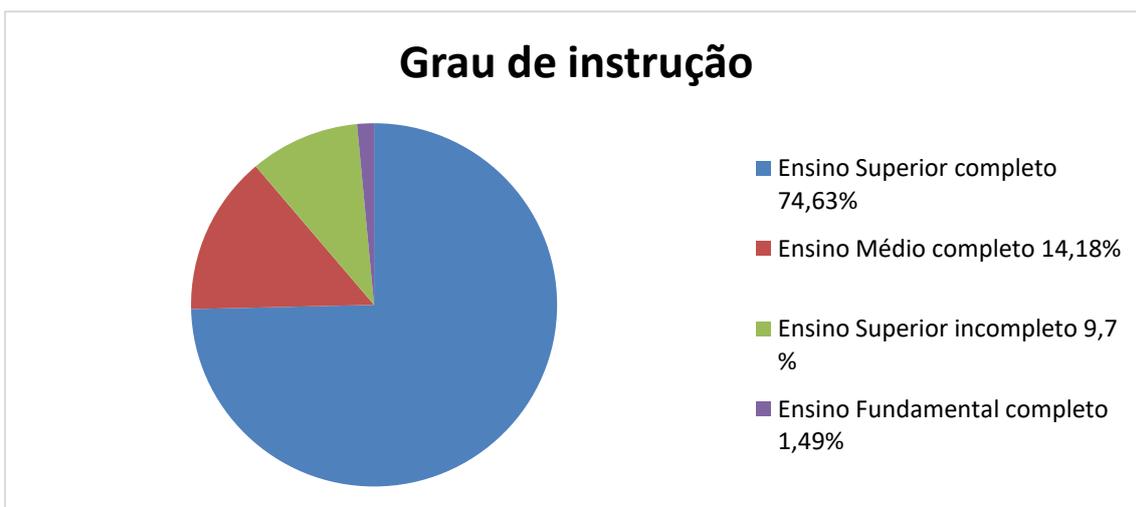
Gráfico 3: Porcentagem de candidatos eleitos pelo PSL por cor.



Fonte: TSE

No quarto gráfico, sobre o grau de instrução, verificamos que a maioria dos candidatos eleitos pelo PSL autodeclarara possuir o ensino superior completo. Foram 100 candidatos do total de 134. Nenhum representante eleito se autodeclarou analfabeto.

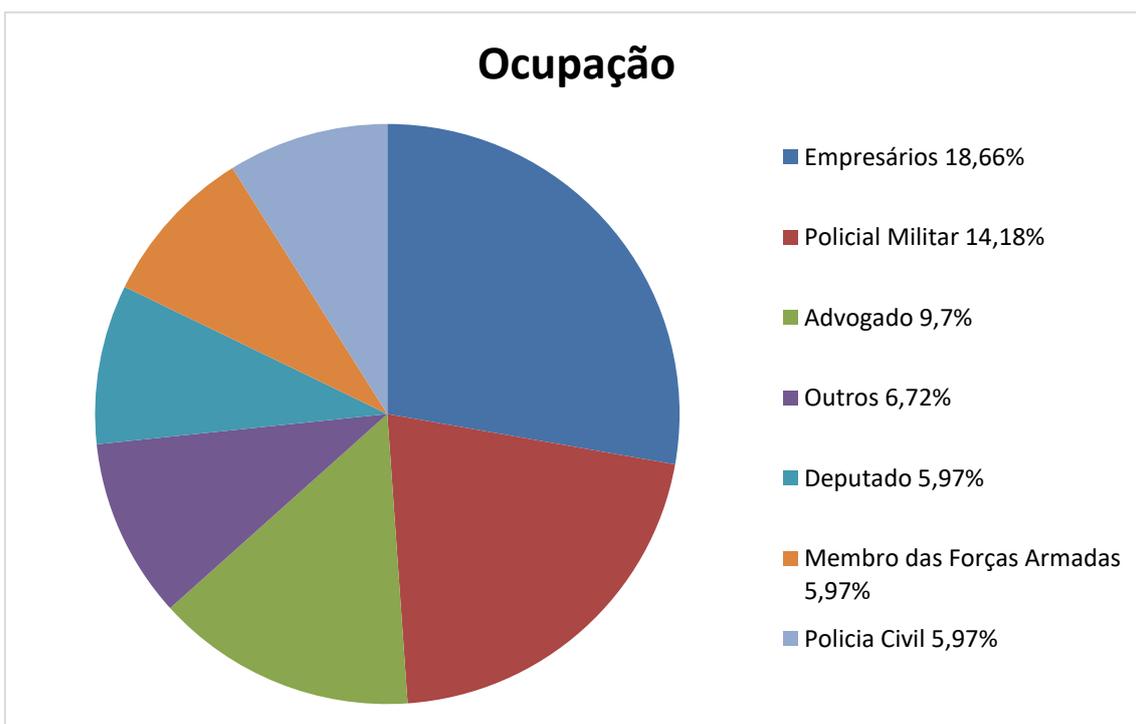
Gráfico 4: Porcentagem de candidatos eleitos pelo PSL por grau de instrução.



Fonte: TSE

No gráfico de ocupação profissional, verificamos um fato interessante: a maioria dos candidatos eleitos pelo PSL era composta de militares, como policiais civis e militares e membros das Forças Armadas. Foram 35 do total de 135. O grupo de empresários também foi relevante. Com relação à análise de todos os gráficos, foi constatado que a maioria dos candidatos eleitos pelo PSL era da cor branca, do gênero masculino, militar e com ensino superior completo.

Gráfico 5: Porcentagem de candidatos eleitos pelo PSL por ocupação.



Fonte: TSE

Em 2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, acabou se desligando do PSL. Não abordaremos os motivos da desfiliação e suas principais ações de governo no seu primeiro ano de mandato neste subcapítulo, pois não é nosso objetivo principal aqui, e sim reforçar as diretrizes ideológicas do partido em entrevista concedida à jornalista da GloboNews Andreia Sadi, em 2019, a respeito desse episódio de possível desligamento entre Bivar e Bolsonaro. Bivar relata o seguinte: “Você tem hoje um conservadorismo radical (linha bolsonarista) e você tem o liberalismo (dentro do partido). Então, essas duas correntes ideológicas hoje. Eu acho que elas dificilmente podem viver sob um mesmo teto.”.

Com relação às eleições municipais de 2020, seguiremos com os mesmos objetivos que nos subcapítulos anteriores, relatando o percentual de prefeituras conquistadas e os números de vereadores por estados. Na tabela 3.19, a seguir, observamos que o PSL obteve seu melhor resultado nas eleições do executivo municipal desde a sua fundação em 1994; alcançou o percentual de 1,6% no total de 5.570 prefeituras existentes em 2020.

Tabela 3.19: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional

Partido	Número de prefeituras	Porcentagem com o total de 5.570 municípios
PSL	90	1,6

Fonte: TSE

Tabela 3.20: Porcentagem de prefeituras conquistadas pelo PSL em âmbito nacional ao longo de toda a sua história

Ano	Número de prefeituras	Porcentagem de prefeituras conquistadas %
1996	11	0,2
2000	26	0,5
2004	25	0,4
2008	15	0,2
2012	23	0,4
2016	30	0,5

2020	90	1,6
Varição (Média)	31	0,54

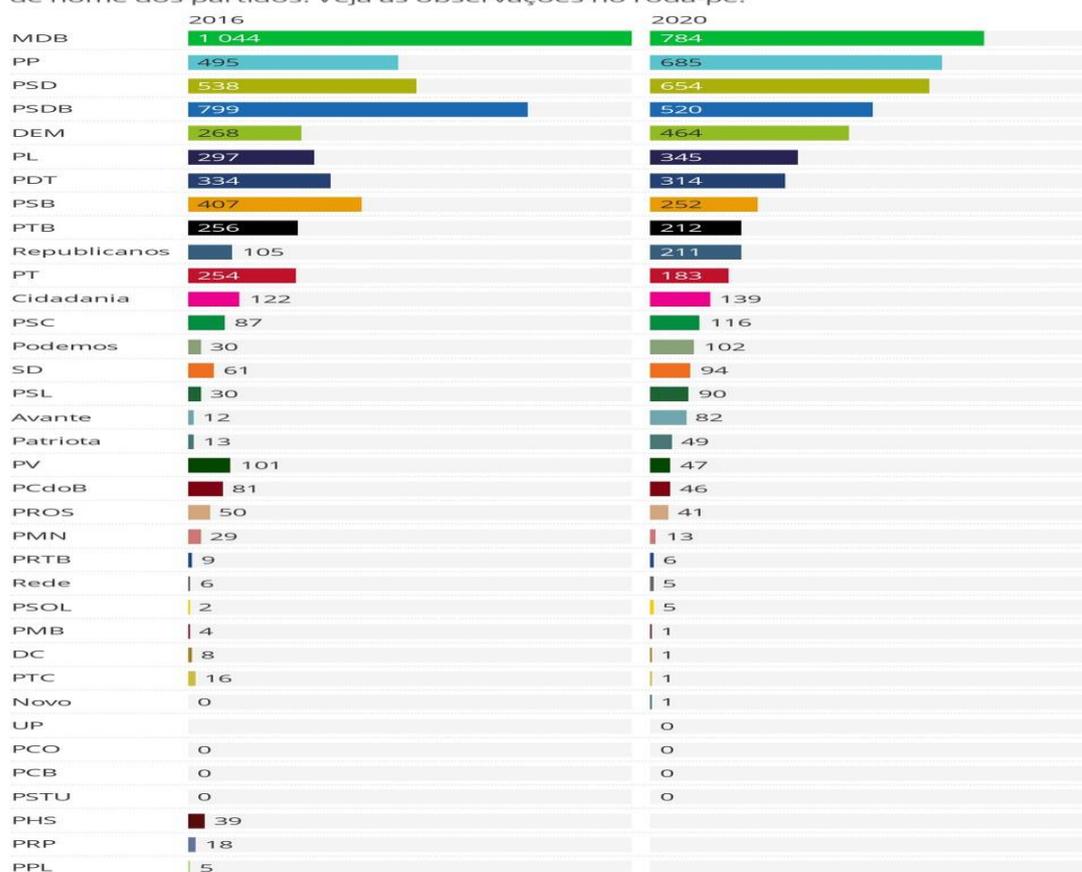
Fonte: TSE

Na tabela geral 3.20, pode ser constatado que entre as eleições de 2016 e 2020 o PSL teve um crescimento de 1,1%, ocupando 60 prefeituras a mais na segunda. Esse crescimento ocorreu mesmo depois da saída de Bolsonaro do partido, em 2019. Antes de 2020, o PSL tinha uma média de 0,3%, aproximadamente, de ocupação de prefeituras. Porém, mesmo com esse crescimento, o partido não mostrou grandes percentuais em relação ao poder executivo municipal, se comparado com outros partidos, como, por exemplo: MDB, com 14% (784 prefeituras), em primeiro lugar; e PP, com 12,2% (685 prefeituras), em segundo lugar – mas acima de partidos tradicionais da esquerda, como o PCdoB e o PSOL. No quadro geral a seguir, retirado do site do G1, podemos verificar que o PSL ocupa apenas a 16ª posição no quadro geral de partidos. Em relação a partidos de direita, como o PP e o PL, está bastante atrás em resultado eleitoral.

Tabela 3.21: Número de prefeituras conquistadas por todos os partidos brasileiros nas eleições de 2016 e 2020.

## 2016 x 2020: nº de prefeitos eleitos por partido no Brasil

Levantamento considera dados das últimas duas eleições municipais e mudança de nome dos partidos. Veja as observações no rodapé.



\*PTN virou Podemos (PODE) em maio de 2017; PTdoB virou Avante em setembro de 2017; PEN virou Patriota em abril de 2018; PMDB virou MDB em maio de 2018; PSDC virou DC em maio de 2018; PPS virou Cidadania em março de 2019; PR virou PL em maio de 2019; PRB virou Republicanos em agosto de 2019. UP foi fundado em dezembro de 2019. PHS, PRP e PPL foram extintos.

Fonte: G1/TSE

Fonte: G1

Na tabela 3.21, a seguir, podemos observar que o maior número de prefeituras conquistadas na eleição de 2020 pelo PSL foi na região Sul do país, com 48,8% do total de 90 prefeituras, e no Estado do Paraná, o maior número entre todas as federações da União, com 24 do total de 90. Já a tabela 3.22 mostra as prefeituras conquistadas pelo partido ao longo de toda a sua história. Verificamos que na região Norte o PSL manteve um número constante de prefeituras, entre dois a quatro. Já na região Nordeste, teve sua maior perda em 2020 com relação às eleições municipais de 2016, caindo de 21 para oito. Entretanto, nas regiões Sul e Sudeste do país, o partido apresentou um crescimento considerável nas eleições de 2020 com relação às eleições municipais anteriores, principalmente nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Tabela 3.21: Porcentagem de prefeituras conquistadas por região.

Região	Número de prefeituras	Porcentagem por região das 90
--------	-----------------------	-------------------------------

		prefeituras
Norte	4	4,4%
Tocantins	3	
Acre	1	
Nordeste	8	8,8%
Pernambuco	5	
Maranhão	2	
Bahia	1	
Centro-Oeste	9	10%
Goiás	5	
Mato Grosso	4	
Sudeste	25	27,7%
Minas Gerais	14	
São Paulo	9	
Espírito Santo	2	
Sul	44	48,8%
Paraná	24	
Santa Catarina	13	
Rio Grande do Sul	7	

Fonte: TSE

Tabela 3.22: Número de prefeituras conquistadas por região ao longo de 26 anos de história.

Região/Ano	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Norte	2		4	1	2	2	4
Acre							1
Amazonas	2		3				

Amapá					1		
Pará				1			
Tocantins			1			1	3
Roraima					1	1	
Rondônia							
Nordeste	4	14	6	4	7	21	8
Alagoas		3					
Bahia	4	8	1	1	2	15	1
Ceará				1	2	1	
Maranhão			1	1		1	2
Paraíba		2	3	1	2	3	
Pernambuco		1	1			1	5
Rio Grande do Norte							
Sergipe					1		
Centro-Oeste						1	9
Goiás							5
Mato Grosso							4
Mato Grosso do Sul						1	
Sudeste	4	3	7	8	12	4	25
Espírito Santo							2
Minas Gerais	1	1	4	7	8	4	14
São Paulo	3	2	3	1	4		9
Rio de Janeiro							

Sul	1	9	8	2	2	2	44
Santa Catarina							13
Paraná	1	9	8	2	2	2	24
Rio Grande do Sul							7

Fonte: TSE

Por fim, a tabela 3.23 demonstra o percentual de vereadores eleitos pelo PSL em 2020 por região. Nessa tabela, observamos que o partido conquistou mais vagas nas câmaras municipais nas regiões Sudeste e Sul do país. Aqui também constatamos que o Estado do Paraná teve o maior número de vereadores eleitos em comparação aos outros estados, representando 18,7% do total de 1.196 vereadores eleitos pelo partido.

Tabela 3.23: Porcentagem de vagas de vereadores conquistadas por região.

Região	Número de vereadores	Porcentagem por região dos 1.196 vereadores
Norte	63	5,2%
Tocantins	31	
Rondônia	13	
Pará	8	
Amapá	7	
Roraima	2	
Acre	2	
Nordeste	159	13,2%
Pernambuc	54	

o		
Maranhão	34	
Paraíba	16	
Piauí	15	
Ceará	14	
Bahia	14	
Alagoas	6	
Rio Grande do Norte	3	
Sergipe	3	
Centro-Oeste	114	9,5%
Goiás	61	
Mato Grosso	37	
Mato Grosso do Sul	16	
Sudeste	427	35,7%
Minas Gerais	216	
São Paulo	159	
Rio de Janeiro	40	

Janeiro		
Espírito Santo	12	
Sul	393	32,8%
Paraná	224	
Santa Catarina	132	
Rio Grande do Sul	37	

Fonte: TSE

Na tabela 3.24, que analisa o número de cadeiras conquistadas pelo PSL nas câmaras municipais ao longo de toda a sua história, podemos observar que o partido apresentou uma considerável queda na região Nordeste do país em 2020, se comparado com as eleições anteriores, principalmente no Estado da Bahia. Em contrapartida, teve um crescimento nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, principalmente nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

Tabela 3.24: Número de vagas de vereadores conquistadas por região ao longo de 26 anos.

Região/Ano	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Norte	19	40	77	54	72	77	63
Acre	2			1		5	2
Amazonas	17	13	25	19	16	15	
Amapá		7		1	3	2	7
Pará		2	11	14	16	22	8
Tocantins			21	9	22	20	31
Roraima		14	6	1	7	4	2
Rondônia		4	14	9	8	4	13

Nordeste	174	268	201	221	314	434	159
Alagoas	5	25	20	25		37	6
Bahia	104	126	76	71	101	200	14
Ceará	2	4	14	28	40	23	14
Maranhão	28	11	15	28	58	50	34
Paraíba	1	17	13	19	29	54	16
Pernambuco	29	76	46	35	48	44	54
Piauí		6	4	3	5	14	15
Rio Grande do Norte			7	5	2	1	3
Sergipe	5	8	6	4	17	11	3
Centro-Oeste		18		7	39	39	114
Goiás		18		5	28	25	61
Mato Grosso				1	3	8	37
Mato Grosso do Sul				1	8	6	16
Sudeste	114	77	118	160	241	245	427
Espírito Santo		1	9	5	4	10	12
Minas Gerais	13	27	56	111	154	157	216
São Paulo	94	37	40	31	62	59	159
Rio de Janeiro	7	12	13	13	21	19	40
Sul	7	86	109	81	95	84	393
Santa Catarina	5	6	5	2	3		132

Paraná	2	80	101	77	88	84	224
Rio Grande do Sul			3	2	4		37

Fonte: TSE

### 3.4. Apontamentos dos programas e manifestos do PSL

Neste subcapítulo iremos relatar as principais agendas políticas defendidas pelo PSL por meio dos seus programas e manifestos. Nosso principal foco é verificar possíveis mudanças e continuidades nos tópicos dessas agendas, como: democracia, economia, política agrária, relações exteriores, intervenção do Estado, bem-estar, política social, segurança nacional e segurança pública. Analisando a agenda política do PSL, iremos verificar as continuidades e descontinuidades da sua localização conservadora entre 1994 e 2020. Aqui, os documentos analisados serão os programas e manifestos de 1995 e os ideais defendidos pelo partido em 2021, disponíveis no seu site oficial.

- Democracia

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos em 2021 (PSL)
Democracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Somente o social-liberalismo pode sustentar as práticas democráticas.</li> <li>➤ A democracia deve estar pautada na liberdade. Liberdade aqui entendida como o respeito pelo espaço do outro, sendo esse o limite. Conforme o programa, essa liberdade consciente é mais eficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Proteção à democracia e à liberdade de cada cidadão.</li> <li>➤ Defende um Estado limitado, descentralizado e tripartido.</li> <li>➤ Defesa da democracia representativa.</li> </ul>

do que as instituições político-sociais de regime fortes.

- A realização da democracia só ocorre com a efetiva prática da democratização das oportunidades de acesso à terra, à habitação, à educação e pelo permanente esforço e vigilância contra os inimigos da liberdade, que se valem de discursos políticos em épocas eleitorais.

Sendo a melhor opção existente, mesmo com suas imperfeições.

Nesta seção, podemos observar que democracia é sinônimo de liberdade, sendo responsabilidade dos Estados Democráticos de Direito proteger e zelar pelas múltiplas liberdades dos indivíduos. Esse pensamento fica claro tanto no programa de 1995 quanto nos posicionamentos de 2021, disponíveis no site oficial do PSL. Entretanto, o programa de 1995 enfatiza que o único sistema capaz de sustentar as práticas democráticas é o liberal social. Nesse documento, podemos observar a preocupação do programa do partido em defender propostas sociais como alicerces da democracia, entre elas, acesso a habitação e a educação. Já no posicionamento de 2021 não encontramos esses ideais sociais como alicerces da democracia, e outro ponto relevante é a limitação do Estado para a manutenção das instituições democráticas.

- Economia

Programa/Manifesto de 1995      Posicionamentos de 2021

Economia

(PSL)

- Na economia, o Estado é mero prestador de serviços públicos e deve se afastar por completo da competição empresarial.
- A responsabilidade do crescimento econômico do país é dos empresários brasileiros. O Estado não deve interferir nessa questão.
- Visa ao crescimento da produção para conter uma possível explosão inflacionária.
- Somente pelo aumento da produção se consegue criar empregos e aumentar a receita, com a elevação da carga tributária.
- Estimular as pequenas e médias empresas.
- Somente o desenvolvimento econômico é capaz de proporcionar riquezas favorecendo uma política social.
- Defende a geral privatização de forma racional e responsável.
- A produção deve ser de

(PSL)

- Incentivo a toda forma de livre iniciativa privada, mediante adoção de políticas econômicas liberais, a fim de produzir maior riqueza e melhor distribuição.
- O Estado deve intervir o menos possível na vida econômica do país, permitindo que os indivíduos e empresas atuem livremente.
- O liberalismo econômico é sinônimo de riqueza dos países, comprovado historicamente.
- Incentivo de todas as formas de iniciativa privada.

responsabilidade única da iniciativa privada.

- O conservadorismo exagerado atrasa o desenvolvimento.

Nesse tópico, o programa e manifesto de 1995 e o posicionamento de 2021 defendem a não interferência do Estado na economia. A função do Estado é meramente de prestador de serviços públicos, deve deixar para a iniciativa privada a gestão da vida econômica. O programa de 1995 ressalta também a responsabilidade dos empresários brasileiros no desenvolvimento econômico do país e, além disso, valoriza a privatização de forma racional.

- Política Agrária

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Política Agrária	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A reforma agrária fortalece a democracia e o capitalismo.</li><li>➤ Defende a fixação do homem no campo, pois diminui a concentração populacional nas metrópoles.</li><li>➤ A terra é direito do homem. Para isso, a divisão das terras deve começar pelas terras improdutivas do Estado.</li><li>➤ Evita investimentos em desapropriações.</li></ul>	

Nessa seção, relacionada à reforma agrária, podemos observar que o programa de 1995 ressalta a divisão de terras para os trabalhadores urbanos, sendo a terra um direito do homem. Conforme o programa, essa divisão deve começar pelas terras improdutivas do Estado e evitar investimentos em desapropriações, enquanto no posicionamento de 2021 não encontramos nenhuma referência à reforma agrária.

- Relações Exteriores

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Relações Exteriores	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defende a independência intelectual, ou seja, não depender de materiais intelectuais estrangeiros.</li> <li>➤ Defende o pensamento próprio, sem subordinação a qualquer interesse estranho ao Brasil.</li> <li>➤ Quitar a dívida externa e responsabilizar quem a criou.</li> <li>➤ Defende a maior abertura do Brasil para o mundo, por via do sistema social liberal. Sistema esse centrado nas amplas liberdades.</li> </ul>	

No programa de 1995, constatamos que na pauta das relações exteriores o partido defende a independência intelectual com relação às outras nações. Porém, não faz menção às questões materiais. Outro ponto nesse trecho é a responsabilidade

assumida pelo partido de quitar todas as dívidas externas. Já no posicionamento de 2021, não encontramos nenhuma citação sobre relações exteriores.

- Intervenção do Estado

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Intervenção do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Lutar contra o comportamento do Estado concentrador e paternalista, por meio do social-liberalismo.</li> <li>➤ O Estado deve se afastar ao máximo da condição de “Grande Pai”, deixando de cuidar de todo mundo, pois isso exonera as responsabilidades dos indivíduos.</li> <li>➤ O Estado deve atuar notadamente na segurança pública, garantindo assim os direitos individuais.</li> <li>➤ A intervenção do Estado é inadmissível em qualquer setor da vida Nacional. O Estado foi criado apenas para prestar serviços impossíveis à iniciativa privada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Redução do tamanho do Estado, a fim de torná-lo mais eficiente e ágil.</li> <li>➤ O Estado deve intervir o menos possível na vida econômica do país, permitindo que os indivíduos e empresas atuem livremente.</li> <li>➤ O Estado deve se subordinar à lei e aos direitos fundamentais.</li> </ul>

Nesse trecho sobre intervenção do Estado, tanto no programa de 1995 quanto no posicionamento de 2021, verificamos a defesa da mínima participação do Estado em todas as esferas da vida dos indivíduos e da Nação. O Estado é reduzido a um mero prestador de serviços que não cabem à iniciativa privada. Além disso, o programa de 1995 cita que é dever do social-liberalismo assumir o compromisso de luta contra o Estado paternalista e concentrador, pois este assume uma característica de Grande Pai. Nessa concepção social liberal, o Estado deve se afastar da proteção aos indivíduos, pois exonera as responsabilidades destes.

- Bem-estar e Política Social

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Bem-estar e Política Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O desenvolvimento econômico é o único caminho capaz de gerar bem-estar da sociedade. Esse desenvolvimento será alcançado somente pelo liberalismo social, político e econômico.</li> <li>➤ Defende o pleno emprego, a farta alimentação, a habitação digna, a saúde assistida e a segurança.</li> <li>➤ Valorização e respeito ao trabalho humano.</li> <li>➤ Criação do salário real.</li> <li>➤ Moralizar e aperfeiçoar o sistema previdenciário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Garantia de prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas da saúde e educação.</li> <li>➤ Combate aos privilégios decorrentes de quotas.</li> <li>➤ Defende a criação de programas sociais para os mais vulneráveis, como o vale-educação (voucher) e escolas</li> </ul>

- Defesa da greve, desde que seja pautada em melhorias salariais e outros direitos trabalhistas. comunitárias (*charter-schools*).
- Previdência Social terá apenas a função de assegurar o trabalhador. Pois a previdência não cuida de Seguro Social e da administração de assistência médica.
- Incentivar lotes urbanos para servir de construção de casas populares, com plantas previamente aprovadas e materiais sem qualquer tributação, tudo para facilitar a construção pelo próprio interessado.
- Apoia a municipalização do sistema de saúde.

Com relação à política de bem-estar e à política social, no programa de 1995 observamos mais descrições sobre proteção social aos indivíduos, como: proteção previdenciária e incentivo para construção de casas populares. Já com relação à saúde, o programa propõe administração para os municípios, isentando a responsabilidade do governo federal. Ainda no programa de 1995, constatamos que as políticas de bem-estar e as políticas sociais só poderão ser alcançadas se existir primeiramente o desenvolvimento social.

No posicionamento de 2021 encontramos poucas citações de políticas sociais, se comparado com o programa de 1995. Nesse posicionamento de 2021, fica claro que o

partido não concorda com as políticas de quotas. Além disso, se restringe apenas à criação de políticas sociais e de bem-estar nas áreas da educação e da saúde.

- Segurança Nacional e Segurança Pública

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Segurança Nacional/ Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O papel das Forças Armadas é constitucional.</li><li>➤ A segurança pública é um ponto fraco da administração pública. Há necessidade de criação de um projeto que vise solucionar esse problema.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Proteger e apoiar os órgãos da segurança pública, como as polícias: federal, rodoviária federal, militares e civis; corpos de bombeiros, guardas municipais e Forças Armadas.</li><li>➤ Mudanças legislativas e criação de políticas públicas que visem diminuir os índices de violência e homicídios.</li><li>➤ Minimizar o contrabando e o tráfico de drogas e de armas.</li><li>➤ Proteção à propriedade privada e garantia</li></ul>

de que cada cidadão de bem tenha o direito de proteger seu patrimônio: sua vida.

- Revogação do Estatuto de Desarmamento para que os cidadãos possam ter a posse de arma de fogo.
- Combate à censura.
- Combate à corrupção.

Nessa seção, podemos observar que o posicionamento de 2021 é bem mais amplo na questão da segurança nacional e pública. Nele, encontramos uma preocupação maior com relação ao combate a violência, homicídio e tráfico de drogas. Porém, o ponto mais relevante nesse posicionamento do PSL é a defesa da legalização do porte de armas de fogo e a revogação do Estatuto de Desarmamento. Essa pauta não foi defendida no programa de 1995. Outro ponto importante é o posicionamento favorável à autodefesa dos indivíduos, para manter sua própria vida e seu patrimônio.

Já no programa de 1995 constatamos que a função das Forças Armadas está restrita apenas às suas funções constitucionais, enquanto no posicionamento de 2021 não observamos citações referentes às funções das Forças Armadas.

- Ideologia

	Programa/Manifesto de 1995 (PSL)	Posicionamentos de 2021 (PSL)
Ideologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As reformas necessárias são elementos fundamentais da conservação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de políticas de conscientização a respeito dos males provocados pelo socialismo e comunismo.</li> <li>➤ Combate à sexualização precoce de crianças.</li> <li>➤ Combate à apologia de ideologia de gênero.</li> <li>➤ Defesa do conservadorismo nos costumes, ou seja, o cidadão acredita nas mudanças lentas, gradativas e naturais.</li> </ul>

Criamos esse tópico com o nome “ideologia” pois encontramos no posicionamento de 2021 questões emblemáticas defendidas pelo PSL – o partido criado pela família Tuma em 1994, que tem como principal ideal a luta pelas amplas liberdades. Em 2021, encontramos citações de combate de apologia à ideologia de gênero. Além disso, também o combate à sexualização precoce de crianças, difundida,

conforme seu site oficial, pelos meios de comunicação e pela rede de ensino. Esses pontos não foram identificados no programa de 1995.

Outro ponto também é a defesa da manutenção dos ideais conservadores nos costumes; podemos verificar essa pauta de defesa nos dois documentos. Por essa concepção, o cidadão deve acreditar nas mudanças lentas, graduais e naturais.

## Capítulo 4: Rupturas e continuidades do conservadorismo brasileiro

Este capítulo tem como objetivo analisar possíveis variações comportamentais dos partidos conservadores brasileiros ao longo de cinco décadas. Constatemos possíveis rupturas ou continuidades nas agendas políticas dos partidos UDN, PFL/DEM e PSL, através dos programas e manifestos partidários, dados da justiça eleitoral e jornais. As escolhas dos partidos UDN e PFL/DEM foram por esses ocuparem o protagonismo do conservadorismo no cenário político brasileiro. A UDN foi o maior partido conservador entre 1945-1964, ocupando quase sempre a posição de segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, só perdendo essa posição em 1962 para o PTB, como descrevemos no capítulo 1. A escolha do PFL foi também pelo mero protagonismo que este assumiu no cenário político como o principal partido conservador entre 1986 a 2007. O DEM foi selecionado por ser em grande medida uma continuidade do PFL, após a refundação em 2007. Entretanto, o PSL foi selecionado por apresentar um conteúdo programático emblemático e pela expressão eleitoral em 2018 com a ocupação da segunda maior bancada da Câmara dos Deputados. Vale lembrar que, no panorama político brasileiro, há outras legendas expressivas na linha conservadora entre 1994 a 2020, como os partidos PL (Partido Liberal), PSD, PP e Republicanos.

Para localizarmos essas rupturas e continuidades por meio de comparativo das principais agendas políticas desses quatro partidos, iremos dividir este capítulo em nove subcapítulos, cujos tópicos foram trabalhados ao longo dos capítulos anteriores. Esses tópicos são: democracia, economia, política agrária, relações exteriores, políticas de bem-estar e social, intervenção do Estado, segurança nacional e pública, ecologia e ideologia.

### 4.1. Democracia nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Neste subcapítulo, o objetivo é verificar como a agenda política sobre a democracia está sendo abordada nos programas desses quatro partidos. Aqui constatamos que eles têm como principal pauta reivindicatória a defesa das amplas liberdades dos indivíduos em todas as esferas da vida. Democracia tem fortes ligações

aqui com a luta pelas amplas liberdades e o respeito ao Estado de Direito. Porém, constatamos também alguns pontos relevantes nos programas da UDN de 1957, do PFL de 1985 e do posicionamento do DEM de 2021; nesses documentos, a manutenção do sistema democrático só é possível com o combate ao comunismo e ao totalitarismo, enquanto o repúdio e combate ao socialismo e comunismo se encontram na pauta da segurança pública no posicionamento de 2021 do PSL.

Podemos afirmar, comparando todos os documentos partidários, que os programas de 1945 da UDN e de 1985 do PFL são os que defendem de forma mais ampla os direitos liberais como princípios norteadores da democracia. Nesses dois momentos históricos, a luta pelas amplas liberdades eram fundamentais para o país, pois vivíamos momentos de transição política, saindo dos regimes autoritários, em 1945 com o Estado Novo e 1985 com a Ditadura Militar. Algo interessante é que esses dois partidos conservadores foram importantes para a consolidação de uma transição democrática tranquila e segura, enquanto nos outros documentos analisados a luta pela liberdade como princípios norteadores da democracia aparecem de forma bem mais contida, limitando-se ao respeito das liberdades individuais. Verificamos também que a UDN e o PFL de 1985 foram os dois partidos conservadores que mais defenderam os princípios de amplas liberdades ao longo do tempo em relação ao DEM e ao PSL. Estes dois últimos partidos estavam mais preocupados em defender os princípios democráticos contra os regimes totalitários, assumindo assim, uma característica mais ideológica.

No livro *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*, os autores Power e Meneguelo analisam as posições programáticas referentes à democracia e ao autoritarismo; com base em votações parlamentares e pesquisas de opinião no Congresso, eles afirmam que os partidos conservadores estão predispostos a restringir a democracia. Mas o que constatamos por meio dos programas desses quatro partidos ao longo do tempo foi que os partidos conservadores defendem uma ampliação da democracia e o acesso aos direitos de forma igualitária para todos os indivíduos.

#### 4.2. Economia nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Neste subcapítulo constatamos, pela comparação dos programas dos partidos estudados, algumas rupturas na agenda econômica. Nos programas da UDN, podemos observar a interferência do Estado na economia e até a defesa pelo monopólio do petróleo no programa de 1957; além disso, incentivos estatais ao setor industrial, o realinhamento com o capital estrangeiro e até a criação de políticas econômicas para o combate da desigualdade regional do país, incentivando o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Outro fato importante que vale aqui mencionar: nos dois programas da UDN, não encontramos a menção ao termo “privatização”.

No programa de 1985 do PFL, verificamos a defesa da contenção da interferência do Estado na economia, porém, a sua interferência será apenas nas seguintes questões: promover o desenvolvimento, regular as relações sociais, condicionar o uso da propriedade a seu papel social e evitar exploração predatória dos recursos naturais – desde que não resultem em constrangimento espúrio ao livre mercado. Além disso, nesse programa o PFL defende o fomento à agricultura e o combate às desigualdades regionais. Já no posicionamento do DEM de 2021, a iniciativa privada deve ser o centro de toda a atividade econômica. Compete ao Estado apenas a indução, estimulação e regulação da economia, e também apoio às parcelas mais necessitadas da população. Nos dois documentos do PFL/DEM, a privatização será um dos seus pontos defendidos na agenda econômica.

Assim como nos documentos do PFL/DEM, no programa e no posicionamento do PSL constatamos a mínima participação do Estado na vida econômica, e que só compete à iniciativa privada a gerência dos assuntos econômicos do país. Aqui também a privatização apareceu como nos programas e manifestos do PFL/DEM.

Podemos observar algumas continuidades nos programas dos quatro partidos com relação à agenda econômica. Todos os documentos defendem a redução dos gastos públicos. Com relação à interferência do Estado na economia, observamos que nos programas da UDN existe certa participação, como, por exemplo, a defesa do monopólio do petróleo. Já nos programas e posicionamentos do PFL/DEM e do PSL, encontramos a defesa da limitação total da participação do Estado na economia.

Na questão da privatização, observamos que nos documentos da UDN o termo “privatização” não aparece, enquanto nos programas e posicionamentos do PFL/DEM e

PSL ele fica bem nítido. Outro ponto relevante é o controle do processo inflacionário, que norteia quase todos os programas dos partidos.

Nos documentos do PFL/DEM e PSL constatamos um posicionamento pró-mercado, com pautas como privatização e a mínima participação do Estado na vida econômica muito mais acentuadas do que nos programas da UDN. Mas encontramos a contenção de gastos públicos em todos os documentos analisados dos partidos conservadores pesquisados. Podemos concluir que o DEM e o PSL são os que mais defenderam as políticas econômicas pró-mercado, em que a participação do Estado torna-se mínima; já no PFL de 1985, observamos uma mescla de políticas econômicas pró-mercado e estatista, enquanto nos programas da UDN o Estado tem uma função fundamental na condução da esfera econômica do país.

#### 4.3. Política agrária nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Com relação às políticas agrárias, constatamos que os dois programas da UDN tinham como objetivo atender às reivindicações dos trabalhadores rurais, assistindo-os com proteção social e financeira. O programa de 1957 descreve até a distribuição de terras da União e dos Estados, enquanto os documentos do PFL/DEM não fazem nenhuma menção a essa agenda política. Observamos no programa do PFL de 1985 apenas questões referentes a proteção social ao trabalhador do campo com base no Estatuto da Terra. No posicionamento de 2021 do DEM, não encontramos nenhuma referência a questões agrárias.

Já nos documentos do PSL não encontramos políticas favoráveis à proteção social ao trabalhador do campo. Com relação a distribuição de terras, verificamos, no seu programa de 1995, a defesa da distribuição de terras do Estado, assim como no programa de 1957 da UDN, enquanto nos seus posicionamentos de 2021 não constatamos nenhuma referência a políticas agrárias, assim como nos do DEM.

Podemos afirmar que os documentos da UDN têm propostas mais amplas nas políticas agrárias, como proteção social e financeira aos trabalhadores rurais, e nas questões das políticas distributivas agrárias, enquanto nos documentos do PFL/DEM e PSL a agenda agrária não é tão relevante. Nos posicionamentos de 2021 do DEM e do PSL, não encontramos nenhuma menção à questão agrária. Essa conclusão está em

consonância com as ideias defendidas por Power no livro *Os partidos conservadores no Brasil*, segundo as quais os partidos conservadores brasileiros pós-1985 se opõem às reformas agrárias e aos movimentos dos sem terra. Para esses partidos conservadores pós-1985, o direito à propriedade privada é um bem inviolável, e é dever do Estado garantir sua proteção e manutenção.

#### 4.4. Relações exteriores nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Na agenda relacionada às relações exteriores, o programa da UDN de 1945 defende o realinhamento do Brasil com as nações americanas de forma cooperativa. Já no programa de 1957, a UDN defende a ideia da soberania nacional e a cooperação com os países democráticos no combate ao comunismo.

Já no programa de 1985, o PFL aborda a cooperação com todos os países do mundo e se posiciona favorável ao desarmamento mundial, enquanto o posicionamento do DEM se relaciona ao combate da dependência brasileira ao mercado exterior. Já no programa de 1995 do PSL, está direcionada a defesa da independência intelectual do Brasil com relação aos materiais intelectuais estrangeiros e seu comprometimento na quitação da dívida externa brasileira. No seu posicionamento de 2021, não encontramos nenhuma citação.

Podemos concluir que o programa do PFL de 1985 é o mais liberal no sentido de cooperar com todos os países do mundo, sem qualquer tipo de posicionamento ideológico. Já no programa de 1957 da UDN, verificamos um caráter ideológico no que se refere ao combate ao comunismo, enquanto no programa de 1945 encontramos um realinhamento com os interesses apenas das nações americanas. Nos documentos do DEM e do PSL, observamos que os assuntos das relações exteriores estão atrelados às questões de pró-mercado, como, por exemplo: o compromisso do PSL de quitar a dívida externa com o mercado financeiro em 1995 e o do DEM, em 2021, no combate à dependência do Brasil ao mercado internacional.

#### 4.5. A intervenção do Estado nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Neste subcapítulo, referente à intervenção do Estado na vida social, política e econômica dos indivíduos, podemos verificar que nos documentos da UDN essa agenda não é tão debatida e citada, porém, nos documentos analisados dos partidos PFL, DEM e PSL, esse tópico é mais trabalhado. No programa de 1985, o PFL defende a não interferência excessiva do Estado na vida econômica do país, porém, reconhece a limitação do setor privado no combate às desigualdades e problemas sociais, deixando assim para o Estado a solução desses casos. Além disso, cita que é função do Estado proteger a propriedade privada.

No posicionamento de 2021 do DEM, a tônica assumida é a defesa do melhor gerenciamento dos gastos públicos, a fim de torná-lo mais eficiente e produtivo, desde que respeite as suas funções constitucionais e a liberdade dos indivíduos. Já o PSL tem um posicionamento mais radical nos seus documentos: aqui é a defesa total da mínima participação do Estado em qualquer esfera da vida nacional, exceto na segurança pública. O PSL defende a ideia de que o Estado deva se afastar da condição de Grande Pai, deixando de cuidar de todo mundo. Nesses documentos do PSL, o Estado é concentrador e paternalista, e isso deve ser combatido, pois exonera a responsabilidade dos indivíduos. O Estado deve atuar apenas nos serviços públicos em que é impossível a iniciativa privada.

Chegamos à seguinte conclusão, analisando a agenda de intervenção do Estado nos documentos dos quatro partidos: Na UDN, o Estado tem uma função de destaque, pois é agente fundamental no gerenciamento e no suprimento das organizações econômicas. Nos documentos do PFL de 1985, existe uma preocupação da interferência do Estado nas questões sociais, como o combate às desigualdades e aos problemas sociais. Já nos programas do DEM e do PSL, a participação do Estado na vida econômica, política e social deve ser a mínima possível. O posicionamento do DEM de 2021 afirma que um Estado eficiente é um Estado Mínimo, pois gasta muito, e mal. E o sentido mais extremo da não interferência do Estado encontramos nos documentos do PSL, como relatado anteriormente.

#### 4.6. Políticas de bem-estar e social nos programas dos partidos conservadores

Neste trecho, constatamos que os documentos dos partidos UDN e PFL de 1985 e do PSL de 1995 demonstram amplas coberturas de proteção social e geração de políticas de bem-estar. Esses partidos conservadores mantêm uma continuidade programática com relação às políticas de bem-estar e social ao longo do tempo. Outro ponto observado foi a relação de dependência entre o desenvolvimento econômico e a geração de bem-estar. Ou seja, só ocorrerão políticas sociais e de bem-estar se primeiramente ocorrer o desenvolvimento econômico do país. Porém, nos posicionamentos de 2021 do DEM e do PSL, essa pauta de proteção social e geração de bem-estar aos mais vulneráveis não é bem trabalhada e discutida.

Vale destacar aqui o programa de 1985 do PFL. Esse documento traz ampla proposta de proteção social aos mais diversos estratos da sociedade brasileira. Propostas tais como: erradicação da fome para os mais vulneráveis, políticas habitacionais, seguro-desemprego, previdência social, combate às desigualdades regionais no país, fixação de um salário mínimo etc. Ao longo do período entre 1945 e 1995, os partidos conservadores UDN e PFL de 1985 e PSL de 1995 criaram diversas propostas de proteção social e de bem-estar, que visaram atender aos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Nos posicionamentos de 2021 do DEM e PSL não encontramos por parte desses partidos uma relevância maior sobre as questões sociais.

#### 4.7. Segurança nacional e pública nos programas e manifestos dos partidos conservadores

Neste subcapítulo relacionado à segurança, constatamos que esses quatro partidos conservadores ressaltam programaticamente a função das Forças Armadas como uma instituição destinada apenas à defesa da Nação e à manutenção das leis, ou seja, agindo dentro dos valores constitucionais. Na agenda da segurança pública, o posicionamento de 2021 do PSL apresenta mais propostas, como a modificação do Estatuto do Desarmamento e a legalização do porte de armas de fogo. Aqui, o indivíduo terá direito de proteger sua propriedade e sua vida por meio da legalização do porte de armas de fogo. Esse ponto emblemático não é abordado nos outros documentos dos partidos analisados.

#### 4.8. Ecologia e ideologia nos programas e manifestos dos partidos conservadores

O tema ecologia só aparece no programa e manifesto de 1985 do PFL. O partido defende a relação harmoniosa da natureza com o homem, comprometendo-se no combate à poluição industrial e urbana. Além disso, tem entre seus objetivos propostas de reciclagem de lixo, reflorestamento e uso racional dos recursos naturais.

No tópico ideologia, o posicionamento de 2021 do PSL é mais enfático. Propõe, nesse ponto, diversas questões emblemáticas, como o combate à sexualização precoce de crianças e à apologia de ideologia de gênero. Aqui, também, verificamos como meta programática do PSL a criação de políticas de conscientização contra os males provocados pelo socialismo e comunismo. Porém, a ideia dos malefícios do comunismo, socialismo e totalitarismo aparecem também na agenda de democracia e relações exteriores do programa de 1957 da UDN, na agenda de democracia do programa de 1985 do PFL e no posicionamento do DEM de 2021.

## **Considerações finais**

Da análise da trajetória dos partidos estudados e de suas plataformas e manifestos, podemos concluir inicialmente que os quatro partidos analisados tiveram como principais pautas democráticas a defesa da ampla liberdade individual e o respeito pelo Estado de Direito. Outro dado relevante com relação à agenda da democracia é das instituições é que a UDN e o PFL de 1985 foram os dois partidos conservadores que mais defenderam os princípios de amplas liberdades ao longo do tempo em relação ao DEM e ao PSL.

No âmbito da economia verificamos que DEM e PSL são os partidos que mais defenderam as políticas econômicas pró-mercado, em que a participação do Estado torna-se mínima, diferenciando-se aqui claramente da orientação tanto da UDN quanto do PFL. Enquanto no o PFL de 1985 constatamos uma mescla de políticas econômicas pró-mercado e estatista, nos programas da UDN o Estado tem uma função relevante na condução da esfera econômica do país. Com relação às políticas agrárias observamos que os documentos da UDN têm propostas mais amplas, como proteção social e financeira aos trabalhadores rurais, e nas questões das políticas distributivas agrárias, enquanto nos documentos do PFL/DEM e PSL a agenda agrária não é tão relevante. Nos posicionamentos de 2021 do DEM e do PSL, não encontramos sequer uma menção à questão agrária.

No campo das relações exteriores descobrimos que o programa do PFL de 1985 é o mais liberal no sentido de cooperação internacional e sem qualquer tipo de posicionamento ideológico. Já no programa de 1957 da UDN, verificamos um caráter ideológico no que se refere ao combate ao comunismo, enquanto no programa de 1945 encontramos um realinhamento com os interesses apenas das nações americanas. Nos documentos do DEM e do PSL, observamos que os assuntos das relações exteriores estão atrelados às questões e pró-mercado. Na agenda intervenção do Estado constatamos que na UDN, o Estado tem uma função de destaque, pois é agente gerenciador e supridor das organizações econômicas. Enquanto no PFL de 1985, existe uma preocupação da interferência do Estado nas questões sociais, como o combate às desigualdades e aos problemas sociais. Já nos programas do DEM e do PSL, a participação do Estado na vida econômica, política e social deve ser a mínima possível.

O posicionamento do DEM de 2021 afirma que um Estado eficiente é um Estado Mínimo, pois gasta muito, e mal. No sentido mais extremo da não interferência do Estado encontramos nos documentos do PSL.

Além disto, constatamos que a UDN e PFL de 1985 e o PSL de 1995 criaram diversas propostas de proteção social e de bem-estar, que visaram atender aos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Já nos posicionamentos de 2021 do DEM e PSL não encontramos por parte desses partidos atribuição de relevância às questões sociais. Na agenda segurança nacional não encontramos citações pontuais, só uma questão pertinente à legalização do porte de arma pelo PSL. Por fim na pauta ecológica encontramos no PFL de 1985 uma intensa preocupação para com este tema. Cabe assinalar aqui que a inflexão comportamental no conservadorismo brasileiro, como o combate ao programa de cotas e à agenda das minorias – mulheres e homossexuais – irá aparecer pela primeira vez no programa do PSL.

Vale destacar, por fim, que esta dissertação analisou os documentos destes quatro partidos conservadores, seus fatos históricos, jornais, dados da justiça eleitoral, algumas votações do Congresso Nacional. Para ressaltamos e aprofundarmos nossa análise teríamos que estudar de forma mais ampla o cotidiano dos partidos nas votações no Congresso Nacional, e como os parlamentares se posicionam ideologicamente e agem dentro do jogo político.

## **Bibliografia**

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: USP, 1981. (tese de doutorado)

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo: Publifolha, 2001.

Chacon, Vamireh. **A História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Comissão do PFL-2000. Programa de governo 94-98, **In: Premissas e projeções para um governo 1999-2002**. São Paulo: Massao Ohno, 1998.

CORRÊA, Arsenio Eduardo. **A Frente Liberal e a democracia no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2006.

FLEISCHER, David. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)**. Universidade de Brasília, Opin. Pública, vol. 8, nº1. Campinas: May, 2002.

NICOLAU, Jairo. **Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados**. XXVII Encontro Anual Anpocs. 2003.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. **PFL: do PDS ao PSD**. São Paulo: USP, 2016.

POWER, Timoty; MENEGUELO, Rachel; MAINWARING, Scott. **Partidos Conservadores no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Fontes históricas:

Arquivo do Correio da Manhã

Arquivo do O Globo

Arquivo do O Estado de São Paulo

Arquivo da Folha de São Paulo

Arquivo do Correio Braziliense

Arquivo do G1

Proposta de Plano de Governo de Bolsonaro 2018, CAMINHO DA PROSPERIDADE com slogan: “ Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Fonte: TSE

Nossos ideais de 2021 do PSL. Disponível no site oficial do PSL.

Manifesto e Programa do PSL de 1995. Fonte: Arquivo do TSE

Sites:

<https://psl.org.br/opsl/#nossos-ideais>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eduardo\\_gomes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eduardo_gomes)

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/banda-de-musica-da-udn>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/resultadoVotacao>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-liberal-psl>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tuma-romeu>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tuma-robson>

<https://www.youtube.com/watch?v=UX4I2E-9r3o&t=143s>

<https://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1252006-6282-395,00.html>

<https://eleicoes.uol.com.br/2006/campanha/biografias/bivar.jhtm>

<https://eleicoes.uol.com.br/2006/campanha/ultnot/2006/09/13/ult3750u611.jhtm>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bivar-luciano>

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2010/07/12/interna\\_politica,201921/americo-de-souza-ignora-decisao-do-psl-de-nao-ter-candidato-a-presidencia.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2010/07/12/interna_politica,201921/americo-de-souza-ignora-decisao-do-psl-de-nao-ter-candidato-a-presidencia.shtml)

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201203:126:::NO:::>

<https://www.eusoulivres.org/sobre/>

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/deputado-jair-bolsonaro-anuncia-filiacao-ao-psl.ghtml>

<https://psl.org.br/>

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>

